

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-FRANCÊS

MACEIÓ - AL 2019 (ATUALIZADO EM 2024)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-FRANCÊS

Projeto elaborado com objetivo de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras e ao Regime Semestral instituído na Ufal a partir de 2006, com a Resolução nº 25/2005 de outubro de 2006.

Atualizado em 2016 para se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial Superior para os cursos de Licenciatura nº 2, de 1º de julho de 2015 e ao novo regime instituído na Ufal a partir de 2014, com a Resolução nº 59/2014.

Reelaborado em 2018, para se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial Superior para os cursos de Licenciatura nº 2, de 1º de julho de 2015 e à Resolução nº 06/2018 – CONSUNI/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018.

Equipe de elaboração do projeto: docentes da Faculdade de Letras.

Participação nas discussões para a elaboração: docentes, técnicos e discentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS FRANCÊS

DIREÇÃO DA FALE:

Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima VICE-DIREÇÃO DA FALE: Lorena Araújo de Oliveira Borges

COLEGIADO DO CURSO¹: TITULARES

IIIOLAIREO

Rosária Cristina Costa Ribeiro Coordenadora

Kall Lyws Barroso Sales **Vice-coordenador**

Yann Jean Christophe Hamonic Débora Raquel Hettwer Massmann Lorena Araújo de Oliveira Borges

SUPLENTES

Jozeph Fernando Soares Queiroz Cátia Veneziano Pitombeira Helson Flávio da Silva Sobrinho Jair Barbosa da Silva Pedro Gustavo Rieger

REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Rosana Taciana Portela N. dos Santos Zíbia Bezerra da Silva Oliveira (suplente)

REPRESENTANTES DISCENTES

Marina de Carvalho Lima Ana Luíza Costa Gois (Suplente)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

¹ Aguardando publicação da portaria PROGRAD.

Kall Lyws Barroso Sales Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja Pedro Gustavo Rieger Rosária Cristina Costa Ribeiro Yann Jean Christophe Hamonic

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO:

Professores do curso de Letras-Francês com o apoio dos professores dos cursos de Letras-Espanhol, Letras-Inglês e Letras-Português. Documento revisado pelos membros do colegiado deste curso.

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	6
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL	7
3. CONTEXTO REGIONAL	7
4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
5. CONTEXTO DO CURSO	10
5.1. Realidade Educacional Brasileira	10
5.2. A Área De Letras	11
5.3. O Ensino do Francês no Brasil	14
5.4. O Ensino do Francês em Alagoas	15
5.5. O Histórico da Faculdade de Letras e do Curso de Letras-Francês na Ufal	16
6. INFRAESTRUTURA	19
6.1. Composição Geral dos espaços físicos	19
6.2. Aspectos Específicos	19
7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	21
7.1. A Pesquisa	22
7.2. Idiomas sem Fronteiras – IsF NucLi Ufal	23
7.3. Programa de Educação Tutorial (PET) – Letras	23
7.4. Projeto Ensino de Línguas no Interior de Alagoas do Programa Línguas Estrangeira	s no
Interior – PLEI/UFAL	24
7.5. A Extensão	24
7.5.1. Programa de extensão curricularizada:	26
7.6. Responsabilidade social	38
7.7. Acessibilidade	38
7.8. Núcleo de acessibilidade	39
7.9. Inclusão	39
8. OBJETIVOS DO CURSO	41
9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	42
10. PERFIL DO EGRESSO	44
10.1. Perfil do Egresso	44
11. METODOLOGIA	46
12. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO	48
13. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	50
13.1. Estrutura curricular	50
13.1.1. Núcleo de estudos de formação geral	50
13.1.2. Núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literatura de	·
francesa	51
13.1.3. Atividades Curriculares de Extensão	52
13.1.4. Núcleo de estudos integradores	53
13.1.5. Resumo dimensão pedagógica	54
13.1.6. Prática como Componente Curricular (PPC)	55 57
13.2. Perfil de formação	57
13.3. Aproveitamento de estudos 14. ORDENAMENTO CURRICULAR	58 5 0
	59 61
14.1. Resumo da estrutura curricular14.2. Conteúdos Curriculares	61
	61
14.3. Educação ambiental	62
14.4. Educação em Direitos Humanos e Relações étnico-raciais 14.5. Libras	62
14.5. Libras 14.6. Temas transversais	63
14.6. Temas transversais 14.7. Estágio Curricular Supervisionado	63
14.7.1. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	65
14.7.1. Estagio curricular supervisionado – relação teória e pratica 14.8. Atividades complementares acadêmico-científico-culturais	66
i non harrado o complementaro academico dichano daltarale	

14.9 - Trabalho de conclusão de curso (TCC)	67
15. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	69
15.1 Integração com as redes públicas de ensino	69
16. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR	69
17. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL	0
17.1. Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem	0
17.2. Avaliação do curso	0
17.3. Avaliação do projeto pedagógico	0
17.4. Colegiado do Curso	0
17.4.1. Eleições do Colegiado de curso	0
17.4.2. Atribuições do Colegiado de curso e funções do coordenador	0
17.5. Núcleo Docente Estruturante	0
18. POLÍTICAS DE APOIO	0
18.1. Políticas de apoio aos docentes e técnicos	0
18.2. Políticas de apoio aos/às discentes	0
19. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	0
20. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	0

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Contextualização da Instituição de Ensino Superior

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas Região: Nordeste

Endereço do Campus sede:

Campus A. C. Simões - Cidade Universitária Maceió /AL

Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970

Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas, Ufal, é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, com CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. C. Simões, em Maceió, onde são ofertados 57 cursos presenciais de Graduação, na cidade de Maceió e Rio Largo. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, e a oferta de 23 cursos presenciais. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e em Santana do Ipanema, com a oferta de 8 cursos presenciais.

Além dos 88 cursos presenciais, há 11 cursos ofertados na modalidade de Educação à Distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A Ufal hoje oferta 103 cursos de graduação. A pós-graduação *strictu sensu* contribui com 41 programas de Mestrado e 14 de Doutorado, além de 13 cursos *lato sensu* nas mais diferentes áreas do conhecimento².

O ingresso dos/das estudantes na Ufal se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SiSU/MEC (Sistema de Seleção Unificada) e programa de mobilidade acadêmica entre Universidades Federais (convênio ANDIFES), por meio de edital próprio, do qual a UFAL é signatária. Ainda, periodicamente a UFAL lança Editais diversos que visam à ocupação de vagas ociosas, através de Processo Seletivo, como editais de Reopção de curso, Mudança de turno, Reingresso, Reintegração, Portador de Diploma, Segunda licenciatura e Transferência.

3. CONTEXTO REGIONAL

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km2, o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da Ufal leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de

² Dados extraídos do sítio da Procuradoria Educacional Institucional, disponível em: http://www.ufal.edu.br/pei/e-mec/cursos/informacao-sobre-os-cursos-de-graduacao-da-ufal; e Pró-Reitoria de Pesquisa, disponível em: https://ufal.br/ufal/institucional/apresentacao.

cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a Ufal realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual, segundo dados extraídos do site oficial do Governo Estadual de Alagoas, era de R\$ 13.878,00, em 2015. Conforme dados do IBGE, a composição do PIB de Alagoas em 2008 era a seguinte: agropecuária 6,8%, indústria 24,5% e serviços 68,7%.

4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Letras-Francês

Modalidade: Licenciatura presencial

Título oferecido: Licenciado/a em Letras-Francês

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

Campus: A. C. Simões Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso: Faculdade de Letras - Fale. Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro

do Martins. CEP:57072-900

Portal eletrônico do curso: https://fale.ufal.br/graduacao/letras-frances

Atos Legais:

Portaria de Autorização: Portaria 30.428 de 22/01/1952, D.O.U. de 31 de janeiro de 1952

Portaria de Renovação do Reconhecimento de Curso: Portaria Nº 278 de 20 de Abril de 2018

Turno: Vespertino

Carga Horária: 3.200 Horas Duração: Mínima – 8 Semestres

Máxima - 12 Semestres

Vagas: 20 (vespertinas) com entrada anual no segundo semestre

Coordenadora do Curso

Nome: Rosária Cristina Costa Ribeiro

Formação acadêmica: doutorado em Estudos Literários

Titulação: doutora

Regime de trabalho: 40 horas DE

Forma de acesso ao curso: O ingresso ao curso dá-se por meio do Exame Nacional de Ensino Médio - Enem/ SiSU - Sistema de Seleção Unificada. Ademais, é possível haver as seguintes modalidades de acesso: reingresso de curso, reopção, reintegração e transferência, as quais são regidas por editais próprios.

Perfil: Profissional apto para atuar no magistério da Educação Básica, seja na docência da sua área de competência ou na gestão do trabalho educativo. O profissional também está habilitado para atuar em cursos livres, seja na iniciativa pública, privada ou terceiro setor.

Campo de atuação: Ensino de Francês como língua estrangeira e suas literaturas no nível básico, cursos livres e Estudos de Pós-Graduação.

5. CONTEXTO DO CURSO

5.1. Realidade Educacional Brasileira

Segundo dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003*, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), associado ao IBGE, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e à Fundação João Pinheiro, do governo de Minas Gerais, é a educação que está elevando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Esses dados, na verdade, não vêm mais que confirmar um ponto de vista amplamente testado: a educação é fator de promoção social e de melhoria de vida. Em 2016, os mesmos programas e instituições lançaram novas publicações em que se discutem os mesmos índices de desenvolvimento, sob as mesmas bases metodológicas.

Por outro lado, o diagnóstico do abandono dos processos de aprendizagem na sociedade brasileira também é abundante. A sinopse da Educação Básica do ano 2003, que integra estudo do IBGE sobre indicadores sociais, mostra que o ensino fundamental regular teve quatro milhões de alunos/as reprovados e foi abandonado por 2,8 milhões de estudantes, em 2002. Os/as aprovados/aprovadas somam 27,8 milhões. Os/as concluintes, 2,8 milhões. No que diz respeito ao ensino médio regular, 1,1 milhão de estudantes abandonaram a escola, em 2002, e 747 mil foram reprovados/reprovadas. Os/as aprovados/aprovadas foram 6,3 milhões e os/as concluintes, 1,9 milhão. As regiões com maior número de reprovados/reprovadas são a Nordeste, com 1,8 milhão de alunos/as (45% do total), e a Sudeste, com 938 mil (23% do total). A comparação com a distribuição de matrículas mostra que, no Nordeste, estão 35% dos alunos/as e no Sudeste, 36%. Essa relação aponta ainda para a desigualdade de condições existentes entre as escolas das diferentes regiões do País.

No que diz respeito à qualidade do ensino, os dados mostrados pelo SAEB (2017)³, por exemplo, são enfáticos: entre os 4 Níveis de leitura propostos, sendo o Nível 1 o mais baixo e o Nível 4 o mais elevado, Alagoas apresenta aproximadamente 43% dos/as alunos/as avaliados/as (3º ano do ensino fundamental) classificados no Nível 1, enquanto a média nacional é de 22%, nesse nível. Na outra ponta da tabela, no Nível 4, Alagoas apresenta taxas menores que as nacionais: 4,5% e 13%, respectivamente. As taxas alagoanas também são piores que a média regional: 34% dos/as alunos/as avaliados/as são classificados no Nível 1 e 7% no Nível 4, no Nordeste.

Outro ponto que chama a atenção, ainda, no relatório SAEB 2017 são os índices ligados à formação dos professores em atuação. Segundo o relatório, a "formação adequada" é aquela em que os docentes possuem licenciatura, ou bacharelado com complementação pedagógica, na área em que atuam. Nesse ponto "o percentual mais alto é o do Centro-Oeste, com 81,5% dos docentes; na sequência apresentam-se as regiões Sul (72,7%) e Sudeste (70,6%), seguidas das regiões Norte (61,5%) e Nordeste (52,1)." (SAEB, 2017, p. 61). Em Alagoas, 51,9% dos docentes possuem formação adequada.

No que concerne à infraestrutura e à adequação de nossas escolas para o desenvolvimento de métodos de ensino vinculados às tecnologias digitais, convém registrar que, em 2016, quando os dados do SAEB foram coletados, a presença de salas de leitura, bibliotecas e acesso à rede de internet era ainda escasso. No que concerne ao acesso à internet, temos uma maior concentração nas regiões Sul (97,6%), Centro-Oeste (94,5%) e Sudeste (93,3%). Já no Nordeste, esse valor é de 68% e no Norte, de 60,3%.

³ Tabela de resultados SAEB/ANA 2016: panorama do Brasil e dos estados. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

Quanto à disponibilidade de computadores para uso dos/as alunos/as, o quadro é semelhante: Sul (90,3%), Centro-Oeste (86,8%), Sudeste (86,2%), Nordeste (62,1%) e Norte (59,3%). Em Alagoas, 67,9% das escolas alvos da pesquisa declararam possuir salas de acesso à internet disponível para os/as alunos/as (SAEB, 2017, p. 66).

Em relação às bibliotecas e salas de leitura, em Alagoas, apenas 28,4% das escolas avaliadas apresentam biblioteca e 32,2%, sala de leitura:

O Censo de Educação Básica de 2016 indica que menos da metade (46,2%) das escolas do público-alvo da ANA possuem biblioteca e menos de um terço (27,5%) têm sala de leitura. Nas regiões Norte e Nordeste, uma parcela menor das escolas declarou possuir biblioteca (36,2% e 30,4%, respectivamente) e sala de leitura (24,3 e 24,1%, respectivamente).

Um pouco mais da metade das escolas das regiões Sudeste (50,2%) e Centro-Oeste (51,4%) têm biblioteca. A região Sul destaca-se com 77,3% que declaram possuir biblioteca. (*Ibid.* p. 67).

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos, ou mais, no Brasil caiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000, e chegou a 9,61% em 2010. Apesar desse avanço, o país ainda possuía, em 2000, cerca de 16 milhões de analfabetos absolutos, isto é, todos os que se declaram incapazes de ler e escrever um bilhete simples, e 30 milhões de analfabetos funcionais, isto é, pessoas de 15 anos ou mais, com menos de quatro séries concluídas. Isso significa dizer que, apesar de o país ter oferecido, nos últimos 60 anos, cerca de uma dezena de programas de abrangência nacional, cuja meta era o fim do analfabetismo, a alfabetização da totalidade de jovens e adultos ainda não está assegurada. Ainda mais difícil de ser alcançado é um nível satisfatório de letramento que possa assegurar aos egressos desses programas o pleno exercício de sua cidadania. Em nossa realidade local, a situação é ainda mais preocupante, sendo que, segundo o *Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil*⁴, os índices de analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais atinge os 24,33%, no estado. Taxas tão altas entre os jovens afetam diretamente o acesso ao nível superior de ensino: segundo ainda o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, 17,96% dos jovens brasileiros entram na universidade, enquanto que em Alagoas esse percentual é de 13,10%.

No que diz respeito à formação do/a professor/a, as tentativas de solucionar o problema através de orientações globalizantes são fadadas a se transformar em manuais de normas e direcionamentos a serem reproduzidas na prática. Em certos casos, nem mesmo essa reprodução é executável conforme os dados mencionados deixam supor.

Esse cenário exige um posicionamento efetivo, no que se refere à formação de professores de línguas e literaturas, considerando que todos os problemas apresentados nos dados estatísticos fazem menção explícita à relação precária entre o falante e a instância linguístico-discursiva. Nessa direção, vale destacar a urgência de articular teoria e prática, bem como saberes reconhecidos e aqueles do cotidiano das práticas sociais nos currículos de Letras, permitindo que o trabalho realizado na instituição de ensino ultrapasse o nível de reprodução de conhecimentos informativos e normativos sobre as línguas e literaturas.

5.2. A Área De Letras

Em se tratando de área de Letras, mais especificamente dos estudos das línguas vernáculas (nacionais ou adicionais) e suas respectivas literaturas, pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística, no

11

⁴ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/

começo do século XX. Um deles entende a língua numa concepção formalista e outro a entende numa perspectiva social/cultural ou social/discursiva. Esses modelos se distinguem da concepção tradicional que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Esta concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como "objeto biológico". Por isso, ele propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, ou seja, oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação através: da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa (AD), a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos, logo, como prática de sujeitos. Através do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada. A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sociointeracionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva inter/transdisciplinar questões sociais que têm como foco a linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta uma proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, visando a contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção (nesse sentido, Antonio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética).

Além disso, e em consonância do que foi já dito, em tempo de multiculturalismo avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos Estudos Culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressente de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros, não sendo, pois, tais recursos elementos de discriminação do literário. O importante é ver em que sentido a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois nas mais diversas situações cotidianas entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o "direito à literatura" — expressão feliz de Antonio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada a mais humilde, razão por que falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é ainda falar do homem e da sociedade que o abriga. A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que

faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriedade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal ótica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único.

Entretanto, cumpre acrescentar que a complexidade dos saberes envolvidos no projeto pedagógico do/a licenciado/a em Letras não prescinde de uma formação específica daquele/a que lida com a língua/linguagem como objeto principal de seu trabalho. Assim, questões específicas da prática pedagógica do/a professor/a, da mesma forma que necessitam de uma visão ampla do processo educativo, não são resolvidas através de conhecimentos pedagógicos generalizantes acerca de sua profissão e de suas práticas.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua materna e de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador; o professor como leitor e produtor de texto.

Além disso, a articulação entre teoria e prática já referida se efetiva concretamente através desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permanecerão estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

O corpo docente de Letras-Francês, como língua estrangeira moderna, presente na Faculdade de Letras (Fale) da Universidade Federal de Alagoas, entende que as diferentes disciplinas, eletivas e obrigatórias que compõem o plano curricular do Curso de Letras, devem atender ao princípio da circularidade cultural, segundo o qual língua, cultura, sociedade e arte (literatura, cinema, música e pintura) constituem universos e percursos circulares convergentes.

Com base nessa convergência, todo o empenho do corpo docente do curso de Letras Francês acha-se voltado para uma prática didático-pedagógica que, longe de qualquer idealismo estéril, visa à integração dos âmbitos linguístico, artístico e cultural. Semioticamente integrados, esses meios de expressão eliminam internamente as possíveis fronteiras entre as diversas disciplinas.

5.3. O Ensino do Francês no Brasil

O ensino da língua francesa no Brasil inicia-se, efetivamente, com a criação da primeira cadeira, ainda sob o reinado de D. João VI, em 1809. Porém, Pietraróia (2008) reforça que o ensino dessa disciplina, no então ensino secundário, se estabelece com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. Durante quase todo esse século, a maior parte da carga horária dos anos iniciais de escolarização era dedicada ao

ensino-aprendizagem de diversas línguas estrangeiras, como o francês, o alemão, o latim, o inglês, visto que a maioria dos materiais didáticos disponíveis para o ensino de disciplinas como geografia e biologia não eram encontrados em língua portuguesa. Para a continuação de seus estudos, o/a aluno/a brasileiro/a deveria dominar esses diversos idiomas, sempre ainda seguindo a metodologia tradicional.

Na primeira metade do século XIX, com a conquista da independência da América espanhola e portuguesa, a cultura francesa, então no auge de sua expansão, torna-se a principal influência e modelo de respeito aos direitos do cidadão. A língua francesa torna-se, nesse momento, de acordo com Sousa (1977), a mediadora entre diversas culturas. O francês não é somente a língua de difusão de sua própria cultura e valores, mas também o elo que une ideias e povos muito diferentes. Dessa forma, essa língua ganha *status* em uma elite intelectual latino-americana.

Aos poucos, diversas leis e reformas educacionais foram diminuindo a carga horária e o espaço de discussão de ideias veiculadas pela língua francesa. As LBDENs de 1961 (Lei 4.024) e 1971 (Lei 5.692) instituíram o ensino quase exclusivo do inglês e relegaram às demais línguas estrangeiras um papel secundário ao torná-la opcional. Porém, ela ainda permanecia em alguns estados e municípios. Entretanto, a Lei 11.161, de agosto de 2005, conhecida como Lei do Espanhol, reduziu drasticamente a oferta de língua francesa, restringindo-a como disciplina da educação básica no Estado do Amapá e em algumas escolas estaduais e municipais nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Em alguns estados, ela ainda permanece como curso livre em Centros de Línguas, sendo oferecida em contraturno.

Essa diminuição de sua presença nas grades do ensino básico e a perda de espaço, que se concretiza pelo fato de a língua francesa não estar presente no Exame Nacional do Ensino Médio desde sua criação, nos fazem questionar sobre o futuro do ensino-aprendizagem dessa língua. No final de seu artigo no livro O Francês Instrumental, Antonio Candido de Mello e Sousa (1977 p. 16) já se questionava em relação ao futuro do francês e das relações que ele propiciava. Naquele momento, os processos de internacionalização aos quais se lançavam nossas universidades já ganhavam alguns contornos. Antonio Candido já nos alertava para a importância da língua francesa como parte desse processo e apostava no Francês Instrumental como saída para as novas exigências em torno da utilização da língua. Atualmente, Pietraróia (2008), Galli (2015), entre outros, mostram como esse processo se intensificou no final do século XX e início do século XXI, e como a língua francesa deixou de ser a língua de uma elite intelectual latino-americana, para ser a língua de veiculação de saberes mais amplos e em todas as áreas dentro das universidades. Hoje, o Francês Instrumental, concentrado na competência de compreensão escrita, ganhou um papel secundário em nossas pesquisas, que apostam no Francês para Objetivo Específico (FOS na sigla em francês) e no Francês para Objetivo Universitário (FOU), que abrangem as competências de compreensão e produção oral e escrita, como modalidades mais afeitas às necessidades acadêmicas e comerciais.

5.4. O Ensino do Francês em Alagoas

De acordo com o artigo de Brandão (2001), durante a primeira metade do século XX, a língua francesa era um privilégio para as classes mais abastadas da sociedade alagoana. Ela, nesse momento, fazia parte das tradições acadêmicas e sociais, e refletiam um ideal "quase mítico", estereotipado, da cultura francesa. Porém, apesar da queixa de algumas figuras ilustres da sociedade brasileira, como Lima

Barreto e Monteiro Lobato, muitas escolas e colégios, se não a totalidade, mantinham a língua francesa em seus currículos. É ainda nesse período, mais precisamente em 1952, que se instala em Maceió a Aliança Francesa (instituição de ensino vinculada ao Ministério da Educação francês), graças aos esforços da primeira-dama do Estado, Sra. Leda Collor de Mello.

Ainda segundo a autora, na década 1960, conforme o acesso ao ensino se expande em nosso país, e em nosso estado, a metodologia Áudio-visual também se propaga e provoca um reavivamento dos sistemas de ensino de língua francesa. Nessa década, está também em formação o curso de Letras da Ufal (1961, primeira turma) e a Associação de Professores de Alagoas (APFAL, 1967).

Durante os anos de 1970 e 1980, a situação do ensino da língua francesa em Alagoas, e também no Brasil, teve influência direta, como visto anteriormente, pelas Leis de Diretrizes de Bases da Educação de 1961 e 1971. Além disso, Brandão (2001) nos lembra que alguns fatores sociais afastaram pouco a pouco a língua francesa das escolas. Entre esses fatores, já estava em 1998, a pouca atratividade que os cursos de licenciatura apresentavam no mercado de trabalho. Passados vinte anos dessas observações, constatamos que, ainda hoje, os cursos de licenciatura travam uma batalha de resistência perante um mercado de trabalho que não valoriza os profissionais da educação. Segundo o Relatório Effective Teacher Policies [Políticas Eficientes para Professores], da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵, publicado em 2018, apenas 2,4% dos jovens de 15 anos querem seguir a carreira de professor no Brasil, devido aos motivos descritos.

Atualmente, a rede estadual de ensino de Alagoas oferece como componente curricular de língua estrangeira moderna a Língua Inglesa, do 6º ano do ensino fundamental até o ensino médio. Uma parte da oferta é destinada à língua espanhola, principalmente nas escolas de período integral. Entretanto, desde o início da primeira década do século XXI, o ensino de língua francesa foi completamente retirado da rede básica e tem se restringido a cursos livres, ministrados em Institutos de línguas, tanto estaduais quanto municipais. Diante dessa escolha, o ensino de Língua Francesa no estado de Alagoas ficou restrito a um público pequeno. Para tentar ampliar o atendimento à comunidade alagoana, diversos programas de extensão universitária, promovidos pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), são ofertados, sob coordenação dos cursos de Letras Francês, com foco na língua e nas culturas de expressão francesa, além de diversos eventos de cultura francófona.

5.5. O Histórico da Faculdade de Letras e do Curso de Letras-Francês na Ufal

A história do Curso de Letras em Alagoas tem início no dia 16 de junho de 1950, com a fundação da Faculdade de Filosofia de Alagoas (FFA), sediada na época próxima à Praça do Centenário, no Bairro do Farol. Essa faculdade surgiu devido à carência de professores/as habilitados/as para exercerem a função no ensino secundário. O Padre Teófanes Augusto de Araújo Barros (Diretor), o professor Theobaldo Augusto de Barros (Vice-Diretor) e os professores José Sílvio Barreto de Macedo, Hélio Lessa Souza, Gilberto de Macedo, Teotônio Vilela Brandão, Luiz de Medeiros Netto, Aurélio Viana Cunha Lima, Maria Hermínia Oiticica, Paulo Senouillet, Eduardo da Mota Trigueiros, Antônio Assunção Araújo, João Leite Neto, entre outros, foram os fundadores da FFA, que contava com os cursos de Filosofia, História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

https://read.oecd-ilibrary.org/education/effective-teacher-policies 9789264301603-en#page7

O primeiro vestibular da FFA foi realizado em fevereiro de 1952, e a sessão da aula inaugural, ministrada pelo professor Cônego Hélio Lessa Souza, foi presidida pelo então diretor, professor Jayme de Altavilla, em 20 de março do mesmo ano. A primeira turma a ser graduada foi na modalidade bacharelado, no ano de 1954. Após a formatura de cinco turmas, consolidou-se a licenciatura. Em seguida, o curso de Letras passou a integrar o Instituto de Letras e Artes, próximo à Praça dos Martírios, no Centro de Maceió.

Com a criação da Universidade Federal de Alagoas pelo então presidente Juscelino Kubitschek, em 25 de Janeiro de 1961, as faculdades que funcionavam no estado passaram a integrar o Campus A. C. Simões. Na década de 1970, foram criados o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CHLA) e o Departamento de Letras e Artes (LAR). A transferência do curso de Letras e do CHLA para a Universidade Federal de Alagoas ocorreu em 1977, para o antigo prédio da Faculdade de Economia. No ano de 1980, o Departamento de Letras e Artes é dividido, passando a se chamar LCV (Línguas Clássicas e Vernáculas) e LEM (Línguas Estrangeiras Modernas), formando docentes em habilitação dupla.

O final da década de 1980 assinalava alguns marcos importantes, sendo os dois primeiros por iniciativa da profa. Maria Denilda Moura: a criação do PET- Programa Especial de Treinamento (nomenclatura da época); e a implantação do curso de mestrado em Letras, o primeiro mestrado da Ufal, durante a gestão do Magnífico Reitor Prof. Fernando Gama. Em seguida, é implementado o doutorado em Letras. Desde a década de 1980, o Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) vem se consolidando. Tendo passado por várias modificações estruturais em quase três décadas de existência, o programa conta atualmente com duas áreas de investigação, Estudos Linguísticos e Estudos Literários, subdivididas nas linhas: Literatura e História; Literatura, Cultura e Sociedade; Discurso: Sujeito, História e Ideologia; Estudos Textuais: Oralidade, Leitura e Escritura; Linguística Aplicada; Teoria e Análise Linguística. Também no final dos anos 1980 foram iniciadas as principais atividades de extensão vinculadas ao curso de Letras. Com o apoio do então Magnífico Reitor Prof. João Azevedo, a professora Hilda Laffitte implantou na Ufal um projeto nacional de curso de inglês instrumental para as universidades brasileiras (ativo entre 1977 e 1981); e, em 1989, a Casa de Cultura Britânica, Casa de Cultura de Expressão Francesa, Casa de Cultura de Expressão Alemã, Casa de Cultura Latino-Americana e Casa de Cultura Luso-Brasileira foram oficializadas pelo então Pró-Reitor de Extensão Prof. Salomão Barros Lima, com o objetivo de promover cultura e prestação de serviços à comunidade através da oferta de cursos de línguas estrangeiras. Atualmente conhecido como Projeto Casas de Cultura, ele consiste na maior ação de extensão na área de Letras.

A partir de 1995, vários eventos importantes em associação ao curso de Letras foram realizados: de 1995 a 1997, a Fale sediou a Associação Brasileira de Linguística; em 1998, foi criado o curso de Letras - Noturno; no período de 2002 a 2004, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) foi sediada na Fale; e em 2012-2014 foi a vez da Abrapui (Associação Brasileira de Professores Universitários de Inglês) ser acolhida pela faculdade. Atualmente, sediamos a Abralin (Associação Brasileira de Linguística) neste biênio 2018-2020.

Em 2005, com a implantação das unidades acadêmicas na Ufal, é criada a atual Faculdade de Letras (Fale), sob a Direção das professoras Ildney Cavalcanti e Izabel Brandão, sendo esta última substituída em dezembro de 2007 pela profa. Maria Stela Lameiras. Data desta gestão a elaboração do projeto de construção dos atuais prédios da Faculdade e do Cepel (PPGLL), um notável avanço em se tratando da infraestrutura de funcionamento, possibilitado por políticas governamentais de incentivo às Ifes.

Dando continuidade ao histórico das direções da Faculdade, houve em seguida a gestão da professora Eliane Barbosa entre 2011-2014 e 2014-2018, com três colegas ocupando, em sequência, a função de vice-direção: profa. Lúcia de Fátima Santos, prof. Helson Sobrinho e prof. Jair Barbosa. Para o quadriênio 2018-2022, assumiram a profa. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima e o prof. José Niraldo de Farias.

O curso de Letras-Francês cumpre, assim, uma trajetória que antecede a criação da própria Universidade Federal de Alagoas, ultrapassando seis décadas de existência. Durante todo este período, vivenciamos modalidades diferenciadas de atuação (habilitação dupla/única; articulação entre ensino, pesquisa e extensão) e concedemos graus distintos: bacharelado (extinto), licenciatura, especialista (extinto), mestrado e doutorado. Atualmente, mesmo com a ausência da língua francesa na rede básica de ensino no estado, o curso continua a formar os professores de francês encarregados de uma demanda bastante importante, advinda sobretudo do turismo e da pesquisa universitária.

6. INFRAESTRUTURA

6.1. Composição Geral dos espaços físicos

A Faculdade de Letras é um órgão de administração intermediária da Universidade Federal de Alagoas e é regida pelo Estatuto e Regimento Geral da UFAL, pelas decisões do Conselho Universitário (CONSUNI) e pelo seu Regimento Interno. Totalizam-se quatro prédios sob sua administração: o Prédio Administrativo Geral, o Bloco de Salas de Aula Denilda Moura (antigo BSA1), o Centro de Pesquisas em Educação e Linguagens (CEPEL) e o Prédio de Libras.

Prédio Administrativo Geral: nesse prédio, encontram-se as salas da Direção e Secretaria Geral, Sala das Coordenações de Graduação, Secretaria das Coordenações de Graduação, Sala da Pós-graduação em Letras e Linguística e Profletras, Almoxarifado e Arquivo, Salas de Permanência de docentes, Sala do Programa Tutorial de Letras (Pet-Letras), Centro Acadêmico (CA), Copa, Sala de reuniões de Professores, Miniauditório Heliônia Ceres, Laboratório de Línguas (Label), Sala Coordenações de EaD, sala do Programa Institucional de bolsas de iniciação à Docência (Pibid), sala das Casas de Cultura no Campus (CCC) e Núcleo de Línguas (Nucli).

Bloco de Salas de Aula Denilda Moura: são 15 salas, 1 sala administrativa e 2 banheiros (feminino e masculino), além de área de convivência, espaço verde e lanchonete.

CEPEL (Centro de Pesquisas em Educação e Linguagens): neste prédio encontram-se as salas dos Grupos de Pesquisa, Núcleos e três laboratórios, além da biblioteca setorial, copa, banheiros (masculino e feminino) e almoxarifado.

Prédio Libras: nele, encontram-se salas de Coordenações, de permanência de docentes, técnicos e discentes, laboratórios Viso-Gestuais, sala de reuniões e 4 salas de aula.

A unidade possui sete cursos de graduação: Letras-Espanhol, Letras-Francês, Letras-Inglês, Letras-Português, Letras-Espanhol/Ead, Letras-Inglês/Ead, Letras-Português/Ead, Letras-Libras e dois Programas de Pós-graduação Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) e o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras).

6.2. Aspectos Específicos

No que tange aos espaços destinados a usos específicos, destacamos o espaço de trabalho para docentes em tempo integral. Tratam-se de salas localizadas no Prédio Administrativo Geral, que acomodam entre dois e três docentes, equipadas com mobiliário e quadros de avisos.

O espaço para o coordenador ou coordenadora encontra-se também no mesmo Prédio: trata-se das Salas das coordenações de Graduação, em espaço conjunto com a Secretaria das Coordenações de Graduação. Esse espaço é partilhado entre os coordenadores e coordenadoras dos cursos presenciais, Letras-Espanhol, Letras-Francês, Letras-Inglês e Letras-Português. Neste recinto climatizado, cada coordenador tem à disposição mesa, computador, armários com chave, mesa de reunião e armários com suprimentos de escritório, além de linha telefônica.

A Sala coletiva de professores é composta por uma sala multiuso, também no Prédio administrativo Geral, e é equipada com mesa de reuniões, projetor multimídia, quadro branco e bancos estofados para eventual presenca de público.

Já as Salas de aula localizam-se no Bloco de Salas de Aula Denilda Moura. Como descrito anteriormente, este bloco possui 15 salas de aula que podem comportar, em sua extensão máxima, em torno de sessenta alunos. São equipadas com carteiras estudantis, mesa do professor, quadro branco e projetor multimídia, reservado em sala específica (sala administrativa).

Por fim, no Label os discentes têm acesso a equipamentos de informática com agendamento prévio pelo professor/a. O Laboratório é atualmente composto por 16 (dezesseis) computadores, 19 (dezenove) cadeiras simples, duas mesas redondas e é climatizado. Além deste espaço destinado às atividades de ensino-aprendizagem, a UFAL conta com diversos laboratórios no Centro de Interesse Comunitário (CIC) e em espaços na Biblioteca Central.

7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

De acordo com o *Plano de Desenvolvimento Institucional* (PDI) da Universidade Federal de Alagoas, o ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa, necessariamente, por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica.

Segundo o documento, a universidade "deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização", observando "novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas" (UFAL, 2013-1017, p. 43-44), a saber:

- O uso das ferramentas de tecnologias atuais por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem;
- Produção de material instrucional pelos docentes;
- Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância;
- Adoção de metodologias, perspectivas ou abordagens inovadoras como *Problem-Based Learning* (PBL), a gamificação e os letramentos;
- Ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos;
- Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico;
- Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas;
- Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas. (*Ibid.*, p. 44).

Seguindo os princípios estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Ufal, o curso de Letras-Francês busca a articulação entre teoria e prática, como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os/as alunos/as se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim o/a aluno/a sai da simples condição de mero receptor/a de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento. Sabe-se que toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a produção de conhecimentos, um exercício através do qual o/a aluno/a poderá teorizar e analisar, sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos, o objeto de estudo. Em concordância com o PPI da Ufal, o curso de Letras-Francês, compreende a necessidade de superar a concepção de que a prática se limita somente ao estágio supervisionado, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área, e busca, por meio de atividades de pesquisa e extensão, ampliar o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo, a fim de que o/a aluno/a alcance uma autonomia intelectual.

Considera-se que uma "formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnico-raciais e afro-descendentes e, por fim, do empreendedorismo" (UFAL, 2013-2017, p. 44). Na graduação, a flexibilização curricular é fundamental para o processo de "internacionalização [...], que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem" (*Ibid.*, p. 44).

O ensino de graduação terá como diretriz o *Projeto Pedagógico do Curso* (PPC), baseado no *Projeto Pedagógico Institucional* (PPI). O plano de ações para suportar a oferta semestral dos cursos deve ser elaborado e/ou revisado periodicamente, sob a supervisão do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (*Ibid.*, p. 44-45). Frequentemente deve haver "processo de avaliação, observando a atuação do docente, a participação dos/das discentes, os pontos relevantes no processo de ensino-aprendizagem e, não menos importantes, os indicadores de sucesso comumente conhecidos como evasão e retenção" (*Ibid.*, p. 45). A avaliação "deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano pedagógico e das atividades curriculares", requerendo, "por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas" (*Ibid.*, p. 45).

O colegiado do curso deve manter reuniões periódicas, e o NDE deve fazer o planejamento de médio a longo prazo dos cursos. A avaliação "transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL" (*Ibid.*, p. 45). Há também o Fórum dos Colegiados e Fórum das Licenciaturas, que proporciona discussões e analisa propostas normativas e soluções.

7.1. A Pesquisa

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento. Nela, é incentivada a formação de grupos e núcleos de estudo que atuem nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No âmbito do curso de Letras-Francês, a pesquisa pode ser iniciada a partir do segundo período, por meio de programas como PET (Programa de Educação Tutorial), PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), IsF-Francês (Idiomas sem Fronteiras) e monitoria, proporcionando ao futuro professor oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões na sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

Além disso, na disciplina Pesquisa Aplicada ao Ensino, o/a aluno/a iniciará sua pesquisa individual, desenvolvendo seu pré-projeto de pesquisa e escolhendo um/a orientador/a para o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As ações desenvolvidas ainda no nível de graduação buscam, de maneira geral, preparar o/a discente para a continuidade de sua vida acadêmica. Assim, Teoria Linguística 1 e 2, e Teoria da Literatura 1 e 2, entre outras disciplinas, componentes curriculares, minicursos e eventos, objetivam trabalhar

conceitos e fundamentos para o desenvolver o olhar analítico e objetivo do pesquisador. Dessa forma, a relação com o Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) é cultivada por meio de uma correlação entre os temas trabalhados em sala e suas linhas de pesquisa, a saber: Teoria e análise linguística; Discurso: sujeito, história e ideologia; Estudos textuais: oralidade, leitura e escritura; Linguística Aplicada; para a área de Linguística; e Literatura, cultura e sociedade; Literatura e História; para a área de Literatura.

7.2. Idiomas sem Fronteiras – IsF NucLi Ufal

A Ufal participa do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)⁶ desde 2013. Na época, o programa contemplava somente a língua inglesa e se chamava Inglês sem Fronteiras. O Programa é responsável por duas grandes ações: oferta de cursos de línguas estrangeiras/adicionais pelo Núcleo de Línguas (NucLi) e aplicação de testes de nivelamento. Hoje o Núcleo de Línguas (NucLi/ISF/Ufal) oferece cursos presenciais de inglês, francês, espanhol e português para estrangeiros. O NucLi Ufal oferta cursos de inglês online, o My English Online (MEO). O Centro Aplicador tem ofertado os testes TOEFL iTP e TOEIC.

O Programa IsF objetiva promover ações para uma política linguística visando à internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil, propiciando espaços para uma formação (inicial ou continuada) do profissional, voltada para atender às demandas locais e globais visando à internacionalização. Os professores, durante sua permanência de até 24 meses no Programa, participam da residência docente que favorece, incentiva e valoriza a pesquisa qualitativa sobre os vários aspectos (macros ou micros) envolvidos no ensino-aprendizagem de línguas para fins específicos (universitários). O programa é mais uma possibilidade aos/às licenciandos/as do curso para construírem uma formação profissional mais sólida, crítica e reflexiva.

7.3. Programa de Educação Tutorial (PET) – Letras

O Programa de Educação Tutorial (PET) visa à formação de grupos de tutoria de aprendizagem em cursos de graduação. Ele tem como objetivos: oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação de um profissional crítico e atuante; promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso de carreira universitária; estimular a melhoria do ensino de graduação através de desenvolvimento de novas práticas e de experiências pedagógicas no âmbito do curso; favorecer a atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores, disseminando novas ideias e práticas entre o conjunto dos/as alunos/as do curso; favorecer a interação dos bolsistas do próprio Programa com os corpos docente e discente do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) e ProfLetras; e promover a participação em atividades características de programas de pós-graduação⁷.

⁷ http://www.petletrasufal.com/

⁶ Informações sobre o Programa Idiomas sem Fronteiras podem ser obtidas em: http://isf.mec.gov.br/

7.4. Projeto Ensino de Línguas no Interior de Alagoas do Programa Línguas Estrangeiras no Interior – PLEI/UFAL

O Projeto de Ensino de Línguas Estrangeiras no Interior do PLEI visa a interiorização do processo de Internacionalização da UFAL, que articula os eixos de ensino, pesquisa e extensão atendendo os campi da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), situados em regiões que não sejam a capital do estado, isto é, campi Arapiraca e Sertão e suas respectivas unidades de ensino. O Projeto está centrado na oferta de cursos de idiomas estrangeiros (espanhol, francês e inglês) para estudantes de graduação da UFAL matriculados nos campi/unidades do interior do estado. A comunidade externa local, de cada um dos municípios envolvidos (Arapiraca, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Penedo e Santana do Ipanema) participa nas Jornadas Multilíngues resultantes de tais cursos.

Este Projeto se justifica pela necessidade premente de ampliar o processo de internacionalização plena e democrática da Universidade Federal de Alagoas, logrando assim: a) atender com mais abrangência a demanda desta IES por internacionalização nos campi resultado de seu processo de expansão e interiorização; b) oferecer aos estudantes de graduação da UFAL - especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social - matriculados em campi/unidade situadas em outros espaços que não a capital do estado a possibilidade de acessar idiomas estrangeiros em nível básico por meio de cursos gratuitos e de qualidade; c) oferecer à comunidade externa à UFAL, nas cidades atendidas por esta, espaços de cultura e lazer a partir das línguas estrangeiras ofertadas; d) ampliar os espaços para formação docente para os estudantes de Letras/Línguas Estrangeiras da Faculdade de Letras da UFAL/Campus Maceió; d) propiciar a integração entre diversos setores, unidades e campi da UFAL com vistas a realizar qualitativa e democraticamente seu processo de expansão.

7.5. A Extensão

O conceito assumido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem como referência a *Política Nacional de Extensão Universitária* (FORPROEX, 2012, p. 17), que entende a extensão como "o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade". Tendo como horizonte essa concepção, a Ufal compromete-se em formar profissionais com alto compromisso ético, com respeito ao meio ambiente e com forte consciência social. A participação do/a aluno/a é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatória para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrada a programas decorrentes das unidades acadêmicas e à temática curricular, sendo computada para a integralização do currículo dos/das discentes.

Assim, a Universidade Federal de Alagoas assume a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, como uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula, articulando a universidade às diversas organizações da sociedade, em uma enriquecedora troca de conhecimentos e experiências que favorecem a visão integrada do social. Por fazer parte de vida acadêmica de alunos/as, técnicos/as e professores/as, a extensão se materializa através de programas e projetos apresentados e assumidos pelas diversas unidades acadêmicas. A política de extensão, assim

entendida, transforma em atividades integradas os programas e projetos acadêmicos, bem como outras ações realizadas junto à comunidade.

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo. A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo *Plano Nacional de Extensão*: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, tendo, em 2018, realizado mais de 800 ações.

No que diz respeito às ações extensionistas do curso Letras-Francês, há atualmente dois Programas de Extensão aos quais essas ações estão vinculadas: o FALE em Linguagens e o Casas de Cultura.

O Programa de Extensão FALE em Linguagens, da Faculdade de Letras, visa a integrar projetos e ações de extensão da Faculdade de Letras, buscando ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras, a partir das ações de extensão. Esse Programa se justifica pela premência em desenvolver ações que considerem resultados de pesquisas desenvolvidas na área dos estudos da linguagem e que articulem conhecimentos construídos por meio da interdisciplinaridade, como aquelas que consideram as contribuições da Linguística, Literatura, Artes e, no caso das Licenciaturas, da Educação, em diálogo com a sociedade.

Outrossim, a área de língua francesa abrange as especialidades dos professores, conferindo ao Programa ações ligadas à Linguística, à Literatura e às Artes, como o CineClub *Cinema em Casas*, *Apprendre et enseigner avec TV5 Monde*, *Slam* na Sala, o colóquio *FOS/FOU*, entre outras ações.

Já o Programa de Extensão Casas de Cultura da Faculdade de Letras da UFAL abarca dois projetos que têm caráter contínuo, ligados aos domínios da Linguística e da Educação, sobretudo no que diz respeito à formação de professores:

- 1- Projeto Casa de Cultura no Campus (CCC Língua Francesa);
- 2- Projeto Casa de Cultura Expressão Francesa (CCEF).

O projeto Casas de Cultura no Campus tem como objetivo oferecer espaços para que os/as licenciandos/as do curso Letras-Francês possam vivenciar a prática docente como professores em formação inicial (PFI) de língua francesa, ensinando essa língua para a comunidade universitária da Ufal. Este projeto justifica-se pela necessidade de atender às demandas universitárias em decorrência de internacionalização da universidade. Esse cenário leva à premência da interação em nível transnacional, ampliando o acesso para a difusão e o desenvolvimento/aprofundamento linguístico.

Já a Casa de Cultura de Expressão Francesa (CCEF), vinculado à Faculdade de Letras da Ufal, é desenvolvido no Espaço Cultural Universitário da Ufal, além de também proporcionar uma espaço para que os/as licenciandos/as do curso Letras-Francês possam vivenciar a prática docente como professores em formação inicial (PFI) de língua francesa, dedicam-se a atender às demandas gerais da sociedade

alagoana, recebendo os/as interessados/as em dedicar-se aos estudos da língua francesa ou das culturas francófonas, nos cursos e eventos ofertados pela CCEF. Assim, o projeto tem como proposta a socialização do saber acadêmico estabelecendo uma dinâmica que contribui para a participação da comunidade na vida universitária, a divulgação da cultura dos países que têm o idioma francês como língua oficial e para a promoção de cursos de língua francesa em diferentes níveis, contribuindo para a formação integral da comunidade, desenvolvendo, por meio do ensino-aprendizagem de línguas, diferentes maneiras de pensar e agir na sociedade.

Ainda no âmbito do curso de Letras-Francês, outros cursos são oferecidos para abarcar demandas de públicos específicos, como o curso *FOS no Pontal*, de 2016, direcionado para os artesãos do Bairro do Pontal da Barra, em Maceió, ou ainda cursos de Francês Instrumental, dedicados ao público que busca proficiência na leitura em língua francesa. Segue em anexo uma listagem das ações realizadas de 2016.1 a 2019.1.

7.5.1. Programa de extensão curricularizada:

I. PROGRAMA DE EXTENSÃO CURRICULAR LETRAS-FRANCÊS (PEC-FRANCÊS):

Em consonância com a *Política Nacional de Extensão* (FORPROEX, cf. p. 22), que preconiza que "[a] Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade", e também em consonância com a Resolução Nº 04/2018 (CONSUNI/UFAL), as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) têm como objetivo institucionalizar as ações de extensão, vinculadas ao curso de licenciatura em Letras-Francês.

Por Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), ainda segundo a Resolução Nº 04/2018 (CONSUNI/UFAL), entendem-se ações de extensão, nas modalidades curso, produto acadêmico e evento, desenvolvidas como atividades curriculares e agrupadas em projetos, para o atendimento de demandas identificadas a partir do levantamento de necessidades de grupos e/ou movimentos sociais de Alagoas, no âmbito do ensino-aprendizagem de língua francesa e suas literaturas. As ACEs têm os/as licenciandos/as como protagonistas, supervisionados por docentes vinculados/as ao curso Letras-Francês.

A curricularização da extensão, em concordância com a meta 12.7 do *Plano Nacional de Educação* 2014-2024 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 da Ufal (PDI), assegura 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, ou seja, 320 horas. O/a aluno/a do curso de Letras-Francês terá a oportunidade de se engajar em atividades de extensão que seguem os parâmetros estabelecidos pelo curso e pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio da Resolução Nº 04/2018 (CONSUNI/UFAL). Essa carga horária poderá estar contemplada no PEC-Francês.

I. Unidades envolvidas:

As ACEs podem vincular-se aos Programas da Fale já existentes e supracitados, uma vez que esses respeitam o disposto na Resolução Nº 04/2018 (CONSUNI/UFAL), ou, se for adequado, a um novo Programa de Extensão, desenvolvido especificamente pelo curso de Letras-Francês para abarcar suas necessidades no desenvolvimento de suas ações, de antemão denominado Programa de Extensão Curricular Letras-Francês (PEC-Francês), desenvolvido no âmbito da Faculdade de Letras.

Inicialmente, o PEC-Francês envolve diretamente, como unidade, a Faculdade de Letras (FALE). Entretanto, como princípio básico da Extensão Universitária, o curso busca desenvolver a interdisciplinaridade e a intersetorialidade por meio do envolvimento de outras unidades, como o Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte (ICHCA) ou o Centro de Educação (CEDU). Assim, de acordo com o desenvolvimento das ações, respeitando—se a natureza de cada uma, procura-se e estimula-se construir relações de interdisciplinaridade e intersetorialidade.

II. Justificativa:

Em relação à população atendida, contribuiremos com sua inserção no mundo de um modo mais amplo, favorecendo o acesso à língua estrangeira e aos meios culturais e profissionais plurilingues. Dessa forma possibilitamos aos indivíduos uma relação de forma efetiva e eficaz em diversos contextos socioculturais alcançando, ao mesmo tempo, uma compreensão aprofundada de sua própria identidade social e cultural.

III. Abrangência do PEC-Francês:

O PEC-Francês visa a integrar projetos e ações de extensão do curso de Letras-Francês, buscando ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras-Francês, a partir das ações de extensão. Esse Programa se justifica pela premência em desenvolver ações relativas à língua francesa que considerem resultados de pesquisas desenvolvidas na área dos estudos da linguagem e que articulem conhecimentos construídos por meio da interdisciplinaridade, como aquelas que consideram as contribuições da Linguística, Literatura, Artes e, no caso das Licenciaturas, da Educação, em diálogo com a sociedade.

IV. Áreas temáticas do PEC-Francês:

Considerando o que foi exposto no tópico anterior, as áreas temáticas em que se concentram o PEC-Francês são aquelas tradicionalmente ligadas à formação geral do curso de Letras, a saber, Linguística, Literatura, Artes, e aquelas ligadas ao núcleo de formação docente, por se tratar de um curso de Licenciatura, como a área da Educação. Entretanto, nada impede que as áreas temáticas sejam expandidas para áreas ligadas às Ciências Sociais Aplicadas e outras áreas das Ciências Humanas, com as quais tem amplo potencial interdisciplinar, sobretudo no que se refere às disciplinas do núcleo de formação específica de nosso curso.

V. Linhas de extensão do PEC-Francês:

As modalidades Projetos, Cursos, Eventos e Produtos de extensão do curso de Letras-Francês desenvolvem-se dentro da área temática Educação tendo como subárea a Cultura no âmbito das seguintes linhas de extensão, preconizadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007, pág. 28-34), no que diz respeito à organização e sistematização da extensão universitária: Línguas Estrangeiras (código 31), Formação de professores (código 21) e Mídias (código 34).

VI. Objetivos PEC-Francês:

Assim, o PEC-Francês visa a integrar projetos e ações de extensão do curso de Letras-Francês, buscando ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras-Francês, a partir das ações de extensão. Esse Programa se justifica pela premência em desenvolver ações relativas à língua francesa que considerem resultados de pesquisas desenvolvidas na área dos estudos da linguagem e que articulem conhecimentos construídos por meio da interdisciplinaridade, como aquelas que consideram as contribuições da Linguística, Literatura, Artes e, no caso das Licenciaturas, da Educação, em diálogo com a sociedade.

Acreditamos que a aprendizagem da língua francesa poderá ampliar os conhecimentos culturais, políticos, sociais, linguístico-discursivos dos participantes das ações, assim como o contato com o outro e a participação cidadã e transformadora, em diferentes contextos. Desta forma, a proposta de programa contempla as seguintes demandas sociais da comunidade alagoana e tem como objetivos gerais:

- Possibilitar a aprendizagem da língua francesa com a finalidade de promover a interação e a aproximação com outras culturas.
- Contribuir para o processo de formação dos estudantes e para a participação cidadã e a inserção no mercado de trabalho.
- Favorecer a formação crítica, cidadã, política e transformadora dos participantes das ações a partir de atividades significativas que envolvem a compreensão e produção oral e escrita em língua francesa.
- Proporcionar o autoconhecimento do sujeito a partir do diálogo com a alteridade. Acreditamos que o contato com o outro, de uma perspectiva ao mesmo tempo acolhedora e crítica, permitirá a nossos/as alunos/as refletirem sobre seus próprios valores para atuação local, regional, nacional e global.

Defendemos que a formação do professor de francês deve ser direcionada para a valorização e consideração das subjetividades com as quais lidará durante o processo de ensino-aprendizagem. Além do mais, é importante que o professor compreenda a língua não só como um conjunto de regras, mas também como elemento constituído de significados e valores. Essa compreensão constitui-se como base da formação reflexiva. Portanto, com a intenção de contribuir para essa formação crítico-reflexiva dos participantes do projeto, objetivamos não só auxiliar no desenvolvimento das habilidades linguísticas na língua alvo, mas também no trabalho com a pesquisa que possibilite a reflexão sobre a relação entre

práticas docentes e teorias. Em outras palavras, nossa preocupação volta-se, essencialmente, para a formação crítico-reflexiva dos/das estudantes (FREIRE, 1970).

Além dos objetivos acima mencionados, o projeto propicia o contato com uma nova fonte de conhecimento de grande importância para a formação do indivíduo. Para alcançar tais objetivos, é importante desenvolver uma série de atividades que visem:

- promover o ensino-aprendizagem da língua francesa;
- desenvolver uma consciência intercultural, resultado do conhecimento, percepção e compreensão da relação entre a cultura de origem do aprendiz com a das comunidades objetos de estudo:
- responder a uma demanda social da comunidade através do ensino da língua francesa;
- proporcionar uma prática reflexiva para os/as graduandos/as de Letras-Francês da Ufal, que atuam no projeto como estagiários;
- criar oportunidades de estímulo ao intercâmbio acadêmico e cultural tendo como foco a língua francesa e as manifestações culturais a ela vinculadas.

Com o cumprimento dos objetivos, permitimos aos/às nossos/as discentes aprofundar a sua formação pedagógica intensificando a aprendizagem da língua e das culturas envolvidas. Além disso, proporcionamos aos/às alunos/as participantes um campo de pesquisa e reflexão da sua prática docente para enriquecimento da sua formação inicial, favorecendo assim seu desenvolvimento profissional.

VII. Ementa do PEC-Francês:

a. Ementa geral PEC-Francês:

De modo geral, o PEC-Francês estimula e promove a implementação de ações de extensão em áreas tradicionalmente ligadas à formação geral do curso de Letras, Linguística, Literatura, Artes, e aquelas ligadas ao núcleo de formação docente, por se tratar de um curso de Licenciatura, como a área da Educação. O PEC-Francês estimula busca também que as ações nele contidas possam expandir-se para outras áreas temáticas, como as Ciências Sociais Aplicadas e outras áreas das Ciências Humanas, com as quais tem amplo potencial interdisciplinar, sobretudo no que se refere às disciplinas do núcleo de formação específica de nosso curso.

b. Ementário ACEs:

ACE MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
ACE 1	Total:72 h	2º período
Evento		

EMENTA:

O/A estudante poderá desenvolver sua ACE 1 como evento em ações já existentes (no curso e na unidade), como, por exemplo, Soirée Française, Encontro Francófono, Semana de Letras – Fale. Nesta ACE são desenvolvidas temáticas que englobam a língua francesa e as culturas expressas por ela, de forma interdisciplinar e, geralmente, intersetorial, com a participação, por exemplo do curso de Licenciatura em Música. Em sua constituição teórica, a ACE engloba conhecimentos trabalhados nas disciplinas de Língua Francesa 1 e 2. A carga horária total encontra-se dividida da seguinte forma: Teórica: 32 h Prática: 40 h.

PÚBLICO-ALVO:

Discentes dos cursos de Licenciatura e Pós-graduação da Unidade, egressos e demais segmentos da sociedade interessados na língua e culturas francófonas.

OBJETIVOS:

Desenvolver habilidades artístico-culturais relacionadas às culturas e às artes francófonas.

METODOLOGIA:

Discussões teóricas e desenvolvimento de atividades (discussões, desenvolvimento de apresentações, ensaios, monitoria, etc.) sobre as atividades artísticas e culturais francófonas.

INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Instrumentos de avaliação: apresentação de relatório, desenvolvimento de artigo, entre outras formas. Indicadores: Indicadores relacionados à relação universidade-sociedade e produção acadêmica (cf. p. 37).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. 40p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em 2019.03.20

Rede nacional de extensão universitária. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001.

Resolução Nº 04/2018 de 19/02/2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A **Universidade e sua relação com o outro**: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79,2001.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. **Extensão**: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo, Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983, 93p.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986. HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. **Atividades extracurriculares:** multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203- 11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

ACE MODALIDADE		CARGA HORÁRIA	PERÍODO
ACE 2		Total: 60 h	5° período
Projeto	1/		
Semestralidade 1			

EMENTA:

O/a estudante participará do desenvolvimento de projeto, que pretende fazer o levantamento de demandas sociais, específicas ou gerais, contexto socioeconômico, e produzir, frente essa demanda, análises para a composição de produtos derivados dessa referida demanda. Esta ACE desenvolve-se em consonância com as disciplinas Língua Francesa 3 e 4, e Didática do Francês como Língua

Estrangeira, e serve de base para o desenvolvimento das ACE 3. A carga horária total encontra-se dividida da seguinte forma: Teórica: 30h Prática: 30h.

PÚBLICO-ALVO:

Segmentos da sociedade em geral.

OBJETIVOS:

Levantar e analisar demandas existentes, voltados para o ensino-aprendizagem da língua francesa.

METODOLOGIA:

Discussões teóricas, levantamento e análise de demandas.

INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Instrumentos de avaliação: apresentação de relatório, desenvolvimento de artigo, desenvolvimento de material lúdico-didático, entre outras formas.

Indicadores: Indicadores relacionados à relação universidade-sociedade e produção acadêmica (cf. p. 37).

RÉFERÊNCIAS BÁSICAS:

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras).
Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: 2012. 40p. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf
. Acesso em 2019.03.20

Rede nacional de extensão universitária. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001

Resolução Nº 04/2018 de 19/02/2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A **Universidade e sua relação com o outro**: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79,2001.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. **Extensão**: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203- 11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

ACE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
MODALIDADE		
ACE 3	Total: 48 h (Teórica: 20h Prática: 28h)	6º período
Projeto 1/ Semestralidade 2	,	•

EMENTA:

O/a estudante participará do desenvolvimento da segunda semestralidade do projeto 1, iniciado na ACE2, partindo da análise de demandas referente ao ensino-aprendizagem com fins específicos e, como resultado, produzir material como produto videoaulas, material para FOU/FOS, ou ainda material informativo, em consonância com as Práticas Curriculares desenvolvidas no 5° e 6° períodos, além da Disciplina de Língua Francesa 5 e 6, e Literaturas de Língua Francesa. O aluno/ a aluna pode também produzir material lúdico-didático, como tradução/escrita literárias, em consonância com as disciplinas de Língua Francesa, Literaturas de Língua Francesa, e/ou Linguística. Este projeto associa-se a uma ação na modalidade 'Produto' A carga horária se encontra dividida da seguinte forma: Teórica: 20h Prática: 28h.

PÚBLICO-ALVO:

Segmentos da sociedade em geral interessados no desenvolvimento de competências e/ou habilidades específicas no ensino-aprendizagem de língua francesa, como público acadêmico (pós-graduandos, intercambistas, etc), artesãos, interessados na área de turismo e hotelaria, etc.

OBJETIVOS:

Desenvolver materiais didáticos para Francês para objetivo específico ou universitário, com o auxílio de Tecnologias da Informação e Comunicação, voltados para o ensino-aprendizagem da língua francesa, materiais lúdico-didáticos, e/ou traduções.

METODOLOGIA:

Discussões teóricas e desenvolvimento de atividades de análise e produção de material para atendimento das referidas demandas.

INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Instrumentos de avaliação: apresentação de relatório, desenvolvimento de artigo, desenvolvimento de material lúdico-didático, entre outras formas.

Indicadores: Indicadores relacionados à relação universidade-sociedade e produção acadêmica (cf. p. 37).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras).
Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: 2012. 40p. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf
. Acesso em 2019.03.20

Rede nacional de extensão universitária. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001.

Resolução Nº 04/2018 de 19/02/2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A **Universidade e sua relação com o outro**: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79,2001.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. **Extensão**: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203- 11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

ACE MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
ACE 4	Total: 70 h	7º período
Projeto 2/		_
Semestralidade 1		

EMENTA:

O/a estudante participará do desenvolvimento de projeto, que pretende fazer o levantamento de demandas sociais, específicas ou gerais, contexto socioeconômico, e produzir, frente essa demanda, análises para a composição de um curso derivado dessa referida demanda. Esta ação desenvolve-se em estreita relação com as disciplinas do núcleo pedagógico e de Língua Francesa. A carga horária total apresenta-se dividida da seguinte maneira: Teórica: 25h Prática: 45h.

PÚBLICO-ALVO:

Público pertencente a demandas específicas, levantadas e analisadas durante a ACE 4, demais segmentos da sociedade em geral interessados no ensino-aprendizagem de língua francesa.

OBJETIVOS:

Levantar e analisar demandas sociais para o desenvolvimento de curso de ensino-aprendizagem de língua francesa e suas culturas.

MĔTODOLOGIA:

Discussões teóricas, levantamento de demandas, análise de dados e desenvolvimento de conteúdos programáticos.

INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Instrumentos de avaliação: apresentação de relatório, desenvolvimento de artigo, desenvolvimento de material lúdico-didático, entre outras formas.

Indicadores: Indicadores relacionados à relação universidade-sociedade e produção acadêmica (cf. p. 37).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. 40p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em 2019.03.20

Rede nacional de extensão universitária. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001.

Resolução Nº 04/2018 de 19/02/2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A **Universidade e sua relação com o outro**: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79,2001.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. **Extensão**: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Lovola, 1993.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203-11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

ACE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
MODALIDADE		
ACE 5	Total: 70 h	8º período
Projeto 2/		
Semestralidade 2		

EMENTA

O/a estudante poderá participar como membro da equipe organizadora no curso com demanda diagnosticada e desenvolvido durante a primeira semestralidade do projeto 2, seja nas Casas de Cultura de Expressão Francesa ou no Programa Línguas Estrangeiras no Interior. Assim, este projeto vincula-se diretamente ao desenvolvimento de uma ação na modalidade 'Curso'. Esta ação desenvolve-se em estreita relação com as disciplinas do núcleo pedagógico e de Língua Francesa. A carga horária total desta ação divide-se da seguinte forma: Teórica: 25h Prática: 45h.

PÚBLICO-ALVO:

Público pertencente a demandas específicas, levantadas e analisadas durante a ACE 4, demais segmentos da sociedade em geral interessados no ensino-aprendizagem de língua francesa.

OBJETIVOS:

Desenvolver e realizar curso de ensino-aprendizagem de língua francesa e suas culturas.

METODOLOGIA:

Discussões teóricas e desenvolvimento de planos didáticos, conteúdos programáticos.

INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Instrumentos de avaliação: apresentação de relatório, desenvolvimento de artigo, desenvolvimento de material lúdico-didático, entre outras formas.

Indicadores: Indicadores relacionados à relação universidade-sociedade e produção acadêmica (cf. p. 37).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. 40p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em 2019.03.20

Rede nacional de extensão universitária. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001

Resolução Nº 04/2018 de 19/02/2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A **Universidade e sua relação com o outro**: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79,2001.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. **Extensão**: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203- 11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

VIII. Metodologia geral de Extensão e do PEC-Francês

A metodologia geral do PEC-Francês e de suas Atividades Curriculares de Extensão é orientada pelo atendimento das demandas de grupos e movimentos sociais relativos ao ensino e aprendizagem de língua francesa e suas literaturas.

O Programa tem previsão de duração de dois anos, sendo prorrogável uma única vez, totalizando o período de quatro anos, quando poderá se dar a revisão de seu projeto. Já as ações abarcadas por ele têm comumente a duração de um a dois semestre, de acordo com a natureza da ação. Estas, porém, são de caráter perene, sendo renovadas durante o período de duração do PEC-Francês.

Como já abordado anteriormente, as modalidades Projetos, Cursos, Eventos e Produtos de extensão do PEC-Francês desenvolvem-se dentro da área temática Educação tendo como subárea a Cultura no âmbito das seguintes linhas de extensão, preconizadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007, pág. 28-34), no que diz respeito à organização e sistematização da extensão universitária: Línguas Estrangeiras (código 31), Formação de professores (código 21) e Mídias (código 34).

Assim, na modalidade projeto, prevê-se que os/as licenciandos/as façam levantamentos e análises das necessidades dos grupos sociais a serem beneficiados, com o objetivo de propor ações que atendam a essa demanda, possivelmente aliando-se à modalidade produto.

Desta maneira, na modalidade produto, prevê-se que os/as licenciandos/as produzam produtos acadêmicos de caráter educacional no âmbito do ensino e aprendizagem de língua francesa e suas literaturas, como materiais didáticos, canais *online* de difusão e conhecimento, entre outros.

Na modalidade evento, prevê-se que os/as alunos/as se envolvam na organização de eventos acadêmicos que tenham como objetivo a divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da formação em Letras-Francês, voltados para alunos e alunas de outras licenciaturas, egressos/as, ou para interessados de uma forma geral.

Na modalidade curso, prevê-se que os/as alunos/as desenvolvam uma ação pedagógica de língua francesa, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos e que atendam às demandas dos diversos segmentos da sociedade, como no caso de candidatos/candidatas a programas de pós-graduação, artesãos, profissionais do ramo do turismo e hotelaria, intercambistas, projetos sociais, ou demais demandas que possam surgir.

Desta forma, os principais locais em que as referidas ações podem ocorrer são as instalações da própria Universidade, em seus diversos campi ou Espaço Cultural Universitário, escolas da rede pública ou privada, associações e comunidades.

IX. Acompanhamento e avaliação das ACEs

No que diz respeito ao acompanhamento e avaliação das ACEs, estes serão divididos em dois momentos: acompanhamento e avaliação das ações e/ou do programa de Extensão, e acompanhamento e avaliação dos alunos em Atividade Curricular de Extensão:

a) Acompanhamento e avaliação das ACEs e/ou do PEC-Francês:

A inserção no Sistema SIG, o acompanhamento e a avaliação, quantitativa e qualitativa, das ações de extensão do curso de Letras-Francês são parte constitutiva da carga horária dos/das docentes, sendo as ACEs atribuídas semestralmente. Em relação ao Programa de Extensão PEC-Francês, sua inserção, acompanhamento e avaliação fica a cargo do/da docente do curso que cumpra o papel de representante na Câmara de Extensão da Faculdade de Letras.

b) Avaliação dos/as discentes em Atividade Curricular de Extensão:

Cabe aos/às docentes responsáveis pelas ACEs escolher a forma de avaliação que se adeque à natureza da ação, respeitando o que está disposto no Regimento Interno da Fale e Ufal, e o calendário acadêmico da Ufal. Entre as formas de avaliação, podem constar o formato relatório, finais ou parciais, a produção de diários de bordo, fichas avaliativas, produção de materiais, apresentação oral, etc.

c) Indicadores:

Os indicadores que servirão como parâmetros avaliativos do PEC-Francês são aqueles descritos nos *Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)* (MAXIMILIANO JUNIOR, 2017, p. 33-45), aferidos através dos registros disponibilizados no Sistema SIG. Segue a lista dos referidos indicadores:

Indicadores de Política de Gestão (PG):

PG1: Importância estratégica da extensão universitária

PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária

PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão

PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira

PG5: Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão

PG6: Participação dos servidores da extensão em eventos da área

PG7: Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica

PG8: Garantia da qualidade na extensão

PG9: Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos

PG10: Taxa de conclusão de ações de extensão

PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão

PG12: Recursos para extensão captados via edital público externo

PG13: Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados

Indicadores de Infraestrutura (Infra)

Infra1: Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão

Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão

Infra3: Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais

Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados

Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo

Infra6: Logística de transporte de apoio à extensão

Infra7: Acesso e transparência das ações extensão

Infra8: Sistemas informatizados de apoio a extensão

Indicadores de Plano Acadêmico (PA)

PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos

PA2: Nível de inclusão da extensão nos currículos

PA3: Articulação extensão - ensino

PA4: Articulação extensão - pesquisa

PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa

PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão

PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante

PA8: Participação de docentes na extensão

PA9: Participação de técnicos-administrativos na extensão

Indicadores de Relação Universidade - Sociedade (RUS)

RUS1: Representação da sociedade na IES

RUS2: Parcerias interinstitucionais

RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES

RUS4: Representação oficial da IES junto à sociedade civil

RUS5: Meios de comunicação com a sociedade

RUS6: Alcance da Prestação de Contas à Sociedade

RUS7: Público alcançado por programas e projetos

RUS8: Público alcançado por cursos e eventos

RUS9: Público alcançado por atividades de prestação de serviço

RUS10: Ações de extensão dirigidas às escolas públicas

RUS11: Professores da rede pública atendidos por cursos de formação continuada

RUS12: Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas

RUS13: Municípios atendidos por ações extensionistas

Indicador de Produção Acadêmica (Prod)

Prod1: Ações de extensão desenvolvidas por modalidade

Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão

Prod3: Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão

Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão

Prod5: Comunicações em eventos com base em resultados da extensão

Prod6: Produções audiovisuais

Prod7: Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros)

Prod8: Empreendimentos graduados em incubadoras

Prod9: Cooperativas populares graduadas em incubadoras

X. Referências:

Básicas:

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras).

Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: 2012. 40p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>.

Acesso em 2019.03.20

MAXIMIANO JÚNIOR, Manoel et al (Org.). **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária** (IBEU). Campina Grande: Edufcg, 2017.

Rede nacional de extensão universitária. Documentos. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, 2001. Resolução Nº 04/2018 de 19/02/2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

Complementares:

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A **Universidade e sua relação com o outro**: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79,2001.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. **Extensão**: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203-11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

7.6. Responsabilidade social

A Universidade Federal de Alagoas busca participar da sociedade alagoana ativamente no campo do ensino, da pesquisa e principalmente das atividades de extensão. Para tanto, é sensível aos desafios enfrentados, às solicitações das entidades com as quais se relaciona e aos participantes das atividades que oferece.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da Ufal deve difundir o conhecimento produzido. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas coautoras desse conhecimento.

Nesse sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Levando em consideração tal premissa, o curso de Letras-Francês pode desenhar projetos voltados para a melhoria das dificuldades encontradas relativas ao ensino-aprendizagem da língua francesa nos bairros ou municípios onde os/as alunos/as vivem. Tais estudantes podem desenvolver suas pesquisas pessoais nesses locais e podem participar de formações continuadas de professores na área em questão.

7.7. Acessibilidade

A Ufal atualmente possui um núcleo de estudos voltado para a compreensão das necessidades do seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade, e para o atendimento diferenciado às pessoas com deficiência, em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos/as alunos/as: autodeclaração. A Ufal tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, seja qual for a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: "Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos".

Nesse sentido, a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino. Em especial, recomenda que os PPCs contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

Para tal, a Ufal assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos/às alunos/as surdos/as, cegos/as e surdo/a-cegos/as, e com deficiência cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. Em caso de comprovada necessidade de apoio em atividades de comunicação, em locomoção, em alimentação e em cuidados pessoais à pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência será também disponibilizado um profissional pela Instituição de Ensino Superior (IES) nos termos da Lei 12.764/2012.

7.8. Núcleo de acessibilidade

O Núcleo de Acessibilidade (NAC) atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos/às estudantes público-alvo (pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades). Esse atendimento tanto pode ser feito por meio de acompanhamento nas salas de aulas, quanto em atividades na sala do NAC-Ufal em horário específico, para assessoria na confecção de trabalhos acadêmicos. É possível também adaptar materiais didáticos e oferecer capacitação para o uso de tecnologias assistivas, como recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC-Ufal também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional a pessoas com deficiência, além de eventos sobre educação inclusiva abertos a toda a comunidade universitária. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP), promove cursos para o corpo técnico e para os docentes da universidade. Ele atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

O AEE é um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, com vistas a eliminar as barreiras para a plena participação dos/as alunos/as, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do/a aluno/a, visando à autonomia e à independência na escola e fora dela. Atende, prioritariamente, os/as estudantes de graduação, mas podem também ser atendidos/atendidas estudantes da pós-graduação.

Os horários de atendimento, localização, carta de serviços e material de apresentação, estão disponíveis na página própria do NAC, https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/nucleo-de-acessibilidade.

7.9. Inclusão

Desde 1999, a Ufal preocupa-se com inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33/2003/CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012/CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da Ufal.

Para o Ano Letivo de 2018, serão reservadas 50% (cinquenta por cento) das vagas do curso Letras-Francês ofertado pela Ufal para estudantes cotistas, em conformidade com a Lei nº 12.711/2012, com o Decreto nº 7.824/2012 e com as Portarias Normativas MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e nº 21, de 05 de novembro de 2012.

Deste percentual indicado, 50% (cinquenta por cento) das vagas serão destinadas aos/às candidatos/as oriundos/as de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto e 50% (cinquenta por cento) serão destinadas aos/às candidatos/as oriundos/as de famílias com renda *per capita* igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto.

São reservadas vagas por curso e turno nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica acima. As vagas serão reservadas em igual proporção ao quantitativo de estudantes Pretos/as, Pardos/as e Indígenas do Estado de Alagoas, correspondente a 67,22% (sessenta e sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento) segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010.

Serão reservadas vagas por curso e turno nos quatro grupos que surgem depois de aplicada a divisão mencionada acima. As vagas serão reservadas em igual proporção ao quantitativo de estudantes com deficiência do Estado de Alagoas, correspondente a 27,55% (vinte e sete inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento), segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

8. OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do curso de Letras-Francês é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica e reflexiva, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos multimodais. Estes/Estas futuros/as profissionais deverão ser conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Devem ter também o domínio do uso da língua francesa, objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações multiculturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Devem ser capazes de lidar com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários em diferentes contextos. Devem ser capazes de fazer uso das tecnologias atuais e de compreender sua formação profissional como processo contínuo e permanente.

9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado, em consonância com uma tendência mundial, a necessidade de centrar o ensino-aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do/a aluno/a, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud⁸, não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque aí o termo "mobilizar", pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de coisas. Perrenoud fala de esquemas, em um sentido muito próprio. Seguindo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud que "uma competência orquestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação ".

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

A direção do foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências implica em ressaltar que essas habilidades e competências precisam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Em outras palavras, é preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas, independentemente do objeto comparado ou classificando, por exemplo. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de línguas, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de língua e literatura.

O formando deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no/a aluno/a uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer

⁸ PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

um, mas de desenvolver-se individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável.

O curso de Letras-Francês da Ufal é pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que visa, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo. Mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macrocompetência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades:

Gerais

- raciocínio lógico, análise e síntese;
- leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo;
- leitura e escrita proficientes de diferentes gêneros textuais, em Língua Francesa;
- utilização de metodologias de investigação científica;
- assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino;
- utilização de recursos de informática necessários ao exercício da profissão.

Específicas

- descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua em estudo;
- compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;
- estabelecimento e discussão de relações entre textos literários e contextos em que se inserem, e outros tipos de discursos;
- relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
- compreensão e aplicação de diferentes teorias e métodos de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para a educação básica.

10. PERFIL DO EGRESSO

O perfil dos profissionais de Letras-Francês deve contemplar uma formação crítica e teórica que permita a articulação dos conhecimentos construídos pela interface dos três pilares da universidade pública: pesquisa, ensino e extensão. Assim, almeja-se formar professoras e professores que sejam também pesquisadores e pesquisadoras, evitando-se, na prática, profissionais que repetem informações ou que apenas repassam conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis no mercado. Procura-se evitar uma formação na área de língua/linguagens que tenha uma visão restrita do universo no qual estes profissionais atuarão.

10.1. Perfil do Egresso

Os/as estudantes egressos do curso de Letras-Francês licenciatura estarão aptos/aptas para exercer a docência pautada nas concepções de educação em vigor. Portanto, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de língua francesa e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se que esse profissional tenha o seguinte perfil:

- Utilização integrada das competências orais e escritas (compreensão e produção oral e escrita)
 em situações de comunicação diversas;
- Seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem da língua adicional, levando em conta a importância dos aspectos culturais das sociedades de expressão francesa;
- Uso das metodologias de ensino-aprendizagem direcionadas para as línguas adicionais/estrangeiras e, sobretudo, para o ensino de língua francesa em especial.
- Capacidade de pautar-se nos valores da educação multicultural que possibilitem a comunicação e o respeito entre as diferentes culturas;
- Capacidade para atuar em escolas das redes pública ou privada conforme as exigências pedagógicas pertinentes de forma ética e crítica.
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Atitudes investigativa e reflexiva indispensáveis ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
 - Conhecimento dos diferentes usos da língua e sua gramática;
 - Conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura, da língua francesa;
 - Capacidade de analisar, descrever e explicar a estrutura e o funcionamento da língua francesa;
- Capacidade de analisar discursos de pontos de vista teóricos fundamentados em teorias presentes em sua formação;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;

- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
 - Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
 - Posicionamento crítico acerca das tecnologias atuais e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem o trabalho, a negociação, o diálogo entre os conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- Conhecimento e prática de processos de investigação, com resultados que tragam contribuições para a área.

11. METODOLOGIA

Este Projeto Pedagógico do curso de Letras-Francês foi construído com base nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Resolução 02/2015), Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras (Parecer CNS/CES 492/2001), Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Alagoas (PDI UFAL, 2013-1017, p. 43-44), Resolução 04/2018 - CONSUNI/UFAL.

Levando em consideração os desafios da educação superior e considerando as transformações ocorridas nas últimas décadas, buscamos desenvolver metodologias que proporcionem ao/à discente condições para o exercício profissional ético, autônomo, consciente de sua identidade, respeitando o/a outro/a, capaz de atuar em um mundo globalizado e pluricultural. Além disso, cabe ao curso proporcionar condições para seu enriquecimento e desenvolvimento cultural e artístico. Assim, busca-se possibilitar a esse/essa aluno/aluna um espaço para a reflexão dialética entre "o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas" (Parecer CNS/CES 492/2001, p. 29).

De acordo com o PDI da Universidade Federal de Alagoas, o ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por escolhas metodológicas que envolvam processos de inovação, qualificação e internacionalização (UFAL, 2013-1017, p. 43-44). Segundo ainda o mesmo documento, a universidade "deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização", observando "novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas".

Assim, seguindo os princípios estabelecidos no PDI da Ufal, como já exposto anteriormente, o curso de Letras-Francês busca a articulação entre teoria e prática, como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os/as alunos/as se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Dessa forma, o/a aluno/a sai da simples condição de mero/a receptor/a de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Em concordância com o PDI da Ufal, o curso de Letras-Francês compreende a necessidade de superar a concepção de que a prática se limita somente ao estágio supervisionado, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área, e busca, por meio de atividades de Pesquisa e Extensão, ampliar o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo, a fim de que o/a aluno/a alcance uma autonomia intelectual.

No que diz respeito ao emprego de metodologias adotadas pelos docentes no ensino, na pesquisa ou na extensão, temos como base um processo de reflexão-prática-reflexão que nos leva a questionar e atualizar nossas escolhas metodológicas constantemente, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a aprimorar nossos processos e também estimular a autorreflexão e autonomia dos/das alunos/alunas. Entre as metodologias de ensino mais recorrentes em nosso curso temos as metodologias ativas, metodologias de pesquisa como princípio educativo; temas geradores; seminários; debates; aula expositiva dialogada; aulas com suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Já no que

diz respeito à pesquisa, as metodologias mais utilizadas são a pesquisa bibliográfica, levantamento de dados, pesquisa de campo, pesquisa-ação e estudo de caso, constituindo-se em pesquisas de cunho qualitativo, em sua maioria. Em relação à extensão, a metodologia adotada privilegia o conceito horizontal de extensão universitária, buscando sempre consolidar e expandir os programas de extensão das unidades acadêmicas, articulando-os à formação acadêmica do/a estudante, sujeito da construção do conhecimento, à produção de conhecimento, à interação com a sociedade e às suas demandas, e à produção, preservação e difusão cultural.

12. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO

Os métodos de ensino de língua evoluem de forma constante, influenciados diretamente pelo surgimento de novas tecnologias de comunicação e informação: foi assim com a metodologia áudio-oral e o desenvolvimento e popularização do rádio, do gravador de áudio e do telefone, com a metodologia structuro-global audio-visual e as mídias visuais, como a televisão e o videocassete, só para citar alguns exemplos. Assim, nesta segunda década do século XXI, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) impactam enormemente a sala de aula: a praticidade e a facilidade de se carregar um smartphone e se conectar à rede internet permitem potencializar algumas estratégias de ensino-aprendizado de uma língua estrangeira de maneira inimaginável há 100 anos. Dessa forma, atualmente, é quase impossível ignorar a presença e as vantagens que a utilização desses recursos têm na formação do/da aluno/aluna de Letras-Francês, tanto para sua formação quanto para sua prática inicial. De maneira sistemática, os materiais didáticos dedicados ao ensino-aprendizagem de um idioma trazem materiais fundamentais e complementares vinculados às TICs.

Assim, em todas as etapas de ensino-aprendizagem, o/a aluno/a pode construir sua autonomia, incrementar sua formação acessando ou produzindo conteúdos, como blogs ou tutoriais, facilitando o contato entre os membros da comunidade universitária, entrando em contato com nativos, seguindo cursos e atividades complementares em linha, acessando ou adquirindo materiais didáticos de difícil acesso ou raros (fato que antes nos obrigaria a ir até um grande centro para poder acessar ou adquirir), recolhendo materiais ou documentos autênticos para a elaboração de planos de aula em estágio, buscando aprimorar sua própria prática, ou seja, inúmeras possibilidades de aquisição e aprendizagem. O curso de Letras-Francês incorpora, assim, às disciplinas e aos componentes curriculares atividades realizadas por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, gerenciados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Ufal. Trata-se, porém, de um curso presencial que utiliza tais procedimentos em sua metodologia de ensino, não podendo ser considerado um curso semipresencial. Desse modo, o processo avaliativo desses componentes e disciplinas ainda continuam sendo integralmente presenciais.

Esse acesso implica, necessariamente, uma boa rede de internet à disposição dos/das alunos/alunas e professores/as, o que já é uma realidade em nossa unidade. Seja por cabeamento, seja por ondas *Wi-Fi*, a Fale dispõe de conexão aberta e gratuita para todos os membros da comunidade universitária.

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da Ufal para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a Ufal está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas. Está, portanto, atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

O uso das TICs, por parte dos/das estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a Ufal possui o Núcleo de

Assistência Educacional (NAE) visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

13. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

13.1. Estrutura curricular

13.1.1. Núcleo de estudos de formação geral

O núcleo básico tem como objetivo a formação geral do/da estudante na área dos estudos da Linguagem e da docência. Essa formação geral deve ser adquirida por meio de disciplinas de Leitura e Produção de Textos, Teoria Linguística 1 e 2, Teoria da Literatura 1 e 2, Profissão Docente, Política e Organização da Educação básica no Brasil, Desenvolvimento e Aprendizagem, Didática, Libras, Gestão do Trabalho Escolar, Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Letras e Linguística.

A disciplina Leitura e Produção de Textos tem como objetivo desenvolver no/na estudante a capacidade de escrita e leitura e/ou interpretação de diversos gêneros discursivos, incluindo os gêneros acadêmicos.

As disciplinas de Teoria Linguística e Teoria da Literatura são encarregadas de dar ao/às aluno/as a fundamentação teórica para o estudo das diferentes línguas e suas respectivas literaturas. Enquanto que na Linguística se ensina, por exemplo, a visão histórica da área e os principais conceitos. Na Teoria da Literatura se discutem os conceitos, as funções e os gêneros literários.

O núcleo de estudos de formação geral deve ser integralizado em 1062 horas distribuídas em:

Disciplina	Carga horária
Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa 1	72
Teoria Linguística 1	72
Teoria Linguística 2	72
Teoria da Literatura 1	72
Teoria da Literatura 2	72
Profissão Docente	54
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72
Linguística Aplicada	72
Desenvolvimento e Aprendizagem	72
Didática	72
Linguística Aplicada e ensino de Língua Adicional	72
Letramento e Produção de Material Didático	72
Fundamentos de Libras	72
Gestão da educação e do trabalho escolar	72
Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	72

TOTAL	1062
IOTAL	1002

Além das disciplinas que atendem à formação geral, o curso de Letras-Francês contempla dois núcleos de formação: a) núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literatura de língua francesa; b) núcleo de estudos integradores.

13.1.2. Núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literatura de língua francesa

O segundo núcleo de formação, articulado organicamente ao conhecimento adquirido pelo/a estudante durante o núcleo de estudos de formação geral, tem como objetivo descrever e explicar a estrutura, os usos e as variações da língua francesa, bem como apresentar as literaturas a partir do estudo das organizações discursivas e literárias de obras representativas. Este núcleo envolve uma parte obrigatória mínima, com conteúdos considerados básicos sobre o funcionamento da língua e de suas literaturas, e uma parte eletiva, com conteúdos direcionados aos interesses específicos de estudantes e docentes.

As disciplinas de Língua Francesa visam especificamente ao desenvolvimento das habilidades de compreensão e produção oral e escrita em língua francesa, com vistas à formação do falante em nível básico.

A disciplina de Avaliação e Ensino do Francês aborda o processo de avaliação dos diferentes níveis de análise linguística no ensino-aprendizagem das competências de compreensão e expressão em língua francesa.

As disciplinas de Literatura de Língua Francesa 1 a 3 buscam sensibilizar os/as estudantes aos textos literários e explorá-los de forma socialmente crítico-reflexiva.

As disciplinas didático-pedagógicas da área de língua francesa valorizam os pressupostos da formação docente, como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, aliados aos temas socioculturais da contemporaneidade tais como direitos humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

As atividades de extensão complementam a formação acadêmica do/a aluno/a ao promover a inserção do/a mesmo/a na realidade social, local e política brasileira por meio de cursos, eventos e produtos. Assim, a extensão possibilita a cogeração de conhecimentos para uma formação com potencial transformador da sociedade.

Além das disciplinas objetivando uma formação sobre língua e literatura de língua francesa, o Trabalho de Conclusão de Curso exige do/a aluno/a demonstração de sua capacidade criativa, crítica e reflexiva e da habilidade na aplicação dos aspectos práticos e pedagógicos do curso.

O núcleo de formação do conhecimento específico sobre língua e literatura de língua francesa deve ser integralizado em 818 horas.

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária
Língua Francesa 1	72
Língua Francesa 2	72
Língua Francesa 3	72
Língua Francesa 4	72
Língua Francesa 5	54
Língua Francesa 6	54
Literatura de Língua Francesa 1	54
Literatura de Língua Francesa 2	54
Literatura de Língua Francesa 3	54
Eletiva 1	72
Eletiva 2	72
Didática do francês como língua estrangeira	54
Trabalho de Conclusão de curso	62
TOTAL	818

13.1.3. Atividades Curriculares de Extensão

As Atividades Curriculares de Extensão contemplam os núcleos I e II, tanto de formação geral quanto de formação específica. As disciplinas e suas respectivas cargas horárias dedicadas a ACEs podem ser verificadas no Quadro **Ordenamento Curricular** ou nas ementas das disciplinas. Deste modo, em conformidade com a meta 12.7 do PNE e com o PDI 2013-2017 da Ufal, a carga horária total de extensão é de 320 horas, correspondentes a 10% da carga horária total do curso de Letras-Francês, conforme quadro abaixo:

Atividades Curriculares de Extensão	Carga horária
ACE 1 (evento)	72
ACE 2 (Projeto 1/ Semestralidade 1)	60
ACE 3 (Projeto 1/ Semestralidade 2 - produto)	48
ACE 4 (Projeto 2/Semestralidade 1)	70

ACE 5 (Projeto 2/Semestralidade 2 - curso)	70
TOTAL	320

13.1.4. Núcleo de estudos integradores

O núcleo de estudos integradores tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do/da professor/a de língua francesa. Esse núcleo se articula aos outros, em uma estreita relação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar, em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001. Inclui aulas e atividades relacionadas à prática docente, ao estágio curricular supervisionado de ensino, além das atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse do/da aluno/aluna. As aulas e atividades contemplam uma formação docente ampla, própria às licenciaturas, e uma estrita, composta pelos conteúdos específicos do curso de Letras-Francês.

Em termos de formação mais ampla, o curso segue os princípios orientadores das Licenciaturas na Ufal (Resolução Nº 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005), que estão em consonância com o *Plano Nacional de Educação* (Lei nº 10.172/2001), a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica*, em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena, e de acordo com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Desse modo, os/as estudantes de Letras-Francês, assim como todos/as os/as estudantes dos cursos de licenciatura da Ufal, discutem questões relativas ao trabalho docente e à atualização profissional, ao desenvolvimento e à avaliação da aprendizagem, ao currículo, à pesquisa qualitativa (pesquisa educacional), à organização e gestão do trabalho escolar, e à política e organização da educação básica.

Em termos de formação mais estrita, o curso oferece quatro componentes curriculares de prática (PCC), com carga horária de 100 horas cada. O objetivo desses componentes é propiciar um contato mais próximo com a prática docente, para que os/as futuros/as profissionais possam elaborar atividades de caráter prático e inter/transdisciplinares, especificamente, relacionadas à integração do conhecimento teórico sobre a língua e suas literaturas.

O núcleo de estudos integradores deve ser integralizado em horas, conforme quadro abaixo:

Disciplinas ou atividades	Carga horária
Atividades Acadêmico-científico-culturais	200
Prática em tecnologia da informação e comunicação aplicada ao ensino de língua estrangeira (Prática como Componente Curricular I)	100
Prática de didatização de documentos autênticos (Prática como Componente Curricular II)	100

Prática de análise e produção de materiais e abordagens lúdicas (Prática como Componente Curricular III)	100
Prática de elaboração de material didático para francês para objetivo específico (FOS) e objetivo universitário (FOU) (Prática como Componente Curricular IV)	100
Estágio Supervisionado de Língua Francesa 1	200
Estágio Supervisionado de Língua Francesa 2	200
TOTAL	1.000

A integralização do curso compreende um total de 3.200 horas. Essa forma de estruturação do curso permite aos/às estudantes a participação na sua própria formação, conforme sugere o Parecer CNE/CES 492/2001: "Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do/a aluno/a, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão" (p. 29).

Nesse sentido, o curso de Letras-Francês da Fale permite ao/às alunos/as flexibilidade no que diz respeito à escolha de conteúdos, ou seja, as disciplinas do núcleo de formação obrigatória de cursos de Letras-Inglês, Letras-Português, Letras-Espanhol da Fale poderão ser computadas como disciplinas eletivas para este curso Letras-Francês.

13.1.5. Resumo dimensão pedagógica

De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 02/2015, Capítulo V, Artigo 13, Parágrafo §5º: "Nas Licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total".

No quadro abaixo, figuram as disciplinas que abarcam as dimensões pedagógicas. Essas disciplinas são oriundas tanto do núcleo de formação geral, quanto do núcleo de formação do conhecimento específico e somam 684 horas, valor, portanto, superior à quinta parte da carga horária total do curso, que é de 3.200 horas.

Disciplinas dimensão pedagógica	Carga horária
Profissão docente	54
Política e organização da educação básica no Brasil	72
Linguística Aplicada	72

Desenvolvimento e aprendizagem	72
Didática	72
Linguística aplicada e ensino de língua adicional	72
Letramentos e produção de material didático	72
Didática do francês como língua estrangeira	54
Gestão da educação e do trabalho escolar	72
Pesquisas Teóricas e aplicadas em Letras e Linguística	72
TOTAL	684

13.1.6. Prática como Componente Curricular (PPC)

A Resolução CNE/CP 02/2015 determina que os cursos de licenciatura devem dedicar "400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso". Conforme essa resolução, "as atividades caracterizadas como Prática como Componente Curricular (PCC) podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas". A prática como componente curricular envolve atividades de pesquisa e extensão, voltadas para o ensino de francês no ensino básico e em cursos livres. As atividades devem estimular a criticidade e uma consciência reflexiva, visando à autonomia intelectual e profissional do/da futuro/a professor/a, com o objetivo de oportunizar a articulação entre teoria e prática desde o início do curso.

No curso de Letras-Francês, as PCCs são desenvolvidas como núcleo e não como parte integrante das disciplinas. As 400 horas de PCC foram divididas em 4 componentes curriculares ao longo do curso de Letras-Francês, sendo uma por semestre, iniciando no segundo e finalizando no quinto período do curso. As PCCs recebem as seguintes denominações: Prática em Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira (PCC 1), Prática de Didatização de Documentos Autênticos (PCC 2), Prática de Análise e Produção de Materiais e Abordagens Lúdicas (PCC 3) e Prática e Elaboração de Material Didático para Francês para Objetivo Específico e Objetivo Universitário (PCC 4).

Nesse componente curricular, as atividades são pensadas a fim de articular as correlações entre teoria e prática, e a produção de conhecimento no campo das práticas pedagógicas de língua francesa relacionadas aos direitos humanos, justiça social e equidade com foco no ensino de objetivo geral (FLE) e específico (FOS) de francês, bem como a produção de conhecimento no campo didático-pedagógico de língua francesa (tais como estudos/investigações sobre práticas, sobre material didático utilizado no ensino de objetivo geral, específico ou universitário, entre outras). Todos os 4 componentes curriculares objetivam a integração entre saber, saber fazer, saber compreender/refletir sobre o que faz na busca de significados na gestão e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar, proporcionando uma articulação entre as diferentes práticas em uma perspectiva interdisciplinar. Valorizam não só a pesquisa individual, como também a coletiva, proporcionando, ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente.

A articulação entre teoria e prática é compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento, e possibilita o envolvimento dos/das estudantes em problemas reais, tomando contato com seus diferentes aspectos e influenciando soluções. Dessa forma, possibilita ao/à estudante sair da condição única de receptor/a de informações para tornar-se agente da construção desse conhecimento, cuja prática implica em ação crítico-reflexiva, atuação consciente e delimitação de planos de ação visando a determinados resultados. Assim, a prática constitui uma das dimensões fundamentais para a prática docente porque permite a (re)construção de conhecimentos.

Esse componente curricular também possibilita a inserção gradual, consciente, sensível e informada do/da estudante no mundo laboral e na prática social, estimulando a reflexão crítica, a criatividade para a construção do conhecimento sobre a realidade social e para a sensibilização ao atendimento das demandas sociais.

A prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e aprendizagem que articulam diferentes contribuições da Linguística Aplicada e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, há pesquisas com temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua adicional; o professor de língua/literatura como pesquisador.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, a prática como componente curricular desenvolvida no curso é contemplada ainda no núcleo de formação para a docência, que tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se articula aos outros dois (Núcleo básico de formação específica do curso de Letras e Núcleo de formação sobre a língua e suas literaturas), numa correlação entre teoria e prática. Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001, o núcleo de formação para a docência inclui aulas e atividades relacionadas à prática docente e ao estágio curricular supervisionado de ensino.

O objetivo das Habilidades Integradas para ensino-aprendizagem de francês, assim como de Estágio Supervisionado, é transcender a sala de aula. A inter-relação preconizada permitirá tanto a aplicação e/ou transformação do componente teórico em prática, como a construção do conhecimento, alicerçada na reflexão sobre as realidades.

13.2. Perfil de formação

Distribuição geral de carga horária entre os núcleos, atividades e práticas de formação (em percentuais)



Distribuição detalhada de carga horária entre os núcleos, atividades e práticas de formação (em percentuais)



13.3. Aproveitamento de estudos

A RESOLUÇÃO Nº. 08/2022-CONSUNI/UFAL, de 08 de março de 2022, que regulamenta os procedimentos e critérios para aproveitamento de estudos (ae) nos cursos de graduação no âmbito da ufal, propõe e estabelece em suas disposições gerais:

- Art. 1º Regulamentar os procedimentos e critérios para fins de Aproveitamento de Estudos (AE) nos cursos de Graduação da UFAL.
- Art. 2º Os estudos realizados por estudantes em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, em cursos de graduação ou pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), podem ser aproveitados pela UFAL.
- §1º O aproveitamento de que trata o presente artigo somente pode ocorrer para estudos realizados com equivalência entre disciplinas no período igual ou inferior a 10 (dez) anos do período letivo de ingresso do/a estudante no curso atual na UFAL.
- §2º Para as disciplinas cursadas em período superior a 10 anos, o/a estudante poderá solicitar uma única vez a realização de prova de suficiência, sendo considerado dispensado/a se obtiver média a partir de 7,0 (sete).
- §3º O instrumento de avaliação com a resposta do/a estudante deverá ser anexado ao formulário de aproveitamento de estudos.
- §4º Não pode haver aproveitamento de atividades acadêmicas complementares, exceto para computar horas flexíveis.
- I. Entende-se por "atividade acadêmica", as atividades e programas institucionais envolvendo a pesquisa, o ensino e a extensão.
- §5º Os cursos nacionais de graduação ou pós-graduação a que se refere o caput deste artigo devem ser legalmente autorizados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação MEC para que se proceda o aproveitamento, e os cursos estrangeiros devem ser autorizados ou reconhecidos de acordo com a legislação vigente do país de origem.

Essa resolução estabelece também a documentação a ser apresentada pela ou pelo solicitante (Capítulo II - Da Documentação); os processos de análise da documentação e avaliação (Capítulo III - Da Avaliação); versa também sobre o aproveitamento de estudos realizados na própria UFAL (Capítulo IV -Das Disciplinas Cursadas Na Própria Ufal); trata ainda das disciplinas cursadas por discentes da UFAL em outras Instituições de Ensino Superior (Capítulo V - Das Disciplinas Cursadas Em Programas Institucionais); e das disciplinas cursadas de forma isolada em outras instituições de ensino superior (Capítulo VI - Das Disciplinas Isoladas E Dos Processos Seletivos), além das disposições finais.

14. ORDENAMENTO CURRICULAR

Período	Disciplina	Horas	Total Semestre
	LÍNGUA FRANCESA 1	72	
1º	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA 1	72	342
	TEORIA DA LITERATURA 1	72	
	TEORIA LINGUÍSTICA 1	72	
	PROFISSÃO DOCENTE	54	
	LÍNGUA FRANCESA 2	72	
2°	TEORIA DA LITERATURA 2	72	360
	TEORIA LINGUÍSTICA 2	72	
	POL. E ORG. DA EDUC. BAS. NO BRASIL	72	
	ACE 1 (EVENTO)	72	
	LÍNGUA FRANCESA 3	72	
3°	LINGUÍSTICA APLICADA	72	200
3°	DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	72	388
	DIDÁTICA	72	
	PRÁTICA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	100	
	LÍNGUA FRANCESA 4	72	
4º	LITERATURA DE LÍNGUA FRANCESA 1	54	270
4°	LINGUÍSTICA APLICADA E ENSINO DE LÍNGUA ADICIONAL	72	370
	ELETIVA 1	72	
	PRÁTICA DE DIDATIZAÇÃO DE DOCUMENTOS AUTÊNTICOS	100	
	LÍNGUA FRANCESA 5	54	
5°	LITERATURA DE LÍNGUA FRANCESA 2	54	204
ع ع	DIDÁTICA DO FRANCÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	54	394
	GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR	72	
	PRÁTICA DE ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAIS E ABORDAGEM LÚDICAS	100	

	ACE 2 (PROJETO 1/ SEMESTRALIDADE 1)	60	
	LINGUA FRANCESA 6	54	
6°	LITERATURAS DE LÍNGUA FRANCESA 3	54	400
6	PESQUISAS TEÓRICAS E APLICADAS EM LETRAS E LINGUÍSTICA	72	400
	FUNDAMENTO DE LIBRAS	72	
	PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA FRANCÊS PARA OBJETIVO ESPECÍFICO (FOS) E OBJETIVO UNIVERSITÁRIO (FOU)	100	
	ACE 3 (PROJETO 1/ SEMESTRALIDADE 2)	48	
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA FRANCESA 1	200	
7°	LETRAMENTOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	72	342
	ACE 4 (PROJETO 2/ SEMESTRALIDADE 1)	70	
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA FRANCESA 2	200	
8°	ELETIVA 2	72	404
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	62	
	ACE 5 (PROJETO 2/ SEMESTRALIDADE 2)	70	
	Carga horária Flexível	200	200
	Total		3200

14.1. Resumo da estrutura curricular

PERÍODO	OBRIGATÓRIAS	ELETIVAS	тсс	ACE	PCC	FLEXÍVEIS	ESTÁGIO
1º	342	-	-	-	-	-	-
2°	288	-	-	72	-	-	-
3°	288	-	-	-	100	-	-
4°	270	-	-	-	100	-	-
5°	234	-	-	60	100	-	-
6°	252	-	-	48	100	-	-
7º	-	72	30	70	-	-	200
8°	-	72	32	70	-	-	200
PARCIAIS	1674	144	62	320	400	200	400
TOTAL GERAL: 3200							

14.2. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras-Francês pode formar, os conteúdos contemplam o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos/pelas estudantes.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras-Francês pressupõe o desenvolvimento de atividades críticas e reflexivas de caráter teórico-prático durante o período de integralização do curso.

14.3. Educação ambiental

O Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entre outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores. Para atender à legislação, o curso de Letras-Francês inclui conteúdos curriculares, relacionados a questões ambientais na

disciplina de Prática em tecnologia da informação e comunicação aplicada ao ensino de língua estrangeira. Além disso, a Ufal promove eventos institucionais relacionados ao tema da educação ambiental.

14.4. Educação em Direitos Humanos e Relações étnico-raciais

A Educação em Direitos Humanos na Ufal adequa-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012. O curso de Letras-Francês, seguindo as orientações da resolução CONSUNI/UFAL 59/2014 estabelece que a temática dos direitos humanos deverá atender à legislação específica. Nessa perspectiva, o art. 8º da Resolução CNE/CP 01/2012 determina:

"Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais."

O curso de Licenciatura em Letras-Francês trata da temática de direitos humanos não somente de forma transversal em disciplinas como Prática de Didatização de Documentos Autênticos, Letramentos e Produção de Material Didático, Prática da Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira, mas também em suas ações na área de formação de professores em situação de pré-serviço, na inserção destes na comunidade educacional por meio das aulas de estágio supervisionado e das ações de extensão propostas.

Em sendo uma licenciatura da área de humanas com foco na formação de professores de línguas estrangeiras, o curso busca tratar de temas como:

- Respeito à diversidade cultural de países falantes das outras línguas;
- Valorização da cultura local brasileira;
- Escuta atenta e respeito ao outro.

O curso de Letras Licenciatura em Letras-Francês preocupa-se também com a reflexão e discussão dos elementos que compõem o conjunto de direitos e deveres humanos e de cidadania (SANTOS, 2003). A importância do tratamento dos deveres, com a noção de direitos humanos, coloca a formação de professores no centro da crítica ao problema da sociedade de direitos, consistente com a crítica aos valores neoliberais de liberdade e autonomia.

O curso de licenciatura em Letras-Francês mostra com isso sua preocupação com uma formação sólida e crítico-reflexiva em relação à posição que o/a docente ocupa no contexto educacional brasileiro.

14.5. Libras

O componente curricular Libras é obrigatório nas licenciaturas e no curso de Pedagogia e de Letras (Art. 3º do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Nos demais cursos de graduação é opcional, devendo constar na lista dos componentes curriculares complementares.

O curso de Letras-Francês oferece a disciplina Libras como disciplina obrigatória na matriz curricular, prevista para o quinto período.

14.6. Temas transversais

Os temas transversais aparecem nas disciplinas pedagógicas e em algumas das de língua francesa, como forma de fomentar debates e praticar as habilidades de compreensão e produção oral e escrita em língua francesa – ética, cidadania, meio-ambiente, globalização, mídias etc. Todos os temas recomendados na Resolução 06/2018 são contemplados nas seguintes disciplinas do curso: Prática de Didatização de Documentos Autênticos (PCC 1), Prática em Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira (PCC 3) e Letramentos e Produção de Material Didático.

14.7. Estágio Curricular Supervisionado

A partir do sétimo semestre, o/a discente começa a realizar atividades de estágio supervisionado, as quais se estendem até o último semestre. O curso de Letras-Francês objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos/as alunos/as. Essa formação só pode ser atingida através de uma prática que viabilize um real contato entre estágio e instituições educacionais. É no seu local de estágio que o/a aluno/a poderá entender a significação da escola e o laço que esta possui com sua comunidade, percebendo como deve ajustar o conteúdo curricular adquirido no Ensino Superior à sala de aula.

As condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório do curso de Letras-Francês seguem a Parecer CNE/CP 28/2001, ao estabelecer a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura define que "o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico". O mesmo parecer estabelece um tempo mínimo legal para o estágio de 400 horas e é reforçado pela Resolução Nº 02/2015, Artigo 13. Nos cursos de licenciaturas e de Pedagogia, acadêmicos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária de estágio curricular supervisionado até, no máximo, 200 horas, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2002, Art. 1º, Parágrafo único. A Lei n. 11.788 de 25/11/2008 (conhecida também como Lei do Estágio), a resolução Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da Ufal, e a Resolução de Estágio da FALE Nº 004/2012, de 15 de maio de 2012 também estão contemplados no estabelecimento do Estágio Supervisionado do curso de Letras Francês.

Será escolhido, dentre os professores que compõem o colegiado do curso, um coordenador de estágio, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do curso de Letras.

O estágio supervisionado envolve quatro momentos: prática inicial, prática intermediária, processos pedagógicos e prática docente. A prática inicial envolve observação em sala de aula Língua e de Literatura, em escolas e institutos de línguas, públicos ou privados, e/ou, ocasionalmente, nas Casas de Cultura de Expressão Francesa, do Espaço Cultural ou do Campus, ou ainda nas turmas do Programa Idiomas Sem fronteiras (ISF) - Francês. A prática intermediária e processos pedagógicos envolvem, além da observação e da pesquisa educacional, co-participação em sala de aula. A prática docente envolve observação, co-participação e, ao menos, uma aula supervisionada e avaliada pelo professor regente da turma da escola ou instituto escolhida para estágio, a partir de documento de avaliação. Além disso, o/a aluno/a

deverá ministrar, pelo menos, duas microaulas, em sua própria sala de aula sob supervisão e avaliação do professor de estágio. Todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um relatório final. A participação em processos pedagógicos pode envolver, além da observação e da regência, uma participação mais efetiva, por exemplo, atendimento a grupos de alunos/as que estejam em dificuldade ou atendimento na biblioteca, entre outras atividades. A prática docente envolve observação, participação e docência com, ao menos, uma aula supervisionada e avaliada por professor regente de turma da escola escolhida para estágio, a partir de documento de avaliação.

Essas quatro etapas não precisam acontecer de forma isolada ou estanque. A reflexão sobre a prática pode surgir tanto da observação de uma atividade registrada em vídeo quanto da observação/regência direta na sala de aula. Desse modo, todas as atividades do estágio devem estar diretamente articuladas com a prática e todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

Apresentação: disciplina e discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Exemplo: Produção escrita — Dificuldades da aprendizagem em LE - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio; objetivos previamente traçados; apresentação da elaboração da proposta, dificuldades encontradas no início do estágio; continuidade do planejamento, etapas da atividade programada e adaptações feitas.

Caracterização da escola - Dados Gerais:

Identificação da Escola – Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento)

Instalações da Escola (Infraestrutura e recursos materiais: Biblioteca – dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio)

Organização do trabalho escolar (calendário escolar; horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência)

Prática Sócio-Político-Pedagógica - Identificação da existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; Planejamento: como é feito, quem participa; Entrevista com representantes da direção, coordenadores/as, professores/as e alunos/as.

Diário de Campo ou Portfólio - Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registro dos conteúdos abordados, metodologias, estratégias adotadas, avaliações empregadas, datas de realização e tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

Na **Interpretação de dados**, cada aluno/a desenvolve a interpretação dos dados coletados na Escola. Descrever e interpretar criticamente as atividades e ações realizadas durante o estágio.

Considerações finais: reflexões sobre a importância do estágio para a formação, dificuldades encontradas e sua superação, sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem no contexto em que estagiou.

Referências: Autores citados no relatório e nas notas.

Anexos e/ou apêndices: Material didático usado pelo professor; produção dos/as alunos/as durante as aulas ou atividades do período de estágio, registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

O professor de estágio deverá acompanhar as atividades de estágio no curso de Letras-Francês. O estágio deve, para assegurar a necessária qualidade, atender a alguns pontos específicos, como:

- ter momentos presenciais para organização das atividades de estágio que não sejam apenas os das avaliações finais;
- ter um grupo de organização que estruture, sistematize e operacionalize as ações previstas para o estágio;
- disponibilizar materiais para que os/as alunos/as retomem os conteúdos trabalhados, como textos, vídeos, entre outros;
 - desenvolver uma avaliação processual;

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula ou mudança de curso, se o/a aluno/a deixar de frequentar o curso regularmente. O/A estudante estagiará na área de Educação, totalizando 400 horas. O estágio poderá ser desenvolvido na área específica da escola com a qual o/a aluno/a mantém vínculo empregatício.

O aproveitamento de até 50% das 400 horas de estágio curricular supervisionado, conforme a resolução nº CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (DOU 04/03/02), artigo 1º, inciso IV, Parágrafo único, dar-se-á para os/as alunos/as que exerçam atividade docente regular na educação básica, quando tais atividades:

- a) tenham sido efetuadas em escolas autorizadas;
- b) apresentem declaração comprobatória de que estão ministrando aulas do mesmo nível da disciplina de estágio.
 - c) não estejam ligadas a áreas diferentes das áreas de atuação do curso.

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado será aprovado pelo Colegiado de Curso, ouvidos os professores envolvidos e o Coordenador de Curso.

14.7.1. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

Ao longo das discussões e parâmetros pensados para o curso de licenciatura em Letras-Francês, aqui expostos neste PPC, encontramos diversas vezes a expressão teoria e prática. Esse binômio surge quando são levantadas as políticas institucionais, na metodologia do curso, nos núcleos integradores, nas práticas como componentes curriculares, pesquisa e culminam nas atividades relacionadas ao estágio supervisionado. Pois, conforme já tratado, seguindo os princípios estabelecidos no PDI da Ufal, o curso de Letras-Francês busca a articulação entre teoria e prática, como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os/as alunos/as se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Dessa forma, o/a aluno/a sai da simples condição de mero/a receptor/a de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados. Em concordância com o PDI da Ufal, o curso de Letras-Francês

compreende a necessidade de superar a concepção de que a prática se limita somente ao estágio supervisionado, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área, e busca, por meio de atividades de Pesquisa e Extensão, ampliar o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo, a fim de que o/a aluno/a alcance uma autonomia intelectual.

Assim, por exemplo, a prática como componente curricular envolve atividades de pesquisa e extensão, voltadas para o ensino de francês no ensino básico e em cursos livres. As atividades devem estimular a criticidade e uma consciência reflexiva, visando à autonomia intelectual e profissional do/da futuro/a professor/a, com o objetivo de oportunizar a articulação entre teoria e prática desde o início do curso. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, a prática como componente curricular desenvolvida no curso é contemplada ainda no núcleo de formação para a docência, que tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se articula aos outros dois (Núcleo básico de formação específica do curso de Letras e Núcleo de formação sobre a língua e suas literaturas), numa correlação entre teoria e prática. Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001, o núcleo de formação para a docência inclui aulas e atividades relacionadas à prática docente e ao estágio curricular supervisionado de ensino.

Ao nos voltarmos para o momento do estágio supervisionado de maneira particular, resgatamos os pensamentos de Pimenta e Lima (2010), e buscamos fugir à armadilha reducionista de ver o estágio como uma prática instrumental. Buscamos aproximar o estágio supervisionada de uma prática real do ensino da língua e das literaturas em língua francesa, por meio das práticas interculturais e multiculturais, por exemplo.

Dessa forma, passar por todo esse percurso teórico-reflexivo-prático, o discente e a discente do curso tem a oportunidade de compreender que o estágio supervisionado e as práticas que são desencadeadas por ele são o momento propício para trazer essas discussões à tona e promover uma formação crítica e consciente do papel do professor e professora em nossa sociedade. É o momento em que o discente e a discente podem criar sua própria identidade enquanto docente.

14.8. Atividades complementares acadêmico-científico-culturais

A fim de atender às prerrogativas da Resolução nº 06/2018 CONSUNI/UFAL, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal de Alagoas, em consonância com as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para a composição curricular das licenciaturas, o curso de Letras—Francês prevê uma carga horária de 200 horas relacionadas a Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. De acordo com o MEC, as atividades acadêmico-científico culturais têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária

semanal, com controle do tempo total de dedicação do/da estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001 e com a Resolução nº2/2015.

O/a licenciando/a validará, obrigatoriamente, essa carga horária através da apresentação de comprovantes de participação em atividades desenvolvidas, ao menos, em dois eixos diferentes:

- a) Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos
- b) Atuação como bolsista em áreas diversas relativas ao curso de Letras
- c) Cursos de curta duração ministrados
- d) Docência em curso de extensão
- e) Docência no ensino básico
- f) Estágio extracurricular não obrigatório
- g) Monitoria
- h) Monitoria em atividades de extensão
- i) Participação como ouvinte em eventos
- j) Participação como sujeito de pesquisa
- k) Participação em apresentações e/ou exposições culturais como peças de teatro, dança, mostras de filmes, feiras de cultura, feiras de livros, grupos de debates, museus e centros históricos, eventos esportivos, entre outras atividades a critério da coordenação de curso.
- I) Participação em cursos de curta duração relacionados à área de Letras
- m) Participação em cursos de língua adicional
- n) Participação em grupos de pesquisa
- o) Participação em programas de intercâmbio
- p) Participação em projetos de iniciação à docência
- q) Participação em projetos de iniciação à pesquisa
- r) Participação na organização de eventos
- s) Publicação de artigos em periódicos reconhecidos pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)
- t) Publicação de resumos em anais de congressos
- u) Representação estudantil
- v) Tutoria em EaD
- w) Outras atividades, a critério da coordenação de curso, mediante consulta prévia

14.9 - Trabalho de conclusão de curso (TCC)

Além da integralização das disciplinas e atividades curriculares previstas, é ainda condição para a finalização do curso a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esse trabalho deve constituir resultado de uma pesquisa básica ou aplicada desenvolvida pelo/as aluno/as sobre tema na área de estudos linguísticos ou literários. O TCC poderá derivar das atividades de observação e regência desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado. Ele também poderá ser desenvolvido dentro do quadro de uma ação de extensão (ACE).

A pesquisa da qual resultará o TCC deverá ser iniciada no oitavo período do curso e será acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para essa função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo/as aluno/as.

O TCC corresponde, ao total, a 62 horas, que serão integralizadas na carga-horária total do curso e segue a Resolução 02/2009-FALE.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está institucionalizado por meio da Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005 que, em seu Art. 18, afirma: "O TCC é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL. Uma vez que não se constitui como disciplina, o TCC não tem carga horária fixa semanal, devendo o/a licenciando/a, junto a seu/sua orientador/a, elaborar um cronograma de atividades referentes às atividades relacionadas ao TCC. Sua carga horária total está prevista no PPC e será computada para a integralização do Curso". Nessa perspectiva, cada PPC toma para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento, apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias.

Será escolhido, dentre os professores que compõem o colegiado do curso, um coordenador de TCC, a quem caberá julgar se há compatibilidade entre a área de experiência/especialização do orientador e o tema do TCC; receber o TCC; encaminhar a documentação após entrega da versão final; receber a carta de aceitação; e solicitar um/a orientador/a para o/a aluno/a que ainda não o/a tenha, de acordo com a Resolução 02/2009-FALE.

15. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A língua francesa não faz parte da grade curricular básica das redes de ensino privada ou públicas, municipal ou estadual em Alagoas e seus municípios. Além disso, a Ufal também não possui Colégio de Aplicação, onde os/as alunos/as do curso de Letras-Francês - Licenciatura poderiam também desenvolver estágio. Entretanto, há nas redes municipal de Maceió (SEMED - Secretaria Municipal de Educação) e estadual (SEDUC - Secretaria Estadual de Educação) Centros de línguas habilitados a receberem os discentes e as discentes do curso de Letras-Francês. Nestes espaços, ocorrem, sobretudo, as práticas de observação de sala de aula. Entretanto, no que se refere à prática docente, os/as licenciandos/as e licenciados/as em Letras-Francês, em sua maioria, desenvolvem suas atividades de docência principalmente em projetos de extensão desenvolvidos pelo curso, sejam projetos mais perenes ou projetos criados especificamente para o atendimento da demanda de estágio, buscando atingir essencialmente o público-alvo das escolas municipais e estaduais que não têm acesso ao ensino de língua francesa e que eventualmente ainda não possuam convênio com a Universidade. No mais, os discentes podem desenvolver suas atividades de estágio também em escolas de idiomas particulares presentes principalmente na cidade de Maceió.

É um dos objetivos do curso de Letras-Francês, portanto, colaborar para a ampliação do ensino da língua francesa nas escolas das redes públicas de ensino, especialmente no Estado de Alagoas.

15.1. - Integração com as redes públicas de ensino

Apesar da língua francesa e suas literaturas não constarem atualmente da grade curricular da escolaridade básica em Alagoas, por meio de diversas ações, como as ações de extensão e de cooperação, o curso é beneficiário dos convênios e ações promovidos pela UFAL, em integração com a rede pública de ensino e também com a rede privada, além de ter a possibilidade de atuação no terceiro setor e demais convênios sagrados pela universidade, bem como aqueles sagrados pelo próprio curso como agente integrador. Desta maneira, apesar da escassez de campos de estágio e prática, o curso de Letras-Francês tem interagido diretamente com as redes públicas de ensino estadual e municipais, tais como as de Maceió, Atalaia, São Miguel dos Campos e outras cidades da região metropolitana de Maceió.

Os convênios, cooperações, protocolos de intenções e um repositório com convênios anteriores, além da documentação e passo a passo para o estabelecimento de novos convênios, ficam à disposição tantos de discentes quanto docentes em página do *site* da universidade: https://ufal.br/transparencia/convenios.

Além disso, por meio da AAPF, Associação Alagoana de Professores de Francês, os discentes e as discentes do curso de Letras-Francês têm a possibilidade de serem beneficiários de convênios estabelecidos pela associação e as embaixadas de países como a França, Bélgica, Canadá, bem como outras oportunidades oferecidas pela Federação Brasileira de Professores de Francês - FBPF e Federação Internacional de Professores de Francês - FIPF.

Assim, nossos alunos e alunas podem aplicar as práticas e discussões propostas na universidade em uma realidade concreta, que permite seu desenvolvimento e evolução.

16. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR

PRIMEIRO SEMESTRE

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA 1	Pré requisito NÃO Código HÁ
Período: 01	Carga Horária TotalExtensão 72h -

EMENTA:

Experiências de leitura de diferentes gêneros de textos; escrita e reescrita de textos acadêmicos, fundamentadas nos conceitos de linguagem como atividade interlocutiva e de texto como unidade básica significativa da língua.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo, Parábola Editorial, 2005. KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 15ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. GOLDSTEIN, Norma Seltzer; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. **O texto sem mistério**: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.

LEITE, Marli Quadros. Resumo. São Paulo: Paulistana Editora, 2006.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cube; TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2013.

Disciplina: LÍNGUA FRANCESA 1	Pré requisito NÃO HÁ	Código
Período: 01	Carga Horária Total 72h	

Desenvolvimento inicial das habilidades de compreensão e expressão em língua francesa. Uso da língua estrangeira em contexto familiar como a apresentação de si próprio/a e de outras pessoas, de objetos e lugares em nível A1 do **QECRL**. Leitura de um artigo de jornal, e-mail, diário pessoal. Escrita de e-mails e de um diário pessoal. Primeira aproximação da sociedade francesa. Introdução aos níveis de análise linguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DICIONÁRIO. Larousse francês/português, português/francês: mini. Coordenação editorial de José A. Gálvez. 2ª edição. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A1. 2ª edição. Paris : CLE International, 2013.

GIRARDET, J. et ali. **Écho: A1, cahier personnel d'apprentissage**. 2ª edição. Paris : CLE International, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEACCO, J. C.(dir.). Grammaire contrastive para brasileiros. Paris: CLE International, 2015.

CORREA, R. A.; STEINBERG, S. H. Gramática da língua francesa. 3. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1982.

GOEDERT, C. Guide pratique de grammaire française. Paris: Hachette, 1978.

MONTE, G. V. B. **Textes et exercices d' application de grammaire française**. Maceió: SERGASA, 1974. TABLEAU DE CONJUGAISON. **Le Nouvel Observateur:** La Conjugaison. Disponível em: http://laconjugaison.nouvelobs.com

Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 1	Pré requisito NÃO HÁ	Código
Período: 01	Carga Horária 72h	Extensão -

A teoria da literatura como disciplina. Conceitos de literatura. Obras canônicas e não canônicas. A questão dos gêneros. Mimese e diegese. Polifonia e dialogismo. Intertextualidade e metalinguagem. Princípios de crítica literária.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1983. SOARES, A. **Gêneros literários**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORA, A. S. Introdução à teoria da literatura. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006; ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A poética clássica. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005. COMPAGNON, A. O trabalho da citação. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

LAJOLO, M. O que é literatura. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CULLER, J. D. Literary theory: a very short introduction. United States: Oxford University Press, c2011.

Disciplina:	Pré requisito NÃOCódigo
TEORIA LINGUÍSTICA 1	HÁ
	Carga Horária TotalExtensão 72h -

Panorama dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, desde os estudos tradicionais até a teoria linguística moderna, com ênfase nos pressupostos teórico-metodológicos do saussurianismo, do estruturalismo linguístico e do gerativismo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHOMSKY, N. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 3 v.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS. J. (org.). **Dicionário de linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2002. v.1. LYONS, J.. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MIOTO, C., SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis , SC: Insular, 2007

ROBINS, R. H. Pequena história da linguística. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

· •	Pré requisito NÃOCódigo HÁ
	Carga Horária TotalExtensão 54h -

Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como lócus e expressão desse trabalho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Valéria Amorim (Org.) **Profissão docente**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009. CERICATO, Itale Luciene. **A profissão docente em análise no Brasil**: uma revisão bibliográfica. Rer. Bras. Estudos Pedagógicos, Brasília, v.97 n.246, p. 273-289, maio/ago.2016.

D'ÁVILA, Cristina Maria.. **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Francisco Ari de SANTOS, Jean Mac Cole. **Ditos e interditos em educação brasileira**. Curitiba, Brasil, 2012.

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. MESQUITA, Normandia de Farias. Desenvolvimento profissional docente: a formação continuada como um dos elementos In: VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil**; representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2015.

PENIN, Sonia. "Profissão docente e contemporaneidade". IN: ARANTES, Valéria Amorim (Org.)

Profissão docente: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas**: história, histórias. 4ª edição. Maceió, EDUFAL, 2006.

SEGUNDO SEMESTRE

Pré requisito TEORIA LINGUÍSTICA 1	Código
Carga Horária Total 72h	Extensão -

EMENTA:

Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção da interação qualitativa (Análise da Conversação e Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral II. Campinas: Pontes, 1989.

FIORIN, J. L. MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.) Sociolinguística Interacional. Porto Alegre: AGE, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michael Lahud. Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo Hicitec, 1929/1995.

KOCH, I. V., ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Editora Contexto, 2009

MARCUSCHI, L. A. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008.

1 '	Pré requisito TEORIA DA LITERATURA 1	Código
	Carga Horária Total 72h	Extensão -

Estudo das correntes críticas do século XX, tanto as de caráter imanente (Formalismo Russo, *New Criticism*) quanto as que relacionam a análise da literatura a fatores externos (crítica sociológica, psicológica), com base em leituras teórico-críticas e respectivos suportes literários.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MARTINS, Maria Helena (Org.). Rumos da crítica. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Itaú Cultural, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Que horas são?: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LAFETÁ, João Luiz. **O mundo à revelia**. In: LAFETÁ, João Luiz. A dimensão da noite. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 72-102.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pastiches críticos. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Inútil poesia e outros ensaios breves**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 352-358.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). **Teoria da literatura**: formalistas russos. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

WINSATT, William K; BROOKS, Cleanth. **Crítica literária: breve história**. Trad. de Ivette Centeno; Armando de Morais. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

Disciplina: LÍNGUA FRANCESA 2	Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 1	Código
	Carga Horária Total 72 h	

Desenvolvimento das habilidades de compreensão. e expressão em língua francesa. Uso da língua estrangeira em contexto de viagem turística a um país francófono em nível A1 do QECR. Leitura de artigos de jornal, fragmentos de guias de viagem, e-mails. Escrita de documentos de informativos e e-mail. Meios de transporte, hábitos alimentares, comportamento em matéria de compras e o clima no contexto francês. Sistematização de conhecimentos linguístico-discursivos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DICIONÁRIO. Larousse francês/português, português/francês: mini. Coordenação editorial de José A. Gálvez. 2ª edição. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A1. 2ª edição. Paris : CLE International, 2012.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A1, cahier personnel d'apprentissage. Paris : CLE International, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BEACCO, J. C.(dir.). **Grammaire contrastive para brasileiros**. Paris: CLE International, 2015. CORREA, Roberto Alvim; STEINBERG, Sary Hauser. **Gramática da língua francesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1982.

GOEDERT, Charles. Guide pratique de grammaire française. Paris: Hachette, c1978.

MONTE, Gilda Vilela Brandão. **Textes et exercices d' application de grammaire française**. Maceió: SERGASA, 1974.

TABLEAU DE CONJUGAISON. **Le Nouvel Observateur**: La Conjugaison. Disponível em: http://laconjugaison.nouvelobs.com

Disciplina: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	•	Código
	Carga Horária Total 72h	Extensão -

Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. Moderna, São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional.,4ª ed. Revisada. Campinas, SP, Autores Associados, 2011, (Coleção Educação Contemporânea).

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. 10ª edição revisada e ampliada. Cortez, São Paulo, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Mariza. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijui/ SC: UNIJUI. 1999. AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados. 2008.

FREITAS, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 7 ª ed., São Paulo, Centauro, 2007.

Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, 1996 – Quadrimestral. ISSN 1413-2478.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas**: história, histórias. 4ª edição. Maceió, EDUFAL, 2006.

TERCEIRO SEMESTRE

Disciplina: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Pré requisito NÃO HÁ	Código
	Carga Horária Total 72 h	Extensão -

EMENTA:

Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. São Paulo: Artmed, 2007.

KUPFER, M. C. Freud e a Educação. O mestre do impossível. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

BAER, D. M., ROSALES-RUIZ, J. In the analysis of behavior, what does "develop" mean? Revista Mexicana de Análisis de la Conducta, n. 24, vol. 2, 127-136.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.

HENKLAIN, M. H. O., CARMO, J. S. Contribuições da Análise do Comportamento à Educação: um convite ao diálogo. Cadernos de Pesquisa, 43, 704-723, 2013.

HUBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. Temas clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

KUPFER, M. C. **Educação para o futuro**: Psicanálise e Educação. 2ª Ed. São Paulo: Escuta, 2001. – Capítulo 1: Limites e alcance de uma aproximação entre psicanálise e educação.

MENEZES, A. P. A. B.; ARAÚJO, C. R. "Redescobrindo" a Teoria Psicogenética à Luz da Psicologia Educacional: Contribuições e possíveis desdobramentos. In: CORREIA, M. (Org.). Psicologia e escola: uma parceria necessária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009, p. 15 – 43.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12 ed. Porto Alegre, Artmed, 2013. SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do Desenvolvimento**: infância e adolescência. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Pré requisito TEORIA LINGUÍSTICA 2	Código
Carga Horária Total 72 h	

Contribuições da Linguística Aplicada através do estudo de temas centrados na sala de aula, considerando a interligação entre as práticas efetuadas e os diversos posicionamentos teóricos existentes em torno de cada tema.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. (Org.) **Ensinar e aprender uma língua estrangeira na escola**. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. São Paulo, São Paulo: Pontes, 2002. p. 11- 16.

CELANI, Maria Antonieta Alba. **Afinal, o que é linguística aplicada?** Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar. São Paulo, São Paulo: EDUC, 1992. p. 15.

COSTA, E. G. M. **Práticas de letramento crítico na formação de professores de línguas estrangeiras**. Revista Brasileira Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v.12, n. 4, p. 911-932, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1984-63982012000400012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DOLZ, J.; GAGNON, R.; DECÂNDIO, F. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. 278 p.

GIRARD, Dénis. **Os momentos da aula de línguas**. Linguística aplicada e didática das línguas. Lisboa: Estampa, 1975. p. 123-147.

MARTIN, Robert. **A linguística aplicada**. Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003. p. 161-180.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. **Línguas estrangeiras**: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino. Maceió, Alagoas e São Paulo, São Paulo: Catavento, 1999. p. 45-51.

Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 2	Código
Carga Horária Total 72 h	

Desenvolvimento das habilidade de compreensão. e expressão em língua francesa. Uso da língua estrangeira no estabelecimento de contatos interpessoais em nível A1 do QECR. Leitura de cadernos de cultura em revistas ou jornais, mensagens de votos, agradecimentos, felicitações, desculpas, artigos de jornal ou revistas com conselhos ao leitor. Escrita de comentários sobre fotos, mensagens de votos, agradecimentos, felicitações ou desculpas, breve exposição de um problema pessoal, redação de conselhos. Sistematização de conhecimentos linguístico-discursivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DICIONÁRIO. Micro Robert. Paris: Robert, 1988.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A1. Paris : CLE International, 2012.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A1, cahier personnel d'apprentissage. Paris : CLE International, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEACCO, J. C.(dir.). **Grammaire contrastive para brasileiros**. Paris: CLE International, 2015. CORREA, Roberto Alvim; STEINBERG, Sary Hauser. **Gramática da língua francesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1982.

GOEDERT, Charles. Guide pratique de grammaire française. Paris: Hachette, c1978.

MONTE, Gilda Vilela Brandão. **Textes et exercices d' application de grammaire française**. Maceió: SERGASA, 1974.

TABLEAU DE CONJUGAISON. **Le Nouvel Observateur**: La Conjugaison. Disponível em: http://laconjugaison.nouvelobs.com

Disciplina: DIDÁTICA	Pré requisito NÃO HÁ	Código
	Carga Horária Total 72 h	Extensão -

Estudo da didática, como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor-aluno/a-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2005. - LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MASETTO, Marcos. Didática: a aula como centro. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997.

MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. Por que planejar? Como planejar? Curriculo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 2006.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

Disciplina: PRÁTICA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (PCC 1)	LÍNGUA FRANCESA 1	Código
	Carga Horária Total 100 h	Extensão

Elaborar atividades com base nos conhecimentos construídos no decorrer do curso, integrando as tecnologias da informação e comunicação com vistas à proposição de soluções para questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de francês, articulando-as a temas transversais. Desenvolvimento de pesquisa teórico-prática.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Direitos humanos, educação ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEAUNÉ, A. Quelles utilisations des TICE pour l'apprentissage du français langue étrangère au niveau A1.1 ? Analyse d'usages de formateurs et d'apprenants adultes migrants peu ou pas scolarisés. Mémoire de Master. Paris : Université Paris-Descartes, 2011. Disponible en ligne : www.adjectif.net/ spip/IMG/pdf/M2.pdf (consulté le 16 mai 2018).

DANTAS-LONGHI, S. M. « Lectures numériques – un parcours d'enseignement–apprentissage ». *In* : **Synergies Canada**, n° 4, 2012. Disponible en ligne: http://synergies.lib.uoguelph.ca/article/view/1685/2435 (consulté le 16 mai 2013).

DE NARDI; GRIGOLETTO (orgs). **Identidade e espaço virtual**: múltiplos olhares. 2013. Disponible en ligne: https://issuu.com/neplev/docs/identidade_e_espaco_virtual. (consulté le 15 mai 2018).

GALLI, J. A. "A leitura sócio-interativa no curso Letras-Francês EAD da UFPE". *In*: **V Simpósio Hipertexto.** Recife, 2013. Disponible en ligne :http://nehte.com.br/simposio/anais/simposio2013.html (consulté le 15mai 2018).

HENRIQUES, R. (ORG.). **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Brasília: SECAD/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf Acesso: 10 abr. 2019.

Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social. Org. FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/3 fasc direitos humanos.pdf Acesso: 10 abr. 2019.

PUREN, C. (2001). La didactique des langues face à l'innovation technologique. In : KAZERONI,

A. (org.). Actes des colloques :Usages des nouvelles technologies et enseignement des langues étrangères (Untele). Vol. II. Université de Technologie de Compiègne :Compiègne, 2001. Disponible en ligne :http://www.utc.fr/~untele/volume2.pdf (consulté le 15mai 2018).

SITOGRAFIA

http://www.cned.fr/ http://ava.ead.ufal.br/ http://www.inalco.fr/ http://www.aplv-languesmodernes.org/spip.php?article813 https://www.christianpuren.com/ http://litmedmod.ca/ http://isf.mec.gov.br/

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Maximina M. ABRAHÃO, Maria Helena Vieira. BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Linguística aplicada e Contemporaneidade**. São Paulo: Pontes, 2005.

BLANCHET, Philippe ; CHARDENET, Patrick. (Orgs). Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures : approches contextualisées. Paris: EAC, 2011.

MANGENOT, F. « L'intégration des TICE dans une perspective systémique ». In : Langues modernes (Les nouveaux dispositifs d'apprentissage des langues vivantes), 2000, pp. 38-44.

KAZERONI, A. (org.). Actes des colloques :Usages des nouvelles technologies et enseignement des langues étrangères (Untele). Vol. II. Université de Technologie de Compiègne :Compiègne, 2001. Disponible en ligne :http://www.utc.fr/~untele/volume2.pdf (consulté le 15mai 2018).

QUARTO SEMESTRE

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA FRANCESA 1	Pré requisito NÃO HÁ	Código
	Carga Horária Total 54 h	

EMENTA:

Manifestações literárias na poesia e na prosa no século vinte. Vanguardas. Nouveau roman. Movimento da negritude. Autobiografia ficcional. Introdução à crítica literária e aos estudos poéticos. Tempos verbais da narrativa. Estudo da focalização e demais categorias narrativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMUS, A. Le mythe de Sisyphe: essai sur l'absurde. Paris: Gallimard, 1966.

DELEUZE, G. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MARTINS, L. C. **Jean Genet e o imaginário do vegetal: enraizamento e explicação do mundo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas)

CESAIRE, A.; ANDRADE, M.de. Modernisme brésilien et négritude antillaise. Paris: l'Harmattan, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COHEN, J. **Structure du langage poétique**. Paris : Flammarion, 1966. HAMON P. ROGER-VASSELIN D., **Le Robert des grands écrivains**. Manchecourt : Robert 2000. DENIS D. SANCIER-CHATEAU A., **Grammaire du français**. Paris : Col. Le Livre de Poche, Librairie Générale Française, 1994.

Anthologie de la poésie française du XXème siècle. Paris : Gallimard, 2000. MOISES M. Análise literária. São Paulo: Editora Cultrix, 1987.

JOLLES A. Formas simples, trad. CABRAL A., SP: Cultrix, 1976.

BAKHTINE M. Esthétique et théorie du roman. Daria Olivier (trad.), Paris : Gallimard, 1987.

Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 3	Código
Carga Horária Total 72 h	

Desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão em língua francesa. Uso da língua estrangeira no trabalho em nível A2 do QECR. Leitura de resenhas, fragmentos de revistas, artigos de jornal. O ensino, o trabalho na França, organização administrativa e política do país, a televisão e a imprensa. Sistematização de conhecimentos linguístico-discursivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DICIONÁRIO. **Dictionnaire de français Larousse.** Disponível em:

http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais

GIRARDET, J. et ali. Écho: A2. Paris : CLE International, 2012.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A2, cahier personnel d'apprentissage. Paris : CLE International, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEACCO, J. C.(dir.). **Grammaire contrastive para brasileiros**. Paris: CLE International, 2015. CORREA, Roberto Alvim; STEINBERG, Sary Hauser. **Gramática da língua francesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1982.

GOEDERT, Charles. Guide pratique de grammaire française. Paris: Hachette, c1978.

MONTE, Gilda Vilela Brandão. **Textes et exercices d' application de grammaire française**. Maceió: SERGASA, 1974.

TABLEAU DE CONJUGAISON. **Le Nouvel Observateur**: La Conjugaison. Disponível em: http://laconjugaison.nouvelobs.com

Disciplina: PRÁTICA DE DIDATIZAÇÃO DE DOCUMENTOS AUTÊNTICOS (PCC 2)		Código
	Carga Horária Total 100 h	Extensão -

Elaborar atividades com base nos conhecimentos construídos no decorrer do curso, com vistas à proposição de soluções para questões relacionadas à didatização de documentos autênticos em língua francesa, articulando-as a temas transversais. Relações étnico-raciais. Direitos Humanos. Iniciação à pesquisa relacionando teorias e prática.

TEMAS TRANSVERSAIS:

Relações étnico-raciais, direitos humanos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARCELOS, A.M.F. (org.). **Linguística aplicada:** reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes, 2011.

CONSELHO DA EUROPA, **Quadro europeu comum de referência para as línguas.** Conselho da Europa, 2001. Disponível em: http://area.dge.mec.pt/gramatica/Quadro_Europeu_total.pdf

CRUZ, A. C. J. da. **Antirracismo e educação**: uma análise das diretrizes normativas da UNESCO. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2019.

FERNANDES, A.**C.** Compreensão e Produção de Textos em língua materna e língua estrangeira. Editora Intersaberes. (e-book).

GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. Planejamento na sala de aula. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias (Org.). **Letramentos na web**: gêneros, interação e ensino. Fortaleza: UFC, 2009.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 1999. BRUNO, F.A.T.C (org). **Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras:** reflexão e prática. São Paulo: Claraluz, 2005.

PAIVA, V.L.M.O. Aquisição de segunda língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VIEIRA, Daniela Aparecida. A didatização de materiais autênticos para o ensino do italiano língua estrangeira. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-10122012-095442. Acesso em: 2018-11-04.

Pré requisito LINGUÍSTICA APLICADA	Código
Carga Horária Total 72 h	Extensão -

Conceitos de Linguística Aplicada (LA), Linguística Aplicada Crítica (LAC), Linguística Aplicada Transgressiva (LAT). Discussão sobre diferentes campos de estudo e atuação, com ênfase voltada para o ensino-aprendizagem de línguas adicionais. Estudo sobre métodos e abordagens de ensino-aprendizagem de língua adicional (aplicados ao ensino fundamental e médio). Linguística Aplicada e sua natureza transdisciplinar. Diferentes pesquisas empíricas e seus pressupostos teóricos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo da ((org.)). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. 279 p. (19 Linguagem (Parábola Editorial); 19). ISBN 9788588456495 (broch.).

FREIRE, Maximina M. ABRAHÃO, Maria Helena Vieira. BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Linguística aplicada e Contemporaneidade**. São Paulo: Pontes, 2005.

LIMA, Diógenes Cândido de (Org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa**: conversas com especialistas. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009. 245 p. (Estratégias de ensino ; 11). ISBN 9788588456952.

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs.). **Letramentos em terra de Paulo Freire**. Campinas. Pontes Editores, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 92 p. ISBN 8524909528 (broch.).

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Orgs.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, Mercado de Letras, 2007. 188 p.

SILVA, Kleber Aparecido da; ORTIZ ALVARES, Maria Luisa. **Perspectivas de investigação em lingüística aplicada**. São Paulo: Pontes, 2008. 407 p. ISBN 9788571132788 (broch.).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELOS, Ana Maria Ferreira ((org.)). Linguística aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes, 2011.. 328 p. (Novas perspectivas em linguística aplicada; 13). ISBN 9788571133525 (broch.).

CANAGARAJAH, A. Suresh. Resisting linguistic imperialism in english teaching. Oxford: Oxford University Press, c1999. 216 p.; ISBN 9780194421546 : (Broch.)

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.. 159 p. ISBN 8536305088 : (Broch.).

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria; BERTOLDO, Ernesto Sérgio (Org). **O Desejo da teoria e a contingência da prática**: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira). Campinas, SP: Mercado de Letras, [2003]. 342 p. ISBN 8575910094 (broch.).

LIMA, Diógenes Cândido de (Org). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa:** conversas com professores da escola pública. Campinas, Pontes Editores, 2017.

PIMENTA, Rosângela Oliveira Cruz; FERREIRA, Paulo Nin (Orgs). **Formação continuada de professores do ensino médio de Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 92 p. ISBN 8524909528 (broch.).

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). **Letramentos transnacionais**: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá. Maceió: EDUFAL, 2013. 149 p. ISBN 9788571777491 (broch.).

TAVARES, Roseanne Rocha. **Linguagem em uso**. Maceió: Edufal, 2009. 218 p. ISBN 9788571775022 : (Broch.).

ZACCHI, Vanderlei; STELLA, Paulo Rogério (Orgs.) **Novos Letramentos, formação de professores e ensino de língua inglesa**. Maceió: EDUFAL, 2014. 273 p.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz; MAIOR, Rita Souto (Orgs.) **Sala de aula e questões contemporâneas**. Maceió, EDUFAL, 2015.

QUINTO SEMESTRE

'	Pré requisito LITERATURA DE LÍNGUA FRANCESA 1
	Carga Horária Total 54 h

EMENTA:

Reflexão histórica e estético-cultural sobre os movimentos romântico, realista e naturalista na França e suas relações com manifestações artísticas visuais (pintura, arquitetura, escultura). O Parnasianismo e o Simbolismo: linguagem e formas de caracterização. Formas dos discursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRIEDRICH H., **Estrutura da Lírica moderna**. trad. Dora F. da Silva. SP: Duas cidades, 1978 HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime**: tradução do "Prefácio de Cromwell". São Paulo: Perspectiva, 1988. MITTERAND, H. et all. (Collection), **Littérature**: textes et documents: XIXème siècle. Paris: Nathan, 1988. TODOROV T., **Introduction à la littérature fantastique**. Paris: Le Seuil, 1970.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALZAC, H. de. **A mulher de trinta anos**. São Paulo, SP: Martin Claret, 1998. BAUDELAIRE, C. **Les fleurs du mal**. Paris: Libr. Générale Française, 1972.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994. FLAUBERT, G. **Madame Bovary**. Paris: Le Livre de Poche, 1977.

HUGO, V. Les misérables. Paris: Le Livre de Poche, 1976.

MALLARMÉ, S. **Prosas de Mallarmé**: autobiografia, poemas em prosa, contos indianos. Porto Alegre: Paraula, 1995.

STENDHAL. Le rouge et le noir. Paris: Hatier, 1978. ZOLA, E. Germinal. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Disciplina: DIDÁTICA DO FRANCÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 4	Código
Período: 05	Carga Horária Total 54 h	

Reflexão teórica e crítica dos principais componentes do ensino-aprendizagem do Francês como Língua Estrangeiras baseada na abordagem comunicativa e pós comunicativa, últimas tendências do ensino de línguas estrangeiras.

BIBLIOGRAFIA

BEACCO J.C. L'Approche par compétences dans l'enseignement des langues. Paris, Didier, 2007. BLANCHET, P.; CHARDENET, P. (Orgs). Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures: approches contextualisées. Paris: EAC, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BESSE, Hi. Méthodes et pratiques des manuels de langue. Paris, Didier/Crédif, 1985.

CONSEIL DE L'EUROPE. Cadre européen commun de référence pour l'apprentissage et l'enseignement des langues. Strasbourg : Conseil de l'Europe.Paris. Didier.2001.

COURTILLON, J. Élaborer un cours de FLE. Hachette, 2002.

GANDIN, D.; CRUZ, C. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

PUREN, Christian. **Histoires des méthodologies de l'enseignement des langues**. Paris, CLÉ International, 1988.

Disciplina: LÍNGUA FRANCESA 5	Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 4	Código
	Carga Horária Total 54 h	

Desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão em língua francesa. Uso da língua estrangeira nas relações sociais em nível A2 do **QECRL**. Leitura de correspondência para fazer contato, relatos de encontros, receitas culinárias, calendários de festas, narrativa de um fato curioso, testes psicológicos. Escrita de mensagens para fazer contato, receitas culinárias, projetos de festa e conselhos. Comportamento em encontros, a vida nos bairros das grandes cidades, as relações de amizade, Festas tradicionais, jogos de palavras e piadas em francês, imagens e expressões verbais ligadas às cores, hábitos e proibições na França e no mundo. Sistematização de conhecimentos linguístico-discursivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DICIONÁRIO. Micro Robert. Paris: Robert, 1988.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A2. Paris : CLE International, 2012.

GIRARDET, J. et ali. Écho: A2, cahier personnel d'apprentissage. Paris : CLE International, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEACCO, J. C.(dir.). **Grammaire contrastive para brasileiros**. Paris: CLE International, 2015. CORREA, Roberto Alvim; STEINBERG, Sary Hauser. **Gramática da língua francesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1982.

GOEDERT, Charles. Guide pratique de grammaire française. Paris: Hachette, c1978.

MONTE, Gilda Vilela Brandão. **Textes et exercices d' application de grammaire française**. Maceió: SERGASA, 1974.

TABLEAU DE CONJUGAISON. **Le Nouvel Observateur**: La Conjugaison. Disponível em: http://laconjugaison.nouvelobs.com

Extensão
-

Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento e na/da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 6ª ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marilia (orgs.). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DAVIS, Claudia (org). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GANDIN, Danilo. **Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A.(org). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus 2007.

Disciplina: PRÁTICA DE ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAIS E ABORDAGENS LÚDICAS (PCC 3)	Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 2	Código
	Carga Horária Total 100h	Extensão -

Análise de materiais didáticos e proposição de alternativas com vistas à promoção do respeito à diversidade e desenvolvimento da consciência crítica no ensino de francês. Educação em direitos humanos. Abordagens lúdicas e criativas para o ensino. Iniciação à pesquisa relacionando teorias e prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOS REIS, M. da G. M. « Le texte théâtral et le jeu dramatique dans l'enseignement du FLE ». In: **Synérgie Espagne**, n°1, 2008b.

DOS REIS, M. da G. M. **O** texto teatral e o jogo dramático no ensino de Francês Língua Estrangeira, 2008. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008a.

LOPES, L. P. da M. **Discursos de identidades:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

LOPES, L.P. da M. **Discursos de identidades:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

MASSARO, P. R. **O** silêncio e a voz do texto teatral em francês, língua estrangeira. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MASSARO. P. R. « On joue en français: les pratiques théâtrales et le processus d'acquisition / aprentissage du FLE ». In: **Synergies Brésil**, v.03, p. 112-120, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria M. **Diversidade, Cultura e Educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003. LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. **Identidades:** recortes multi e interdisciplinares. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2002. 477p. ISBN 8575910051 (broch.).

KWAULÉ, Koffi. «Immigration et conscience diasporique», entrevista de Sylvie Chalaye. In :**Africultures**: Diaspora: identité plurielle, n° 72, p.160. KWAULÉ, Koffi. **Bintou**. Carnières: Lansman, 1997.

KWAULÉ, Koffi. Blue-S-cat. Montreuil-sous-Bois: Théâtrales, 2005.

PAVIS, P. **Dicionário de teatro**. Tradução: J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

PUPO, M. L. de S. B. **Palavras em jogo: textos literários e teatro-educação**. 1997.M. L. S. B. Pupo, São Paulo, 1997.

SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: 1998. Mercado de Letras.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2016.

SEXTO SEMESTRE

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA FRANCESA 3	Pré requisito LITERATURA DE LÍNGUA FRANCESA 2
Período: 06	Carga Horária Total 54 h

EMENTA:

As formas literárias na sociedade feudal. A poesia lírica medieval: gêneros do lirismo cortês. O Renascimento nas artes e na literatura. Aspectos do classicismo e do iluminismo. Os gêneros narrativos e poéticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, M. A **cultura popular na Idade Média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. SP: Hucitec, 2010.

DUBY, Georges. Mâle Moyen Âge. Paris: Flammarion, 1990.

RONSARD, P. de. **Poésies choisies**. Paris : Athénée Fayard éditeurs, s.d. VILLON, F. Apud LAGARDE & MICHARD, **Le Moyen Age.** Paris: Bordas, 1961.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURY, Emmanuel. Le classicisme. Paris, Nathan,1993.

FOUCAULT, Michel. Les mots et les choses. Paris : Gallimard, 1966. MOISÉS, M. A análise literária. São Paulo: Cultrix, 2008.

STAM, R. **Bakhtin**: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992. VOLTAIRE. **Candide**. Paris: Hatier, 1979.

TROYES, Chrétien de. Le Conte du Graal. Paris: Livre de poche, 1990. ZUMTHOR, Paul. Essai de poétique médiévale. Paris: Seuil, 1972.

Pré requisito LÍNGUA FRANCESA 5	Código
Carga Horária Total 54 h	

Desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão em língua francesa. Uso da língua estrangeira em situações práticas envolvendo a mobilidade para países francófonos. Leitura de relatos de aventuras, artigos de jornais e revistas, pesquisas sobre as tarefas domésticas, páginas eletrônicas de compras, textos de caixa eletrônico, documentos de informações sobre seguros. Escrita de notas a partir de um documento sonoro, dissertação sobre um tema da vida quotidiana, instruções, preenchimento de um formulário de acidente e carta de declaração de sinistro. Os franceses e o esporte, os jovens provenientes da imigração, os franceses e as tarefas domésticas, a coabitação, comportamentos em matéria de dinheiro (modos de pagamentos, gorjeta, preços, isenções etc.), e a seguridade social. Sistematização de conhecimentos linguístico-discursivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DICIONÁRIO. Micro Robert. Paris: Robert. 1988.

CICUREL, F. Lectures interactives: en langues étrangères. Paris: Hachette, 1991.

GALISSON, R. De la langue à la culture par les mots. Paris: CLE Internacional, 1991.

MOIRAND, S. Une grammaire des textes et des dialogues. Paris: Hachette, c1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLOTTI, V.; DE CARLO, M La formation des enseignants de langue. Paris: CLE, 1995. DABÈNE, L. Variations et rituels en classe de langue. Paris: Hatier : Credif, 1990. GAONAC'H, D. Théories d'apprentissage et acquisition d'une langue étrangère. Paris: Hatier : Credif.

GIRARDET,J., PECHEUR,J. **Écho A2.** Paris: CLE International, 2010. (livre de l'élève et cahier d'exercices) GIRARDET,J., PECHEUR,J. **Écho A2**. Paris: CLE International, 2014, 2ª ed. (livre de l'élève et cahier d'exercices).

MONTE, G. V. B. Textes et exercices d'application de grammaire française. Maceió: SERGASA, 1974. SCHIFFLER, L. Pour un enseignement interactif des langues étrangères. Paris: Hatier: Didier, 1991.

Disciplina:	Pré requisito NÃO HÁ	Código
PESQUISAS TEÓRICAS E APLICADAS EM LETRAS E LINGUÍSTICA		
	Carga Horária Total 72 h	Extensão -

A pesquisa em Letras, suas especificidades e a noção de estado da arte. Abordagens metodológicas de pesquisa teórica e aplicada voltadas ao ensino e aprendizagem de língua materna, língua adicional e suas literaturas. Instrumentos de coleta e de geração de dados e sua validação em pesquisas quantitativas, qualitativas e mistas. Tratamento e modos de categorização e de apresentação dos dados. Tipos de fontes teóricas quanto à publicação (livro, artigo, dicionário, blog, site, etc.). Estratégias de leitura e de registro de textos acadêmicos. A redação do projeto e as características textuais de cada parte. O desenvolvimento da pesquisa e a postura do pesquisador.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.144 p. ISBN 8532633900:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativo e misto. 3. ed. -. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 296 p. ISBN 9788536323008;

DENZIN, K. Norman & LINCOLN, Yvonna S. **O** planejamento em pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Bookman, 2009.. 198 p. (Pesquisa Qualitativa) ISBN 9788536320557;

ILHESCA, Daniela Duarte. **Redação acadêmica.** Editora Intersaberes, 2012. 176p ISBN 978858212535; MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, metodo e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRÉ, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmazo de). **Etnografia da prática escolar**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. LIMA, Josué da Silva. **Manual de normalização**: apresentação de trabalhos científicos. Belém: FATEBE, 2015, 125p.

GOMES, Luiz Fernando. Como elaborar projetos de pesquisa. Apostila. 2016.

MONTEIRO, Roberto Alves (Org). **Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação**. Juiz de Fora: FEME, 1998.

Disciplina: FUNDAMENTOS DE LIBRAS	Pré requisito NÃO HÁ	Código
	Carga Horária Total 72 h	Extensão -

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTINHO, Denise. **Libras e língua portuguesa**: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LOPES FILHO, Otacílio (org.). Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.

QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. **Línguas de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloisa M. M. Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para prática pedagógica. 2 v.: Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

Disciplina: PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA FRANCÊS PARA OBJETIVO ESPECÍFICO (FOS) E OBJETIVO UNIVERSITÁRIO (FOU) (PCC 4)	LÍNGUA FRANCESA 2	Código
Período: 06	Carga Horária Total 100 h	Extensão -

Elaborar atividades com base nos conhecimentos construídos no decorrer do curso com vistas ao desenvolvimento de planos de aula, de sequências pedagógicas e de atividades em língua francesa para objetivo específico (FOS) e universitário (FOU), articulando-as a temas transversais. Desenvolvimento de pesquisa teórico-prática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE-COSTA, H. **Français sur Objectif Universitaire :** méthodologie, formation des enseignants et conception de programmes. São Paulo : Humanitas : Paulistana : AUF, 2016.

MANGIANTE, J.-M.; PARPETTE, C. **Le Français sur objectif spécifique** : de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours. Paris : Hachette, 2004.

MANGIANTE, J. M., PARPETTE: Le français sur objectif universitaire. Grenoble : PUG, 2011. ADAM, J-M. Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes. Nathan : Paris, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BLANCHET, Philippe ; CHARDENET, Patrick. (Orgs). **Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures** : approches contextualisées. Paris: EAC, 2011.

BEAUNÉ, A. Quelles utilisations des TICE pour l'apprentissage du français langue étrangère au niveau A1.1 ? Analyse d'usages de formateurs et d'apprenants adultes migrants peu ou pas scolarisés. Mémoire de Master. Paris : Université Paris-Descartes, 2011. Disponible en ligne : www.adjectif.net/ spip/IMG/pdf/M2.pdf (consulté le 16 mai 2018).

CUQ, J. P.; GRUCA, I. Cours de didactique du français langue étrangère et seconde. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2005.

GALLI, J. A.; BOUCHONNEAU, N. (orgs.) O FOS e o FOU no nordeste do Brasil: quais expectativas?/ Le FOS et le FOU au nord-est du Brésil: Quel avenir ?. Editora UFPE: Recife, 2017.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI:** a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SÉTIMO SEMESTRE

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA FRANCESA 1		Código
Período: 07	Carga Horária Total 200 h	Extensão -

EMENTA:

Reflexão sobre práticas de sala de aula de língua francesa. Planejamento e realização de aulas de língua francesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de (org). **O professor de Língua Estrangeira em formação.** Campinas: Pontes, 2009. 3ª ed.

GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 13. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2006. SCHIFFLER, L. **Pour un enseignement interactif des langues étrangères**. Paris: Hatier: Didier, 1991. SILVEIRA, M. I. M. **Línguas estrangeiras**: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino. Maceió: Catavento, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNO, F. A. T. C. (org.). **Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras**: reflexão e prática. São Carlos: Claraluz, 2005.

CARVALHO, G.T.R.D. (Org); UTUARI, S. S. (Org.). **Formação de professores e estágios supervisionados**: relatos, reflexões e percursos. São Paulo: Andross, 2006.

CONSELHO DA EUROPA, **Quadro europeu comum de referência para as línguas**. Conselho da Europa, 2001. Disponível em: http://area.dge.mec.pt/gramatica/Quadro Europeu total.pdf

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 5. ed. Cortez: UNESCO, 2000. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis, [RJ]: Vozes, 2011 TOSI, M. R. Planejamento, programas e projetos: orientações mínimas para a organização de planos didáticos. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

YUS, R. Temas transversais: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina:	Pré requisito NÃO HÁ	Código
LETRAMENTOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO		
	Carga Horária Total 72 h	

Visão de língua. Análise dos documentos oficiais e de material didático para o ensino fundamental e médio. Materiais didáticos e letramentos: questões linguísticas, socioculturais, metodológicas, pedagógicas e políticas. Papel do professor frente a avaliação, adaptação e elaboração de material didático. Conceitos de letramento crítico, novos letramentos, multiletramentos. Direitos Humanos. Questões da atualidade em Linguística Aplicada.

TEMAS TRANSVERSAIS

Direitos humanos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

RICHARDS, Jack C.; RENANDYA, Willy A. **Methodology in language teaching**: an anthology of current practice. New York: Cambridge University Press, 2013. vii, 422 p. ISBN 9780521004404 (broch.).

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs.). Letramentos em terra de Paulo Freire. Campinas. Pontes Editores, 2014.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Aquisição de segunda língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 198 p. (Estratégia de ensino, v.48).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.. 159 p. ISBN 8536305088 : (Broch.).

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (Edit.). **Multiliteracies**: literacy learning and the design of social futures . London; New York: Routledge, 2000. xi, 350 p. (Literacies). ISBN 9780415214216 (broch.).

JORDÃO, Clarissa Menezes; MARTINEZ, Juliana Zeggio; HALU, Regina Célia (Org). **Formação 'desformatada' - práticas com professores de língua inglesa**. Campinas, SP: Pontes, 2011. 307 p. (Novas perspectivas em linguística aplicada; 15) ISBN 9788571133594 (broch.).

MACIEL, Ruberval Franco; ARAUJO, Vanessa de Assis (orgs.) **Formação de Professores de Línguas**: ampliando perspectivas. Jundiaí, Paco Editorial, 2011. 318 p.

MAGALHÃES, Joyce Rodrigues da Silva. **A formação do professor de língua inglesa e o letramento digital**: um olhar sobre uso das tic na sala de aula. (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL,2017.

MENEZES, Vera Lúcia (org.). **Interação e aprendizagem em ambiente virtual**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 405 p. (Invenção) ISBN 9788570417398 (broch.).

MOREIRA JR, Rusanil dos Santos. **Português como língua adicional e letramento crítico**: ensino-aprendizagem com participantes falantes de outras línguas na Universidade Federal de Alagoas. (Mestrado

em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2016.

SANTOS, Benyelton Miguel dos. **Justiça social e letramento crítico**: reflexões sobre o ensino de inglês como língua adicional no projeto Casas de Cultura no Campus da UFAL. (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2018.

SANTOS, Rodolfo Rodrigues Pereira dos. A pesquisa-ação na formação continuada de professores de inglês e a abordagem de letramento crítico. Maceió, AL, 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. 511 p. (Para um novo senso comum ; 4) ISBN 8524912421 (broch.).

SARMENTO, Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins de; MORAES FILHO, Waldenor Barros (Org). **Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras**: a construção de uma política linguística para a internacionalização . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. 315 p. (EAD para o mundo).

TAKAKI, Nara Hiroko; MACIEL, Ruberval Franco (Orgs.). Letramentos em terra de Paulo Freire. Campinas. Pontes Editores, 2014.

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). **Letramentos transnacionais**: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá. Maceió: EDUFAL, 2013. 149 p. ISBN 9788571777491 (broch.).

OITAVO PERÍODO

Disciplina:	Pré requisito	Código
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA FRANCESA 2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA FRANCESA 1	
Período: 08	Carga Horária Total 200 h	Extensão -

EMENTA: Reflexão sobre práticas de sala de aula de língua francesa, suas respectivas literaturas e culturas. Desenvolvimento da prática docente em língua francesa e suas literaturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALISSON, R. De la langue à la culture par les mots. Paris: CLE Internacional, 1991

IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004

CONSELHO DA EUROPA, **Quadro europeu comum de referência para as línguas**. Conselho da Europa, 2001. Disponível em: http://area.dge.mec.pt/gramatica/Quadro Europeu total.pdf

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 6. ed. Cortez, 2007. MARINHO, P. M. T. **Portfolio: um caminho didático**. Recife: Bagaço, 2008.

YUS, R. Temas transversais: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

QUADRO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

Disciplina: ARTE, CULTURA E LITERATURA EM LÍNGUA FRANCESA	Código:
Carga Horária Total: 72 h	

EMENTA:

Reflexão sobre expressões artísticas e culturais dos países de língua francesa. Interpretação de referências culturais em diversas modalidades de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUDRILLARD, J. La société de consommation. Paris: Denoel, 1970. BINET, A. Société et culture en France depuis 1945. Paris: Ellipses, 2001.

DUROZOI, G. **Le surréalisme**: théories, thèmes et techniques. Paris: Larousse, 1972. JANSON, D. **La peinture dans le monde**. Paris: Flammarion, 1968.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PLOQUIN, F.; HERMELINE, L. **Outils pour la classe**: les textes essentiels. Paris: Hachette, 2000. THORAVAL, . **Les grandes étapes de la civilisation française**. Paris: Bordas, 1967. ZARATE, G. **Enseigner une culture étrangère**. Paris: Hachette, 1986.

Disciplina:	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
COMPREENSÃO E PRODUÇÃO ORAL ESCRITA EM LÍNGUA FRANCESA	E	
Carga Horária Total: 72 h		

Compreensão de textos orais (televisivos, dvds, vídeo-cassete) como suporte de produção oral e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERARD E. **L'approche communicative**: théorie et pratiques. Paris: Clé International, 1991. BERTRAND, D. **Parler pour convaincre.** Paris: Gallimard, 1999. (Gallimard Éducation). Ouvrage collectif publié par l'Observatoire National de la lecture CNDP. **Maîtriser la lecture**. Paris: Odile Jacob, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOIRAND, S. Enseigner à communiquer en langue étrangère. Paris: Hachette, 1990. HAGÈGE, C. Halte à la mort des langues. Paris: Ed. Odile Jacob, 2001. RIVENC, P. Pour aider à communiquer dans une langue étrangère. Paris: Didier Éruditions et Centre International de Phonétique appliquée, 2001.

Disciplina:	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA		
Carga Horária Total: 72h		

Estudo das concepções de gramática de acordo com diferentes correntes de pensamento, relacionando-as com o ensino da língua francesa e sua história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BESSE, Henri; PORQUIER, Rémy. **Grammaires et Didactiques des Langues**. Paris: Hatier-Crédif, 1984. GERMAIN, Claude; SÉGUIN, Hubert. **Le point sur la grammaire**. Paris: Clé International, 1998. ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. "Atividades de reflexão gramatical na sala de aula e autonomia relativa do sujeito". In: LEFFA, Vilson J. (Org.) **A interação na aprendizagem das línguas**. 2.ed.Pelotas: EDUCAT, 2003. p.35-54.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola, 2006. GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: 1993.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOURA NEVES, Maria Helena. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 1994.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas; Mercado de letras, 1997. ZOZZOLI, Rita Maria Diniz.**O processo de constituição de uma gramática do aluno leitor e produtor**: a busca de autonomia. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n. 33, p. 7- 21. 1999.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. Relações entre produção de texto, leitura e gramática na sala de aula de LM. Odisséia, Natal, v.9, n.13-14, p.101-106. 2002.

Pré requisito:	Código:
TEORIA LINGUÍSTICA 1	
	1

Emergência de um domínio de estudos linguísticos autônomo. Representações da língua e da ciência linguística durante o século XIX. A tradição naturalista em linguística e o apagamento da dimensão humana da linguagem. O retorno do sujeito falante nos estudos linguísticos no final do século XIX. A língua como instituição humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARACO, C. A. Linguística histórica. 2ª edição. São Paulo: Parábola, 2005.

LEROY, M. **As grandes correntes da linguística moderna**. Trad. De Izidoro Blikstein e João Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. História da linguística. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1975.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2007.

PAVEAU, M.-A. e SARFATI, G.-É.. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. De M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

Disciplina:	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
INTERAÇÃO EM SALA DE AULA DE LÍNGUA FRANCESA		
Carga Horária Total: 72 h		

Reflexões acerca de noções teóricas básicas sobre interação em sala de aula de língua francesa e aplicação em contexto de ensino-aprendizagem. Atividades de compreensão e expressões orais, leitura e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. São Paulo, São Paulo: Pontes, 2002.

BIGGE, M. L. Teorias da aprendizagem para professores. São Paulo, SP: EPU-USP, 1977.

BOHN, H.; VANDRESEN, P. **Tópicos de linguística aplicada**: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis, SC: UFSC, 1988.

DESMONS, F. et ali. Enseigner le FLE: pratiques de classe. Paris: Belin, 2005.

MOIRAND, S. Enseigner à communiquer en langue étrangère. Paris: Hachette, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CELANI, M. A. A. Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar. São Paulo, São Paulo: EDUC, 1992.

CRYSTAL, D. **As aplicações da linguística. Que é linguística?** Rio de Janeiro, RJ: Ao Livro Técnico, 1981.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: UNB, 2001.

GIRARD, D. Linguística aplicada e didática das línguas. Lisboa: Estampa, 1975.

LYONS, J. Linguística. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.. (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

PASCHOAL, M. S. Z. de; CELANI, M. A. A. (Orgs.). Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar. São Paulo, SP: Educ, 1992.

SERRANI, S. **Discurso e cultura na aula de língua**: currículo, leitura, escrita. Campinas, SP: Pontes, 2005.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

RAJAGOPALAN, K. Ilocução, locução e a forma linguística. In PASCHOAL, M. S. Z. de; CELANI,

M. A. A. (Orgs.). **Linguística aplicada**: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar. São Paulo, SP: Educ. 1992.

WIDDOWSON, H. G. O ensino de línguas para a comunicação. Campinas, SP: Pontes, 1991.

	Pré requisito: LÍNGUA FRANCESA 5	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Fundamentos, metodologia e estratégias aplicadas à tradução de textos. Leitura e discussão de textos bilíngues. Significado de palavras, de expressões e enunciados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro**. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo. Tradução de Marie- Hélène C. Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. Santa Catarina: 2ª. Edição. Copiart UFSC, 2012.

Dictionnaire du français - référence apprentissage.(Le Robert) Paris: Clé International, 2002 FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução Sérgio Duarte. São Paulo: Publifolha; Ediouro, 1998.

MAUPASSANT, Guy de. **Bola de sebo e outros contos**. Rio de Janeiro: Globo, 1987. OSKI-DEPRÉ, Inès. **Théorie et pratiques de la traduction littéraires**. Paris: Armand Colin, 1999.

TORRES, Marie-Helène Catherine. **Traduzir o Brasil Literário: Paratexto e discurso de acompanhamento**. Vol. 1. Tubarão: Copiart, 2011.

VELDWACHTER, Nadège. **Littérature Francophone et mondialisation**. Éditions Karthala. Collection dirigée par Henry Tourneux, Paris: 2012.

Disciplina: LITERATURA TRADUÇÃO	DE	LÍNGUA	FRANCESA	EM	I	Código:
Carga Horária	Total:	72 h				

Leitura de textos traduzidos. Análise comparativa de textos bilíngues.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALZAC, H. De. **A mulher abandonada e outros contos.** Tradução Ruth Guimarães. São Paulo: Ediouro, s/d.

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro**. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo. Tradução de Marie- Hélène C. Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. Santa Catarina: 2ª. Edição. Copiart UFSC, 2012.

DE HEREDIA, C. "Du bilinguisme au parler bilingue". *In*: VERMES, G. France, pays multilingue. Paris: L'Harmattan, 1987.

MOLIÈRE. **O burguês fidalgo**. Tradução Stanislau Ponte Preta. Curitiba; Governo do Estado do Paraná, Fon-fon, 1968.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. **Traduzir o Brasil Literário: Paratexto e discurso de acompanhamento**. Vol. 1. Tubarão: Copiart, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITTO, Paulo Henriques. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Edições Civilização Brasileira, 2012. SOUSA, Germana Henriques Pereira de; HATJE-FAGGION, Valmi; ROSCOE-BESSA, Cristiane; BELL-SANTOS, Cynthia Ann (Orgs.). **Tradução e cultura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

NOGUEZ, D. Le grantécrivain et autres textes. Paris: Gallimard, 2000. OSKI-DEPRÉ, I. Théorie et pratiques de la traduction littéraires. Paris: Armand colin, 1999. PAGANINE, Carolina; FONSECA, Ester. Algumas considerações sobre variação linguística e tradução literária In: Revista Non Plus, nº 7, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/nonplus/article/view/106913. Acesso em: 15/05/2017.

RIMBAUD, A. **Poemas escolhidos**. Tradução Daniel Fresnot. São Paulo: Martins Claret, 2003.. VELDWACHTER, Nadège. **Littérature Francophone et mondialisation**. Éditions Karthala. Collection dirigée par Henry Tourneux, Paris: 2012.

VOLTAIRE. Cândido ou o otimismo. Tradução Roberto Gomes. Porto Alegre: L&PM, 1998.

Disciplina: TEATRO DE EXPRESSÃO FRANCESA	Pré requisito: FRANCESA 1	LITERATURA	Código:
Carga Horária Total: 72 h			

Estudo de textos teatrais escritos em língua francesa e/ou traduzidos em português.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONFORTÉS, C. **Répertoire du théâtre contemporain de langue française**. Paris: Natha, 2000. JARRY, A. **Ubu roi**. Paris: Gallimard, 1978.

IONESCO, E. La cantatrice chauve suivi de La leçon. Paris: Gallimard, 1954. LIOURE, M. Le drame de Diderot à lonesco. Paris: Armand colin, 1973.

SURER, P. Le théâtre français contemporain. Paris: Société d'édition et d'enseignement supérieur, 1964.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS E LÍNGUA FRANCESA	EM LITERATURA	Pré DEFRA	-	LITERATURA	Código:
Carga Horária Total: 72 h					

Estudos de textos literários de autoria francesa nos gêneros conto, romance e poesia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTRAND, D. **Précis, le sémiotique littéraire**. Paris: Nathan (Nathan Université), 2000. CHALÉAND; BLANC M.-C, **Les immigrés et la France**. Paris: la documentation, française, 2003. KOUROUMA, A. **Allah n'est pas obligé**. Paris: Seuil, 2003.

OSKI-DEPRÉ, I. **Théorie et pratiques de la traduction littéraires**. Paris: Armand colin, 1999. LÊ, L. **Lettre morte**. Paris: Pocket, 2000.

Pré requisito NÃO HÁ	Código
Carga Horária Total 72 h	

O processo de avaliação dos diferentes níveis de análise linguística no ensino/aprendizagem das competências de compreensão e expressão em língua francesa. O papel do *Quadro Comum Europeu de Referência para o Ensino de Línguas* e sua influência nos contextos de ensino- aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTOCCHINI, P., COSTANZO, E. Manuel de formation pratique pour le professeur de FLE.

Paris: CLE International, 2008.

COURTILLON, J. Elaborer un cours de FLE. Paris: Hachette FLE, 2003.

GAONAC'H, D. **Théories d'apprentissage et acquisition d'une langue étrangère**. Paris: Hatier - Credif, 1991.

TAGLIANTE, Christine. L'évaluation et le Cadre européen commun. Paris : CLE International, 2005.

VELTCHEFF, C.; HILTON, S. L'évaluation en FLE. Paris : Hachette, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLAL, L. **Vers une pratique de l'évaluation formative** : matériel de formation continue des enseignants. Bruxelas: De Boeck-Wesmael, 1991.

ASTOLFI J-P. L'erreur, un outil pour enseigner. Paris : ESF, 2011.

BOURDET J-F. "Évaluer les apprentissages", in: **Le Français dans le monde**, n° 275, p. 47-52, setembro 1995.

BEACCO J.C. L'Approche par compétences dans l'enseignement des langues. Paris, Didier, 2007.

BLANCHET, P.; CHARDENET, P. (Orgs). Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures : approches contextualisées. Paris: EAC, 2011.

Disciplina: PORTUGUÊS PARA ENSINANDO A ENSINAR	ESTRANGEIROS:	Código: LTLA113
Carga Horária Total: 72 h		

Didática de línguas estrangeiras; metodologia de ensino de português língua adicional; Língua, cultura e identidade; os exames de proficiência em relação à aprendizagem; Material didático de PLE; Avaliação em PLE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Parâmetros atuais para o ensino de Português Língua Estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. Ensino de português língua estrangeira/EPLE: a emergência de uma especialidade no Brasil. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., RIBEIRO, S., (orgs.) Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 723-728.

BATISTA, Marília Carvalho; ALARCÓN, Yeris Gerardo Láscar. Especificidades do ensino de PLE. **Revista SIPLE**. Brasília, Maio de 2012 – ANO 3 – NÚMERO 1. (66-76). Disponível em https://assiple.org/wp-content/uploads/2020/06/ano03-num01.pdf. Acesso 17.Fev.2021

CUNHA, Maria Jandyra; SANTOS, Percília (org.) Ensino e pesquisa em português estrangeiros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CUNHA, Maria Jandyra; SANTOS, Percília (org.) **Tópicos em português língua estrangeira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

FURTOSO, Viviane Bagio. Formação de professores de português para falantes de outras línguas: reflexões e contribuições. Londrina: EDUEL, 2009.

MENDES, Edleise. A ideia de cultura e sua atualidade para o ensino-aprendizagem de LE/L2. **EntreLínguas**, Vol. 1, Nº. 2, 2015, p. 203-222. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6193401. Acesso em 17.Fev.2021

NÓBREGA, Maria Helena da. **Ensino de Português para nativos e estrangeiros**: na prática, a teoria é outra. Linha d'água, n. 23, p. 25-40, 2010.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura Oliveira; FURTOSO, Viviane Bagio. Buscando critérios para a avaliação de livros didáticos: uma experiência no contexto de formação de professores de português para falantes de outras línguas. In: DIAS, Reinildes; CRISTOVÃO, Vera Lúcia (Org.). **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras. 2009. 344 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas, SP: Pontes, 1999

CELLI, Rosine. Português do Brasil para estrangeiros. Campinas: SP: Pontes, 2002.

Disciplina: SOCIOLINGUÍSTICA		Pré requisito: NÃO HÁ	Código :
Carga Horária Total:	54 h		

Relação entre língua e sociedade. Teorias e métodos para estudo da variação e da mudança linguística. Análise de dados linguísticos variáveis. Erro, norma e preconceito linguístico. Variação linguística e ensino.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna:* a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CALVET, Luis-Jean. Sociolingüística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. Vol. 25. Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística:* o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUY, G.R. & ZILLES, A. Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

LEITE, Yonne e CALLOU, Dinah. Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Contradições no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2003.

ALKMIM, Tânia. Sociolingüística. Parte I. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A.C. (orgs.). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, M. (org). Norma lingüística. São Paulo: Loyola, 2001.

CAMACHO, R.G.. Sociolingüística. Parte II. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

LABOV, W. Padrões sociolingüísticos. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MARROQUIM, M. A língua do nordeste. Curitiba: HD Livros. 1996.

MOURA, D. (org). Língua e Ensino: dimensões heterogêneas. Maceió: PPGLL, 2000.

PAGOTTO, E. G. Variação e (') identidade. Maceió: EDUFAL, 2004.

PRETI, D. Sociolingüística – os níveis da fala. Um estudo sociolingüístico do diálogo literário. São Paulo: CEN, 1982.

TARALLO, F. A pesquisa sociolingüística. São Paulo: Ática, 2007.

TARALLO, F (org.). Fotografias sociolingüísticas. Campinas: EdUNICAMP, 1989.

Disciplina: DIALOGISMO E ENSINO DE LÍNGUAS	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Contribuições do dialogismo para o ensino e a aprendizagem de línguas, envolvendo as dimensões teórico-metodológicas, numa perspectiva de Linguística Aplicada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, Mikail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. BAKHTIN, Mikail/ VOLOCHINOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981. BAKHTIN, Mikail. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. São Paulo: UNESP/UCITEC, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da

BAKHTIN, Mikhail. Para uma Filosofia do Ato Responsável. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BRAIT, Beth. Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

Disciplina: COERÊNCIA INTERSEMIÓTICA E QUESTÕES DE ENSINO E LEITURA DE TEXTOS VERBO-VISUAIS	·	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Signos icônicos e signos convencionais; a dinâmica das relações texto-imagem-design; a coerência intersemiótica e a construção de sentidos; diversidade e flexibilidade dos livros ilustrados; problemas de leitura de textos verbo-visuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATEMAN, J.A. T. *Text and image:* a critical introduction to the visual/verbal divide. 2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon OX141444RN, 2014.

CAMARGO, L. H. de. *Poesia Infantil e Ilustração*: estudo sobre Ou isto ou aquilo de Cecilia Meireles. Dissertação apresentada ao Curso de Teoria L1terána do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CARNEY, R. N., and LEVIN, J. R. Pictorial illustrations still improve students' learning from text. *Educational Psychology Review*, 14(1), 5-26. 2002.

LINDEN, Sophie Van der. Para ler o livro ilustrado. São Paulo: Cosac Naif, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DONDIS. Donis A. Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2007.

KORNALIJNSLIJPER, D.S. *A study of three models for image-text relations*. 2007.Disponível emhttp://hmi.ewi.utwente.nl/verslagen/capita-selecta/CS-Kornalijnslijper-David.pdf >. Acesso em 20/03/2018.

NECYK, Barbara Jane. *Texto e Imagem:* um olhar sobre o livro infantil contemporâneo. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós- Graduação em Design do Departamento de Artes & Design do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, 2007. Disponível em < http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10052/10052 1.PDF>. Acesso em 20/02/2018.

O'HALLORAN, Kay L . Systemic functional-multimodal discourse analysis (SF-MDA): constructing ideational meaning using language and visual imagery. In: *Visual Communication* 2008 7: 443.Disponível em < http://vcj.sagepub.com/content/7/4/443>. Acesso em 20/03/2016.

Disciplina: ESTUDO DAS RELAÇÕES IMAGEM E SOM NO CINEMA	ENTRE	техто,	Código:
Carga Horária Total: 54 h			

EMENTA: Introdução à análise da linguagem cinematográfica: relações entre texto, imagem e som.

BIBLIOGRAFIA BASICA

Aumont, Jacques et al. (1995). *A estética do filme*. Campinas: Papirus. Bernardet, Jean-Claude (1980). *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense. Carriere, Jean-Claude (1996). *A linguagem secreta do cinema*. São Paulo: Nova Fronteira.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Deleuze, Gilles (1983). A imagem-movimento. São Paulo: Brasiliense.

Guimarães, Luciano (2000). A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 2a ed. São Paulo: Annablume.

Mascarello, Fernando (org.) (2006) História do cinema mundial. Campinas: Papirus.

Martin, Marcel (1990). A linguagem cinematográfica. São Paulo, Brasiliense.

Metz, Christian (1970). A significação no cinema. São Paulo: Perspectiva.

Disciplina:	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
FONÉTICA		
Carga Horária Total: 54 h	,	

EMENTA: Introdução aos princípios da fonética articulatória, acústica e perceptual. Prática de transcrição e análise dos sons da fala.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRYSTAL, D. (2002). A dictionary of linguistics and phonetics. Oxford: Blackwell. Delgado MARTINS, M. R. (1988) Ouvir Falar. Introdução à Fonética do Português. Lisboa: Caminho. ANDRADE. A. & M. C. Viana (1996). Fonética. In: Faria, I. H. et al. Introdução à Linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Caminho.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2007. LADEFOGED, P. (1975) *A Course in Phonetics*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.

LADEFOGED, P. (2001) *Vowels and Consonants*. An Introduction to the Sounds of Languages. Oxford: Blackwell. Ladefoged, P and I. Maddieson. (1996). The Sounds of the World's Languages. Oxford: Blackwell.

MASSINI-CAGLIARI, G. & L. C Cagliari (2001) Fonética. in: Mussalin, F. & A. C. Bentes (orgs.). *Introdução à Lingüística*: domínios e fronteiras. São Paulo: Editora Cortez.

MATEUS, M. H. M.; A. Andrade; M. C. Viana & A. Villalva (1990) *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta. Pullum, G. K. & Ladusaw, W. A. (1986) Phonetic Symbol Guide. Chicago: The University of Chicago Press.

Disciplina: MODELO PARA INCLUSÃO SOCIEDADE CONECTADA: LEITURA, ESCRITA E COMPORTAMENTO DIGITAL	Código:
Carga Horária Total: 54 h	

EMENTA: Fundamentos da hipertextualidade; links e o acesso à informação; hipermodalidade e retórica multissemiótica; questões sobre leitura, ensino e comportamento digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, L.F. *Hipertexto revisitado:* novas perspectivas para pesquisa e ensino. Maceió: Edufal, 2018

GOMES, L. F. *Trabalhando com Hipertexto no Cotidiano Escolar*. São Paulo: Cortez Editora,2011. LEÃO, L.(org.) *Interlab*: labirintos do pensamento contemporâneo. São Paulo: Iluminuras, 2002. LEVY, S. *Google, a biografia*. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, L. F. e PEREIRA, A.S. Blogs universitários e realidade local: contribuições para a atuação das forças centrífugas da vida verbal. In: *Linguagens em diálogos* [recurso eletrônico] : reflexões bakhtinianas em diferentes perspectivas / Isabel Cristina Michelan de Azevedo (Org.). — São Cristóvão : Editora UFS, 2017.

NIELSEN,J. F-Shaped Pattern For Reading Web Content. Disponível https://www.nngroup.com/articles/f-shaped-pattern-reading-web-content/ >. Acesso em 14 fev. 2017. NIELSEN, Тор Ten Mistakes in Web Design. 2011. Disponível J. em: http://www.useit.com/alertbox/9605.html . Acesso em: 10 junho 16.

Disciplina: MODELO PARA INCLUSÃO TÓPICOS ESPECIAIS EM ANÁLISE DISCURSO	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Estudo da relação discurso, sujeito, história e ideologia. A noção de sujeito e a práxis discursiva na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Análise do Discurso e as práticas sociais, políticas, culturais e econômicas no mundo contemporâneo. Reflexão sobre os processos discursivos e os fundamentos teórico-metodológicos na descrição e interpretação das materialidades em análise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTE, Socorro (Org.). *Linguagem, Discurso, Ideologia*: a materialidade dos sentidos. Maceió: Edufal, 2017.

FLORENCIO, Ana Gama, & et all. *Análise do discurso*: fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 2009.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Ed. Martin Claret. São Paulo. 2001.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1986.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ORLANDI, Eni. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Discurso, estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

Disciplina: MODELO TEXTUAL	PARA	INCLUSÃO	LINGUÍSTICA	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horá	ria Total:	54 h			

EMENTA: Aspectos históricos, conceituais e metodológicos da Linguística Textual. O texto como processo. Principais categorias da construção dos textos orais e escritos: coesão, coerência, intertextualidade, referenciação e tópico discursivo. Plurissemiose e hipertexto na textualização e produção de sentidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. *Análise de Textos:* fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os Sentidos do Texto*. São Paulo: Contexto, 2012. FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore V. *Linguística Textual:* introdução. São Paulo, Cortez Editora, 1983.

KOCH, Ingedore Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. São Paulo, Cortez, 2011. MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Linguística de Texto*: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.

Disciplina: MODELO PARA CONVERSAÇÃO	INCLUSÃO	ANÁLISE	DA	Código:
Carga Horária Total:	54 h			

EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos da Análise da Conversação. Aspectos organizacionais e interacionais da conversação. Processos de formulação do texto falado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTILHO, A. *A língua falada no ensino de português*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2002. FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C.V.O.; AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCUSCHI, L. A. Análise da Conversação. São Paulo: Ática, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortes, 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Análise da conversação. São Paulo: Parábola, 2006.

PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1995. (Série Projetos Paralelos, vol 1)

_____. Interação na fala e na escrita (Série Projetos Paralelos, vol. 5). São Paulo: Humanitas, 2002. RIBEIRO, B. T; GARCEZ, P.M. Sociolinguística Interacional. São Paulo: Parábola, 2002.

Disciplina: A ASCENSÃO DO ROMANCE	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: estudo sistemático do romance enquanto gênero literário responsivo ao contexto moderno (século XVI até os dias atuais). Reflexão sobre o aporte teórico de importantes pensadores do gênero romanesco no Ocidente: Mikhail Bakhtin, György, Ian Watt, dentre outros. Análise de romances fundamentas da literatura europeia e de Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUERBACH, Erich. *Mimesis:* a representação da realidade na literatura ocidental. 5. ed. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance (sobre a metodologia do estudo do romance). *Questões de literatura e de estética:* a teoria do romance. Trad. Aurora Bernardini et al. 5. ed. São Paulo: HUCITEC; ANNABLUME, 2000, p. 397-428.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. 6. ed. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*: lições americanas. 2. ed. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CERVANTES, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha*. Trad. Sérgio Molina. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2002.

WATT, Ian. *A ascensão do romance:* estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Disciplina: CIRCULAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Estudo das formas de circulação do texto literário, considerando a diversidade de suportes e as relações entre essas formas e os modos de produção e recepção do literário, nos séculos XX e XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.) *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. São Paulo: EDUSP, 1985.

LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores?* Política para a cultura/política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Newton. *Cultura e ação cultural* – uma contribuição à sua história e conceitos. São Paulo: SESC Edições, 2010.

DOMINGUES, Rachel Bertol; VIEIRA, Itala Maduell. Antologias, prêmios e eventos literários: Mecanismos de acesso ao livro no mercado. In: *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, GP Produção Editorial, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A cultura-mundo*: resposta a uma sociedade desorientada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Redes de edição e redes sociais*: cruzamentos e questões. Em Tese (Belo Horizonte. Online), v. 20, p. 163-179, 2015.

RIBEIRO, Ana Elisa . Relações virtuais, edições de papel e a renovação da literatura brasileira. In: *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*, 2009, Rio de Janeiro/Niterói. II LIHED Anais digitais. Niterói: UFF, 2009. v. 1. p. 1-1.

Disciplina: ESTUDO ANALÍTICO DO VERSO	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: estudo aprofundado do poema. Apresentação e discussão de teorias/metodologias de análise do texto literário em verso. Análise das formas vérsicas mais destacadas nas literaturas de Língua Portuguesa. Prática de leitura crítica de poesia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*: poesias reunidas e poemas traduzidos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CAMÕES, Luís de. Os lusíadas. Org. Emanuel P. Ramos. 3. ed. Porto: Porto Editora, 2000.

PAZ, Octavio. Signos em rotação. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PESSOA, Fernando. Obra poética. 3. ed. Org. Mª A. Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANDEIRA, Manuel; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Itinerário de Pasárgada: de poetas e de poesia*. Rio de Janeiro (RJ): Liv. São José, 1957.

BAUDELAIRE, Charles. Escritos íntimos. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

CAMPOS, Haroldo de. Galáxias. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. *Metalinguagem e outras metas:* ensaios de teoria e critica literária. 4.ed. rev. ampl. São Paulo (SP): Perspectiva, 1992.

SCHNAIDERMAN, Boris. A poética de Maiakóvski. São Paulo: Perspectiva, 1984.

Disciplina: LITERATURA E LOUCURA	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: estudo das relações entre o desenvolvimento literário e a loucura enquanto fenômeno social e histórico da civilização ocidental moderna. Análise de personagens literários e personas poéticas em tensão com o conceito de sanidade. Insanidade e literatura como fenômenos liminares da cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FREUD, Sigmund. O Estranho. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Trad. Jayme Salomão. Vol. 17. Rio de Janeiro: Imago, 2006a, p. 237-269.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. *Teatro completo*. Tragédias e comédias sombrias. 1. vol. Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 369-544.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. 28. ed. São Paulo: Ática, 1994.

FREUD, Sigmund. Arte, literatura e os artistas. Editora Autêntica.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ROTTERDAM, Erasmo de. Elogio da Loucura. São Paulo: Atena, 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A parte obscura de nós mesmos:* uma história dos perversos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.

ROUDINESCO, Elisabeth. Freud - mas por que tanto ódio? Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Disciplina: LITERATURA PORTUGUESA	AFRICANA	DE	LÍNGUA	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária To	otal: 54 h				

EMENTA: Estudo das literaturas africanas de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau), tendo em conta a dinâmica nacionalista dos sistemas literários e a posterior internacionalização do olhar no período pós-colonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano*. Escritas pós-coloniais. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

APPIAH, Kwane Anthony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombro*: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CABAÇO, José Luís. *Moçambique*: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: editora UNESP. 2009.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. HAMILTON, Russel G. *Literatura africana, literatura necessária I*: Angola. Lisboa: Edições 70, 1981. HAMILTON, Russel G. *Literatura africana, literatura necessária II*: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e príncipe. Lisboa: Edições 70, 1984.

LARANJEIRA, Pires. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

LARANJEIRA, Pires. *De letra em riste*: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Lisboa: Afrontamento, 1992.

LEITE, Ana Mafalda. Literaturas africanas e formulações pós-coloniais. Lisboa: Ed. Colibri, 2003.

Disciplina: LITERATURA E SOCIEDADE	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Reflexão sobre o processo de construção literária e seus métodos de abordagem externa, com vistas à compreensão de comportamentos estéticos e das relações estabelecidas entre o texto e os variados contextos sociais, culturais e históricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a vida social. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade:* estudos de teoria e história literária. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 17-39. MOSER, Benjamin. *Autoimperialismo:* três ensaios sobre o Brasil. Trad. de Eduardo Heck de Sá. São Paulo: Planeta, 2016.

COMPLEMENTAR

ABDALA JR., Benjamin; CARA, Salete de Almeida (Orgs.). *Modernos de nascença*: figurações críticas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

LITERATURA E SOCIEDADE: Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. nº 1, São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Disciplina: POÉTICAS INTERARTES	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Estudos comparativo das relações entre literatura e cinema, literatura e canção, literatura e artes plásticas, literatura e performance, em diálogo com outros campos do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, Haroldo. O arco-íris branco. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

CANCLINI, Nestor. *Leitores, espectadores, internautas*. São Paulo: Oservatório Itaú Cultural/Iluminuras, 2008. (Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2806) PERLOFF, Marjorie. *O momento futurista*. Tradução Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Editora da USP, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário*. São Paulo: Iluminuras, 2009. (Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd pagina=2806).

COMPAGNON, Antoine. O trabalho da citação. Tradução de . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

MENEZES, Philadelpho. A crise do passado. São Paulo: Experimento, 1994.

OITICICA, Hélio. Aspiro ao grande labirinto. São Paulo: Perspectiva, 2015.

Disciplina: LITERATURA, INTERTEXTUALIDADE	DIALOGISMO E	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: t	54 h		

EMENTA: Estudo de obras literárias em língua portuguesa, a partir das noções de dialogismo e de intertextualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A Teoria do Romance. Trad. Aurora Fornoni Bernadini e outros. São Paulo: Hucitec, 1988.

KRISTEVA, Julia. *O texto do romance*. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Livors Horizonte, 1984. SAMOYAULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. Trad. Sandra Nitrini. São Paulo: Hucitec, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Oswald de. *Poesia reunidas*. Obras completas Vo. VII. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

____. *Revista de antropofagia*. Edição fac-similar. São Paulo: Cia. Litographica Ypiranga, 1976. JAURÉGUI, Carlos. *Canibalia*. Marid: Vervuet, 2008.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Texto, crítica e escritura. 3a. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Disciplina: LITERATURA, LEITURA E PERFORMANCE	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 54 h		

EMENTA: Estudo de diferentes perspectivas sobre as noções de leitura e de performance, estabelecendo diálogos entre discussões teóricas e experiências práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COHEN, Renato. Performance como linguagem. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZUMTHOR, Paul. Escritura e Nomadismo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, Paul. Performance, Recepção, Leitura. SP: EDUC, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FABIÃO, Eleonora. "Performance e Teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea" in *Revista Sala Preta* nº 8: ECA/USP, 2009.

LIMA, Luiz Costa (org.) Literatura e o leitor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARTINS, Janaina. "A relação entre o texto escrito e a vocalidade no teatro: contribuições a partir de Paul Zumthor". *Urdimento* (UDESC), Florianópolis: UDESC/CEART, v. 1, p. 141-149, 2004.

MILLER, Jussara. *A Escuta do Corpo:* sistematização da Técnica Klauss Vianna. SP: Summus, 2007. SPOLIN, Viola. *Jogos teatrais na sala de aula*. SP: Perspectiva, 2010.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAS EM LÍNGUA ESPANHOLA E LÍNGUA ESPANHOLA E SUAS LITERATURAS	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

A disciplina aborda temas pontuais da língua espanhola e suas literaturas em função de necessidades conjunturais; seu conteúdo contempla temas que, embora abordados nas disciplinas obrigatórias, demandam um desenvolvimento específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

A referência bibliográfica da disciplina será conforme o/s tema/s propostos no semestre da oferta.

Disciplina:	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
TÓPICOS ESPECIAS EM ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA E LÍNGUA ESPANHOLA E SUAS LITERATURAS		
Carga Horária Total: 72 h		

A disciplina aborda temas pontuais do ensino e aprendizagem de língua espanhola e suas literaturas em função de necessidades conjunturais; seu conteúdo contempla temas que, embora abordados nas disciplinas obrigatórias, demandam um desenvolvimento específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES

A referência bibliográfica da disciplina será conforme o/s tema/s propostos no semestre da oferta.

Disciplina: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Análise de textos orais e escritos em gêneros textuais diversos, relacionando-os a seus contextos socioculturais e sociopolíticos. Abordagem de princípios teóricos e metodológicos de Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico Funcional, com ênfase em tradição anglo-saxônica. Interseccionalidade, identidade e poder no discurso. Análise crítica do discurso e ensino. Temas transversais: Gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, classe, deficiência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001. 316 p. ISBN 9788523006143 (broch.). Classificação: 801:301 F165d Ac.43849.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a Method in social scientific research, em Wodak, R.; Meyer, M.: Methods of Critical Discourse Analysis. SAGE Publications, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis. (2 ed.). Abindon/New York: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Semiotic Aspects of Social Transformation and Learning, em An Introduction to Critical Discourse Analysis in Education, 2 nd edition. Ed. Rebecca Rogers. Routledge, New York, 2011.

GEE, James Paul. Social linguistics and literacies: ideology in discourses. 4th. ed. London: Routledge, 2007. New York: 242 p. ISBN 9780415617765 (broch.). Classificação: 801:37 G297 4.ed. Ac.5386.

Halliday, Michael; Matthiessen, Christian. Halliday's introduction to functional grammar. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. 271 p. ISBN 8575910108 : (Broch.) Classificação: 801.54 D611 Ac.2706.

VAN LEEUWEN, Theo. Discourse and practice: New tools for Critical Discourse Analysis. New York, Oxford University Press, 2008. 105

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução a análise do discurso. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1999. 117 p ISBN 852680670X (broch.). Classificação: 801.54 B817i Ac.37356.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.. 19. ed. São Paulo: Loyola; 2009. 79 p. (Leituras Filosóficas) ISBN 9788515013593 : (broch.) Classificação: 800.5 F762o 19.ed. Ac.39552.

MAGALHAES, Izabel; LEAL, Maria Christina Diniz (Coord). Discurso, gênero e educação. Brasília: Plano, 2003. 186 p. ISBN 8585946644 : (Broch.) Classificação: 801D611g Ac.23364.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. 100 p ISBN 9788571131316 (broch.). Classificação: 801.54 O71aAc.25597.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008. 143 p. - ISBN 9788588456136 : (Broch.) Classificação: 800.1 R149p 3.ed. Ac.34767.

Periódicos: Critical Discourse Studies; Discourse & Society, Discourse Studies, Linguagem em (Dis)curso. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Trabalhos em Linguística Aplicada, Delta, Gender and Language, Linguagem e Ensino, Linguistics and the Human Sciences, Text and Talk, Journal of Pragmatics, Veredas, Ilha do Desterro.

ı	Disciplina: EDUCAÇÃO INCLUSIVA, FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE LÍNGUAS	Código:
	Carga Horária Total: 72 h	

Aspectos sociais, históricos, políticos e culturais da educação das pessoas com deficiência. Diálogos com pessoas com deficiência e diversos setores da sociedade que atuam no atendimento educacional especializado. Ética e formação docente na perspectiva da educação inclusiva. Questões teóricas, práticas, tecnológicas e afetivas sobre inclusão educacional na formação docente e no ensino de línguas. Produção e adaptação de material didático acessível para o ensino de línguas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. A consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: < 571_Orientações para implementação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.pdf (feapaesp.org.br)>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: < L13146 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CELANI, M. A. A.; MEDRADO, B. P.; (Orgs.). Diálogos sobre inclusão: das políticas às práticas na formação de professores de línguas estrangeiras. São Paulo: Pontes, 2017.

DANTAS, R. As metamorfoses da formação: experiência com alunos com deficiência e desenvolvimento profissional ético. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

Disponível em: < Repositório Institucional da UFPB: As metamorfoses da formação: experiência com alunos com deficiência e desenvolvimento profissional ético>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Experiências partilhadas: vozes de alunos com deficiência e relatos de uma professora. João Pessoa: Ideia, 2020. Disponível em: < Experiências partilhadas: vozes de alunos com deficiência e relatos de uma professoraldeia Editora | Ideia Editora >. Acesso em: 26 abr. 2021.

FARIAS, A. Q. Deficiência, docência e ensino superior: a trajetória acadêmica de uma professora cega. In: Revista Educação Inclusiva. Campina Grande, 2019, p. 57-69. Disponível em: < DEFICIÊNCIA, DOCÊNCIA E ENSINO SUPERIOR: A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PROFESSORA CEGA | Farias | REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (uepb.edu.br)>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FERREIRA, O. H. S.; TONELLI, J. R. A. Ampliando horizontes: ensino de inglês para crianças com transtorno do espectro autista. In: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. v. 16, n. 3, p. 557-572, 2020. Disponível em: Acesso em: 26 abr. 2021.

FRAGELLI, T. B. O. 20 ferramentas digitais inclusivas para educação online: em formato de infográficos. 2020. Disponível em: < ebook_20_ferramentas_digitais_inclusivas.pdf (wordpress.com)>. Acesso em: 26 abr.2021.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da covid-19: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. São Paulo: IRM, 2020. Disponível em: < Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. (fundacaogrupovw.org.br)>. Acesso em: 26 abr. 2021. KELLER, H. Três dias para ver. 1933. Disponível em: < Helen Keller: documentário, biografia e "Três Dias para Ver" (deficienciavisual.pt)>. Acesso em: 26 abr. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MAIA, A. A. de M.; MEDRADO, B. P (Orgs.). Síndrome de Down: vozes e dimensões da inclusão escolar. Campina, SP: Pontes Editores, 2020.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. MEDRADO, B. P. (Org.). Deficiência visual e ensino de línguas estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas. Campinas, SP: Pontes, 2014.

MEDRADO, B. P.; DANTAS, R. Materiais didáticos acessíveis de língua inglesa para alunos com deficiência visual. João Pessoa: Ideia, 2019. Disponível em: < Materiais didáticos acessíveis de língua inglesa para alunos com deficiência visualIdeia Editora | Ideia Editora>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ROSE, David; GRAVEL, Jenna. W. Universal design for learning. In PETERSON, P.; BAKER, E.; MCGRAW, B. (Orgs.). International encyclopedia of education. Oxford: Elsevier, 2010.

SKLIAR, C. A inclusão que é "nossa" e a diferença que é do "outro". In: RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34. SPASIANI, M. V. Ensino de inglês para alunos surdos: materiais didáticos e estratégias de ensino. 216f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: Acesso em: 26 abr. 2021. UNESCO. Manual para garantir inclusão e equidade na educação. Brasília: UNESCO, 2019.

Disponível

chttps://www.daga.wagaa.garantii iliciusao e equidade na educação. Brasilia. ONESCO, 2019.

em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508?posInSet=5&queryId=d91c0b2b-de2f-42e1-bfe-e4-ff520c634026. Acesso em: 26 abr. 2021.

W3C. Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1. W3C, 2018.

Disponível em: < Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1 -

Português (w3c.br)>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Disciplina: ESCRITA CRIATIVA	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Introdução à escrita ficcional, gêneros e convenções literárias; processos e técnicas de escrita em vários gêneros; leitura e análise comparativa de textos literários; oficina de escrita e crítica das produções.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMS, M.H., et al. (Eds). The Norton anthology of English literature, 5th edition, vol.s I & II, New York and London: W. W & Company Ltd., 1986.

ARISTÓTELES. A poética clássica. Tradução de Jaime Bruna. 7. ed., São Paulo: Cultrix, 1977.

BARNET, Sylvan et al. An introduction to literature: fiction, poetry and drama. Illinois: Scott, Bresman & Company, 1997

BOSI, A. (Org.). Leitura de poesia. São Paulo: Ática, 1996.

CULLER, J. Teoria literária: uma introdução. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca. 1999.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, A. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 1989.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FORSTER, E. M. Aspects of the novel. New York: HBJ, 1927.

HARMON, William; HOLMAN, C. Hugh. A handbook to literature. New Jersey: Prentice Hall, 1999. KILDUF, M. e McCANNON. Working with short stories. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 (1991).

MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 405p. ISBN 8571647003.

PEACOCK, Ronald.. Formas da literatura dramática. São Paulo: Zahar, 1968.

WAJNRYB, Ruth. Stories: narrative activities in the language classroom. Cambridge:

Cambridge University Press, 2005.

Disciplina: ESTUDOS TEMÁTICOS DE LITERATURAS D LÍNGUA INGLESA I	Código:
Carga Horária Total: 72 h	

Estudos de obras, autores/as, gêneros de leitura específicos nas literaturas em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BHABHA, Homi K. O local da cultura. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de Lima. Literatura e estudos culturais. Belo Horizonte, MG: Faculdade das Letras da UFMG, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORA, Antônio Soares. Introdução a teoria da literatura. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Monstros, índios e canibais: ensaios de crítica literária e cultural. Florianópolis: Insular, 2000.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades de mediações culturais. Tradução de Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SECCO, Carmen; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Disciplina: ESTUDOS TEMÁTICOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA II	Código:
Carga Horária Total: 72 h	

Estudos de movimentos ou vertentes críticas & modos de leitura específicos nas literaturas em língua inglesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BHABHA, Homi K. O local da cultura. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de Lima. Literatura e estudos culturais. Belo Horizonte, MG: Faculdade das Letras da UFMG, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORA, Antônio Soares. Introdução a teoria da literatura. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Monstros, índios e canibais: ensaios de crítica literária e cultural. Florianópolis: Insular, 2000.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades de mediações culturais. Tradução de Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SECCO, Carmen; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Disciplina: FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA I	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Estudo do sistema fonológico da língua inglesa para o ensino/aprendizagem de língua inglesa como língua adicional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CAVALIERE, Ricardo. Pontos essenciais em fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. CAGLIARI, L.C. Análise fonológica: com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHOMSKY, N. & HALLE, M. Princípios de fonologia generativa. Madrid: Ed. Fundamentos, 1979. CRYSTAL, D. Dicionário de lingüística e fonética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. DE PAULA, A.S.& COSTA, M.A.P. Fonética fundamental: princípios da fonética articulatória, acústica e auditiva. Maceió: EDUFAL, 2011.

FIORIN, J.L. (org.). Introdução à linguística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2002. HENRIQUES, C. C. Fonética, fonologia e ortografia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Disciplina: FONOLOGIA DA LÍNGUA LETRAMENTO FONOLÓGICO	INGLESA	II -	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h				

Estudo dos elementos prosódicos da língua inglesa, aplicação de fundamentos teóricos e análise fonológica do inglês à luz do Letramento Crítico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GEE, James Paul. Social linguistics and literacies: ideology in discourses. 4th. ed. London: Routledge, 2007. New York: 242 p

HANCOCK, Mark. English pronunciation: in use: intermediate: self-study and classroom use. Cambridge, UK: Cambridge University Press, c2003.

MASSINI-CAGLIARI, G. Acento e ritmo. São Paulo: Contexto, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANAGARAJAH, A. Suresh. Resisting linguistic imperialism in English teaching.Oxford: Oxford University Press, c1999. 216 p.

ESTUDOS da linguagem à luz do internacionalismo sociodiscursivo. Londrina: UEL, 2008. 293 p.

KESKE-SOARES, Márcia (Org.). Estudos em aquisição fonológica. Santa Maria (RS): UFSM, PPGL Editores, 2007. 173 p.

MAIA, E. M. No reino da fala: a linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 1985.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (org.). Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010. 211 p.

Disciplina: LÍNGUA LATINA	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Estudo das estruturas básicas do latim e seu funcionamento como fundamento das línguas românicas, máxime o português

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim. São Paulo: Ática, 2001.

GARCIA, Janete Melasso. Introdução à teoria e prática do latim. – 3. Ed. – Brasília: Editora UNB, 2008.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, Estudos de História da Cultura Clássica, II Vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina: curso único e completo. São Paulo: Saraiva, 2000

BUSSARELLO, Raulino. Dicionário básico latino – português. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2003.

COMBA, P. Júlio. Programa de Latim: Introdução à língua latina, Volumes 1 e 2. – 18 Ed. –. São Paulo: Salesiana, 2002.

REZENDE, A. Martinez de. Latina Essentia: preparação ao latim. – 4. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RÓNAI, Paulo. Curso básico de latim: gradus primus. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

Disciplina: LINGUÍSTICA APLICADA	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Contribuições da Linguística Aplicada através do estudo de temas centrados na sala de aula, considerando a interligação entre as práticas efetuadas e os diversos posicionamentos teóricos existentes em torno de cada tema

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. (Org.) Ensinar e aprender uma língua estrangeira na escola. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. São Paulo, São Paulo: Pontes, 2002.

Lingüística Aplicada, Ensino de Línguas e Comunicação. Campinas: Pontes Editores e ArteLíngua, 2006.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. A escola e a produção textual. Grupo Summus [Ebook]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA Filho, J. C. P. de. A Lingüística Aplicada na grande área de linguagem. In: SILVA, K. A. da; ORTIZ ÁLVAREZ, M. L. Perspectivas de Investigação em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Pontes Editores. 2008.

_____. Crise, transições e mudança no de formação de professores de línguas. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000.

GIRARD, Dénis. Os momentos da aula de línguas. Linguística aplicada e didática das línguas. Lisboa: Estampa, 1975.

MARTIN, Robert. A linguística aplicada. Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. Línguas estrangeiras: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino. Maceió, Alagoas e São Paulo, São Paulo: Catavento, 1999.

Disciplina: LITERATURAS EM INGLÊS E OUTRAS ARTES MÍDIAS	Pré requisito: NÃO HÁ	Código:
Carga Horária Total: 72 h		

Conectar o estudo da Literatura a outras formas de expressão artística, como artes visuais e plásticas, cinema, fotografia, teatro e música; discutir conceitos sobre a relação entre palavra, imagem e som; explorar as experiências literárias a partir de perspectivas alternativas; representar experiências literárias de diversas formas, inclusive não verbais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMS, M.H., et al. (Eds). The Norton anthology of English literature, 5th edition, vol.s I & II, New York and London: W. W & Company Ltd., 1986.

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Lisboa: Edições 70, 2006. 141p.

BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 1979. 116 p.

BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia; LIMA, Ana C. (orgs) Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010). Maceió/Florianópolis: EDUFAL, Editora Mulheres & EDUFSC: 2017.

CULLER, J. Teoria Literária: uma introdução. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca. 1999.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, A. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 1989

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARNET, Sylvan et al. An introduction to literature: fiction, poetry and drama. Illinois: Scott, Bresman & Company, 1997

BOSI, A. (Org.). Leitura de poesia. São Paulo: Ática, 1996.

FORSTER, E. M. Aspects of the novel. New York: HBJ, 1927.

HARMON, William; HOLMAN, C. Hugh. A handbook to literature. New Jersey: Prentice Hall, 1999. KILDUF, M. e McCANNON. Working with short stories. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KILDUF, M. e McCANNON. Working with short stories. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 (1991).

MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 405p. ISBN 8571647003.

PEACOCK, Ronald. Formas da literatura dramática. São Paulo: Zahar, 1968.

WAJNRYB, Ruth. Stories: narrative activities in the language classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Disciplina: INTRODUÇÃO À TRADUÇÃO DE TEXTOS DE EXPRESSÃO INGLESA	Código:
Carga Horária Total: 72 h	

Introdução à Tradução com base na discussão dos problemas enfrentados na prática tradutória de textos técnicos e/ou literários que têm o inglês por língua de partida, focalizando os procedimentos aceitos na área.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVES, Fabio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana Silvina. Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2015.

ARROJO, Rosemary. Oficina de tradução: a teoria na prática. Ática, 1986, Série Princípios.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta. Campinas: Pontes, 2004, 2ª ed.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARROJO, Rosemary. O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas, SP: Pontes, 1992.

BERNARDO, Gustavo. As Margens da tradução. Rio de janeiro: Caetés, 2002.

CAMPOS, Geir. o que é tradução. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

RICOEUR, Paul. Sobre a tradução. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.

RONAI, Paulo. Escola de tradutores. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2012.

17. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação conforme concebida no *Projeto Pedagógico Institucional* (PPI), inserido no PDI 2013-2017, é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos, no âmbito do curso, pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem. Desse modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no *Projeto Pedagógico de Curso* que prevê tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica, e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação.

Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular, e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a Ufal. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano pedagógico e das atividades curriculares.

17.1. Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos/as professores/as e dos/as alunos/as acerca do processo formativo. A avaliação que se propõe não é uma atividade puramente técnica; deve ser processual e formativa; e deve manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso. Considera também a aferição qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo/a aluno/a em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/2005 – CEPE, que determina que o regime de aprovação do/a aluno/a em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Nesse entendimento, o Art. 10 afirma que: "Será considerado reprovado por falta o/a aluno/a que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL."

A mesma resolução apresenta de forma detalhada como se efetiva a avaliação do rendimento escolar nos seguintes artigos:

- "Art. 11 A avaliação do rendimento escolar se dará através de:
- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- § 10 Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo/a aluno/a em avaliações anteriores.
- § 20 O/A aluno/a terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.
- Art. 12 Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.
- Art. 13 Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.
- § 10 Em cada bimestre, o/a aluno/a que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e enioefetivadas pela disciplina.
- § 2o Em cada disciplina, o/a aluno/a que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior
- Art. 14 A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.
- § 10 Será aprovado, livre de prova final, o/a aluno/a que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).
- § 20 Estará automaticamente reprovado o/a aluno/a cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).
- Art. 15 O/A aluno/a que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da Ufal.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o/a aluno/a que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o/a aluno/a que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16."

Compreendemos que a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos/as alunos/as, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

O processo avaliativo se dará durante todo o desenvolvimento do curso, tendo como pressupostos básicos a avaliação participativa e processual, atendendo aos diversos níveis de avaliação, tais como a avaliação da aprendizagem, do material utilizado e da metodologia, tanto do professor quanto do curso.

A avaliação didático-pedagógica está fundamentada numa perspectiva emancipatória em que o/a aluno/a, a partir da reflexão da sua prática pedagógica, associando-a aos conceitos teóricos discutidos ao longo do curso, possa desenvolver uma proposta de autonomia pessoal e desenvolvimento profissional que extrapole os modelos tradicionais de avaliação.

A importância dessa avaliação processual, nos seus diversos níveis, constitui uma prática constante de realimentação, possibilitando as intervenções que se fizerem necessárias, como forma de minimizar as possíveis dificuldades no processo. O processo avaliativo da aprendizagem desenvolve-se de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as normatizações da Ufal.

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando o crescimento qualitativo do curso. Para tanto, os principais instrumentos adotados serão os propostos pelo INEP/MEC, como a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que trata da Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Portaria nº 1 de 5 de janeiro de 2009 que aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para reconhecimento de cursos de graduação - Bacharelados e Licenciaturas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A avaliação, instrumento essencial para a determinação das efetivas condições de ensino-aprendizagem do aluno/a-professor/a (aspirante a uma formação de primeira licenciatura),

fundamental para a realização de seus objetivos educativos e profissionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- Avaliações pelo corpo docente: avaliações dos alunos/as; avaliação da disciplina e dos recursos educacionais;
- Avaliações pelo corpo discente: avaliação dos professores, dos recursos educacionais e da disciplina.
- Avaliação institucional.

17.2. Avaliação do curso

A CPA/UFAL (Comissão Própria de Avaliação) tem por finalidades elaborar e desenvolver, junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores, uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos internos da avaliação da Ufal, de acordo com o projeto de autoavaliação aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Lei nº 10.861/2004). São objetivos da CPA/UFAL:

- I. Promover uma cultura avaliativa no âmbito da Universidade:
- II. Articular os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação, em conjunto com as Comissão Interna de Debate e Avaliação (CIDAs), que se constituem nas Unidades Acadêmicas, Unidades Educacionais ou Campi fora de sede.
- III. Estimular a melhoria da qualidade educativa pela otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Proceder à avaliação institucional interna no âmbito da Ufal;
- V. Elaborar relatórios de autoavaliação institucional.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Ato de designação da CPA: Portaria nº616, de 27 de julho de 2022

REPRESENTANTES DOCENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:

Deywid Wagner de Melo (Titular)

Willamys Cristiano Soares Silva (Suplente)

REPRESENTANTES DOCENTES CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS:

Neiza de Lourdes Frederico Fumes (Titular)

Ivanildo Gomes dos Santos (Suplente)

REPRESENTANTES DOCENTES CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS:

Márcio André Araújo Cavalcante (Titular) - Coordenador

⁹ Mais informações e atualizações no site https://ufal.br/cpa

Moreno Pereira Bonutti (Suplente)

REPRESENTANTES DOCENTES CIÊNCIAS DA SAÚDE:

Monica Roseli Brito Galdino (Titular)

Luisa Robalinho de Faria Goes (Suplente)

REPRESENTANTES DOCENTES CAMPUS ARAPIRACA:

André Luiz Beserra Galvão (Titular)

Ricardo Brainer Martins (Suplente)

REPRESENTANTES DOCENTES CAMPUS SERTÃO:

José Augusto de Medeiros Monteiro (Titular)

Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss (Suplente)

REPRESENTANTES TÉCNICOS CAMPUS AC SIMÕES:

Márcia Valéria Oliveira Gonçalves (Titular)

Carlos Everaldo Silva da Costa (Suplente)

REPRESENTANTES TÉCNICOS CAMPUS ARAPIRACA:

Cledja Santos de Almeida (Titular)

Marcius Antônio de Oliveira (Suplente)

REPRESENTANTES TÉCNICOS CAMPUS SERTÃO:

Adeilton Jorge Rocha Sobrinho (Titular)

Bennet Roosevelt Andrade de Souza (Suplente)

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Fórum Permanente de Educação de Alagoas - FEPEAL

Juliano Matias de Brito (Titular)

Marly do Socorro Peixoto Vidinha (Suplente)

Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Alagoas -SINTEAL

Girlene Lázaro da Silva (Titular)

Josefa da Conceição (Suplente)

REPRESENTANTES ESTUDANTIS:

Isadora da Hora Rodrigues - Maceió (Titular)

Gabriel Ferreira da Silva - Maceió (Suplente)

Thatiana Alves Machado - Maceió (Titular)

Domício Fernando Mendonça Farias - Maceió (Suplente)

Antonio Carlos Barbosa Gama Filho - Arapiraca (Titular)

Renata Correia Barros - Arapiraca (Suplente) Claudemir Pereira Wanderley - Sertão (Titular) Aline Joice Teixeira da Silva - (Suplente)

Conforme Resolução nº 52/2013-CONSUNI/UFAL, de 05 de agosto de 2013, A CPA/UFAL será subsidiada, em todas as ações, pelas Comissões de Autoavaliação (CAAs) constituídas em cada Unidade Acadêmica e/ou Campi Fora de Sede.

O curso de Letras-Francês da Fale deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, com o objetivo de garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pela diretoria da Fale, avalia, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da Fale, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas.

No planejamento e execução da autoavaliação, no âmbito da Unidade Acadêmica ou Campi, são atribuições das Comissões de Autoavaliação (CAAs): I - Participar dos fóruns de debate sobre avaliação institucional; II - Aplicar os instrumentos de avaliação institucional, elaborados no âmbito da CPA/UFAL; III - Organizar, tratar e analisar os dados coletados e elaborar relatórios; IV - Encaminhar às subcomissões os relatórios respectivos as suas dimensões; V - Estimular, dentro da sua Unidade Acadêmica, a construção de uma cultura de autoavaliação; VI - Discutir, no âmbito da sua Unidade Acadêmica, os resultados da autoavaliação; VII - Propor, tanto no âmbito da Unidade Acadêmica quanto ao nível dos fóruns gerais, medidas para aperfeiçoar o sistema de avaliação institucional.

Comissão de Auto Avaliação da Faculdade de Letras - FALE/UFAL:

Comissão de Auto Avaliação da Faculdade de Letras - FALE/UFAL:

DOCENTES

Lívia Andrade Eliane Barbosa da Silva Cátia Veneziano Pitombeira Yann Hamonic

SUPLENTES
Emmanoelly Caldas
Ana Barandela Garcia

Paulo Leôncio da Silva Marcio Alexandre Cruz

TÉCNICOS TITULARES Rosana Portela Vanessa Elisa Correia

SUPLENTES

José Alberto Ribeiro

Jorge Barbosa

DISCENTES TITULARES
Ana Nascimento
Luana Acioli

SUPLENTES
Sarah Felícia Cavalcante
Melissa Sthefane Figueiredo

A avaliação permanente do *Projeto Pedagógico do Curso* é importante para aferir o sucesso do novo currículo do curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorá-lo, uma vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implantação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Outrossim, a avaliação do desempenho docente e a autoavaliação serão efetivadas pelos alunos, por meio de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados serão: formação profissional; condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.

17.3. Avaliação do projeto pedagógico

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC de Letras-Francês é realizado pela comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no

Projeto de Auto Avaliação da Ufal como Comissão de Auto Avaliação (CAA), instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos *campi* interioranos.

O curso Letras-Francês é avaliado pela citada Comissão e pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA, que coleta dados por meio de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica com formulários on-line, disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Dessa forma, os dados computados são organizados e analisados pela Comissão de Auto Avaliação (CAA) e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

O NDE realiza um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Em reuniões periódicas, os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir, sempre que necessário, no aperfeiçoamento do PPC.

17.4. Colegiado do Curso

Segue a transcrição da "Seção II" da Instrução Normativa N° 01/2023/PROGRAD/UFAL que dispõe sobre os procedimentos para eleição, composição do colegiado e seu funcionamento nos cursos de graduação da UFAL:

Da Constituição do Colegiado - Natureza e finalidades

- Art. 11 O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:
- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da Unidade Acadêmica, eleitos pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.
- § 1º O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e 01 (um) Vice Coordenador, ambos titulares, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.
- § 2º As representações dos docentes, técnico-administrativos e discentes poderão contar com suplentes em número igual ao de titulares.
- § 3º O Coordenador e o Vice-coordenador do curso contarão como componentes titulares do Colegiado.

- § 4º Na impossibilidade de se trabalhar com o número completo de membros titulares e suplentes, o Colegiado poderá contar com representantes de outros cursos que atuem no curso.
- Art. 12 A inscrição para a consulta deverá ser formalizada junto à CE através de requerimento assinado por todos os componentes da chapa, com a indicação do nome do Coordenador e seu respectivo vice.

Parágrafo único. Para emissão das portarias deverão ser encaminhados à PROGRAD os seguintes documentos:

- I. Ofício do/a Diretor/a da Unidade Acadêmica solicitando a emissão das portarias;
- II. Ata de reunião da Comissão Eleitoral e/ou da Unidade Acadêmica, referendando o pleito;
- III. Formulário de composição do Colegiado;
- IV. Formulário de designação de função remunerada para o coordenador de curso.
- V. Formulário de designação de função não remunerada para o Vice-coordenador de curso.
- Art. 13 A solicitação de emissão das portarias deverá ser encaminhada à PROGRAD com 60 (sessenta) dias de antecedência do início da gestão do Colegiado eleito, em dois processos distintos:
- I. No primeiro processo deverão ser encaminhados os documentos inerentes à publicação de portaria de Coordenador de Curso e Vice-coordenador. O referido processo tramitará em separado.
- II. No segundo processo deverão constar os documentos para publicação das portarias de Colegiado de Curso.

Parágrafo único. O novo coordenador somente assumirá a coordenação mediante a publicação da portaria.

- Art. 14 Os casos omissos nesta instrução normativa serão resolvidos pela CE, Conselho da Unidade Acadêmica/Campus e, em última instância, pela PROGRAD.
- Art. 15 Ocorrendo a vacância do cargo de Coordenador/a de Curso, o Vice-coordenador/a assumirá suas funções, até a realização de novas eleições.
- Art. 16 Quando ocorrer vacância simultânea dos cargos de titular e suplente da Coordenação do Curso, os docentes titulares do Colegiado do Curso escolherão entre si os seus substitutos (Coordenador e Vice-coordenador).
- Art. 17 Ainda havendo vagas a serem preenchidas na suplência do Colegiado, novos membros docentes poderão ser incorporados, e estes só poderão ser suplentes.
- Art. 18 O/A docente que ocupar o cargo pela forma estabelecida no artigo 31 desta Instrução Normativa, cumprirá apenas o restante do mandato do respectivo cargo no qual se verificou a vacância, sem que tal mandato seja impedimento para efeitos de prorrogação, recondução ou de inelegibilidade.

Parágrafo único. O/A docente coordenador/a não pode permanecer no cargo acima de 4 (quatro) anos de forma ininterrupta.

A composição do Colegiado do Curso de Letras-Francês é apresentada no início deste documento. Seus membros se reúnem periodicamente para tomar decisões e analisar solicitações de discentes. As decisões são registradas em atas e arquivadas na Secretaria do Curso.

17.4.1. Eleições do Colegiado de curso

Segundo a Instrução Normativa Nº 01/2023/PROGRAD/UFAL:

- Art. 2º Compete à PROGRAD a emissão de portaria do Colegiado do curso, Coordenador e Vice Coordenador, mediante os resultados obtidos em consulta, via processo eleitoral na Unidade/Campus de cada curso.
- Art. 3º O processo de consulta será coordenado por uma Comissão Eleitoral (CE) segundo as normas constantes deste instrumento e regulamentação das normas de processo eleitoral da Unidade Acadêmica/ Campus.
- Art. 4° A CE será composta pelos seguintes membros:
- I. Dois representantes (titular e suplente) do corpo docente indicados pelo Conselho da Unidade Acadêmica/Campus;
- II. Dois representantes (titular e suplente) do corpo discente indicados pelo Centro Acadêmico do curso;
- III. Dois Representantes (titular e suplente) do corpo técnico-administrativo indicados pelo Conselho da Unidade Acadêmica/Campus.

Parágrafo único. Fica vetado aos integrantes das chapas inscritas a participação na Comissão Eleitoral.

A Instrução Normativa ainda fixa as funções da Comissão Eleitoral, prazos e calendários a serem seguidos, bem como o define o perfil dos participantes:

Art. 6º São participantes da Consulta:

- I. todos os discentes regularmente matriculados naquele curso de graduação que se refere a consulta, no semestre letivo vigente, excetuando-se aqueles que até a data da consulta não tiverem comparecido em nenhum dia letivo;
- II. todos os docentes que lecionam disciplinas obrigatórias e optativas no Curso;
- III. todos os técnico-administrativos que, efetivamente, estejam lotados na Unidade Acadêmica/Campus.

Parágrafo único. Não será permitido o voto por procuração ou correspondência

A mesma normativa n. 01/2023 ainda fixa os prazos e procedimentos para recurso (Capítulo III - Seção I - DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS).

17.4.2. Atribuições do Colegiado de curso e funções do coordenador

Ainda segundo a Instrução Normativa Nº 01/2023/PROGRAD/UFAL ficam assim propostas a atribuições do Colegiado de curso, bem como subentendem-se as funções do coordenador:

Art. 19 São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. Acompanhar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. deliberar sobre as ações consultivas e propositivas acerca da elaboração e/ou reformulação do Projeto Pedagógico do Curso pelo NDE;
- III. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;
- IV. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações, informações e os documentos que se fizerem necessários;
- V. apreciar e aprovar semestralmente os Planos de Ensino;

VI. manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;

VII. avaliar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do Curso, recomendando os ajustes necessários junto ao NDE;

VIII. estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos, por meio de atos legais da educação superior, em articulação com a Comissão Auto Avaliação (CAA), inclusive acompanhando e auxiliando-a na divulgação dos resultados;

IX. deliberar sobre aproveitamento de estudos, convalidação de disciplinas, conjunto de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, excedência de créditos, pré-requisitos;

X. examinar e emitir parecer, com base na análise de integralização curricular, sobre transferência externa e matrícula de graduandos, conforme dispositivos legais em vigor;

XI. analisar processos sobre transferências, complementação de estudos, reopção de curso, reingresso, autorização para matrícula em disciplinas extracurriculares, obedecendo às normas em vigor;

XII. relacionar nos processos de transferência, reopção, novo curso e complementação de estudos, as disciplinas cujos estudos poderão ser aproveitados e os respectivos créditos e carga horária concedidos, de acordo com as normas em vigor;

XIII. tomar decisões relativas aos aspectos didático-pedagógicos do curso;

XIV. apoiar os processos de avaliação do curso, fornecendo as informações necessárias, quando solicitadas;

XV. analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso.

XVI. prestar assessoramento de ordem didático pedagógica, quando solicitado pelos órgãos competentes;

XVII. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

XVIII. exercer outras atribuições compatíveis.

Tomando como base a Instrução Normativa Nº 01/2023/PROGRAD/UFAL, a Coordenação de Curso é um/a agente articulador/a de mudanças no curso, na atuação dos docentes e dos colaboradores. Suas atividades envolvem funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais, tais como organizar a oferta de componentes curriculares do curso; organizar o planejamento acadêmico de acordo com o calendário acadêmico institucional e em consonância com a direção da Unidade; propor, acompanhar e avaliar a execução do PPC, em conjunto com o NDE, o Colegiado do Curso e o Conselho da unidade acadêmica visando à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão; divulgar, dar suporte e orientar sobre programas de apoio ao discente; e acompanhar e organizar os sistemas de avaliação e regulação do curso. É a coordenação é a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar as avaliações efetuadas pelo Ministério da Educação (MEC).

17.5. Núcleo Docente Estruturante

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a Ufal instituiu, por meio da Resolução 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) em conformidade com as especificações legais.

Nesse sentido, o NDE de cada curso é composto pelo mínimo de cinco membros, todos/as docentes com titulação de pós-graduação stricto sensu e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo. A função do NDE, conforme a referida Resolução, é:

Art. 2º - O *NDE* de cada Curso de Graduação da UFAL é o órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º - O NDE terá as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A composição do NDE do curso Letras-Francês é apresentada no início deste documento.

18. POLÍTICAS DE APOIO

18.1. Políticas de apoio aos docentes e técnicos

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, esta última traduzida no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Assim, a Ufal participa na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a Ufal ajusta seu PDI a esse novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A Ufal considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p.71).

No PDI, as políticas de apoio aos servidores compõem-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

O dimensionamento das necessidades institucionais diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, busca melhorar o desempenho do servidor e por outro, busca assegurar um quadro mais confiante, motivado e, consequentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho, que tem por objetivo redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e aferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades, e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação que contempla desde os docentes recém empossados até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, com dois enfoques: a prática docente e a atuação na gestão acadêmica e institucional.

Essa Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, que toda Instituição de Ensino Superior deve observar.

18.2. Políticas de apoio aos/às discentes

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os/as estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizado anualmente, no qual a Ufal tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos/das estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificados:

- Apoio pedagógico busca reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos/às discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento, por meio da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses/as alunos/as e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.
- Estímulo à permanência atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos/das estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, visando ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do/da estudante na área da saúde com assistência médica e odontológica; fomento à prática de atividades físicas e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de

bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

- Apoio financeiro disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os/as estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária, que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos/às discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC.
- Organização estudantil ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos, promovidos pela universidade ou pelos/pelas estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, para colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos/das estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.
- Plano de acompanhamento do assistido proporciona uma maior segurança para o/a aluno/a quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do/da estudante ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a sua saída, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

19. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (capítulo VII.2 da Resolução nº466/2012). Todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/CONEP, que ao analisar e emitir o parecer ético, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa.

De acordo com a resolução nº 466/2012 e a resolução nº510/2016 CONEP, "Toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), de forma que, caso receba sua aprovação, possa ser iniciada em seguida a coleta de dados, conforme prevêem ambas resoluções. Assim, em regra, todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser analisadas pelo Sistema CEP/CONEP. Todas as tramitações dos projetos que envolvem pesquisas com seres humanos devem ocorrer via http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf. É preciso ressaltar também que todas as pesquisas orientações devem seguir constantes nas resoluções da CONEP: as http://conselho.saude.gov.br/o-que-e-rss/92-comissoes/conep/normativas-conep/642-lista-de-resoluc oes-conep .

Composição do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos ano de 2023:

Carlos Arthur Cardoso Almeida (Coordenador)

Camila Maria Beder Ribeiro Girish Panjwani (Coordenadora)

Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão (Coordenadora)

Adriana Alvarenga Marques

Ana Paula Lima Marques Fernandes

Amândio Aristides Rihan Geraldes

Andre Luis Baggio

Aruã Silva de Lima

Caroline Gonçalves Dos Santos

Daniele Vital Vich

Elisangela Leal de Oliveira Mercado

Esperidião Barbosa Neto

Gabriela Rossister Sutux Veiga

George Azevedo Lemos

Gilcileide Rodrigues da Silva

Heliane De Almeida Lins Leitão

Isabel Comassetto

Karol Fireman de Farias

Keila Cristina Pereira Do Nascimento Oliveira

Lana Lisiêr de Lima Palmeira

Nassib Bezerra

Nelma Camelo de Araújo

Rosangela Maria Almeida Fernandes Wyszomirska

Rodrigo Galvão Pinho Lins

Sarah Regina Nascimento Pessoa

Sabrina Joany Felizardo Neves

Samara Bonfim Gomes Campos

Suzana Marcolino

Suzana Santos Libardi

Thaís Honório Lins Bernardo

Valdeci Elias dos Santos Júnior

Viviane Isabela Rodrigues

Sidney José dos Santos (Representante dos Usuários)

Cicero Vieira Sampaio (Representante dos Usuários)

Manoel Eduardo de Oliveira (Representante dos Usuários)

João Marcos Farias Epitácio de Almeida (Representante dos Usuários)

José Cicero Vieira de Oliveira (Representante dos Usuários)

Héllen Carla Pereira Cruz (Assistente Administrativa)

20. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, G. V. Peut-on continuer à croire que le français pourra être rehabilité à Maceió ? Conferência realizada no XIII Congrès de la Fédération Brésilienne de Professeurs de Français, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 2ª ed. Rio de janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. — Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Resolução CNS nº 466/2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Norma Operacional CNS nº 001/2013**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS n° 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação a Distância:** o estado da arte. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. 40p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GALLI, Joice. A. "A noção de intercultural e o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras no brasil: representações e realidades do FLE". In: **EntreLínguas**, Araraquara, v.1, n.1, p.111-129, jan./jun. 2015

IBGE. "Estados". Disponível em http://www.ibqe.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al, 2010.

MEC. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seb.

OCED. **Effective Teacher Policies:** Insights from PISA. OCDE Publishing, 2018. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/education/effective-teacher-policies 9789264301603-en#page1. Acesso 05/11/2018.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PIETRARÓIA, C. C. "A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino". In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 2, n. 37, p.7-16, abr. 2008. Semestral. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_01.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PNUD; (IPEA); (FJV). **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro:** Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasil: Pnud Brasil, 2013.

SAEB/ANA. **Relatório SAEB/ANA 2016**: panorama do Brasil e dos estados. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

SCHÖN, D. Educating the reflective practitioners. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

SOUSA, A. C. de M. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, R. de F. T. de. "Os desafios no ensino de língua francesa em uma escola pública de Arapiraca/AL". *In*: **Anais do 8º Enfope e 9º Fopie**. v. 8, n. 1, 2015.

SOUSA, A. C. de M. **O** francês instrumental: a experiência da Universidade de São Paulo. São Paulo: Hemus, 1977.

TAVARES, Roseanne R.; STELLA, Paulo R. **Novos Letramentos e a língua inglesa na era da globalização**: desafios para a formação de professores. No prelo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Estatuto e Regimento Geral da UFAL. Maceió: 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Maceió: 2013-2017.

VEIGA, I. P. A; FONSECA, Marília (Orgs.) **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

Diretrizes Curriculares do Curso

DECRETO Nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

DECRETO Nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

DECRETO Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). (Oferta de disciplinas semipresenciais)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados/ de 27 de SETEMBRO de 2013 - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2023/PROGRAD/UFAL. Dispõe sobre os procedimentos para eleição, composição do colegiado e seu funcionamento nos cursos de graduação da UFAL.

LEI Nº 10.172/2001- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

LEI Nº 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

LEI Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências:

LEI Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

LEI 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente. Outras legislações podem ser encontradas no site do MEC e da UFAL

LEI N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na

NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei Nº 12.764/2012

PARECER CNE/CES Nº 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

PARECER CNE/CP N.º 09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.

PARECER CNE/CES N° :52/2007 - trata da autorização para o funcionamento de campus fora de sede da Universidade Federal de Alagoas.

PARECER CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

PORTARIA N°10, 28/07/2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

PORTARIA Nº 1024, 11/05/2006 - As atualizações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação e outras providências.

PORTARIA Nº 2.678/02 – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

RESOLUÇÃO Nº 04/2018-CONSUNI/UFAL – Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Ufal.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº1 de 18 de fevereiro de 2002 -Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº. 04/2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO CEPE/UFAL Nº 32/2005. Estabelece os componentes curriculares comuns para os cursos de formação de professores da Ufal, a partir do ano letivo de 2006.

RESOLUÇÃO CNE/CP N°3,18/12/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

DECRETO Nº. 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - referente a EaD.

PORTARIA NORMATIVA Nº. 40 de 12/12/2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

LEI 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

DECRETO Nº. 4.281 de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 33/2003-CONSUNI/UFAL. Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na Ufal.

RESOLUÇÃO Nº 54/2012-CONSUNI/UFAL. Normatiza a reserva de vagas (cotas) no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da Ufal.

RESOLUÇÃO Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*). Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO Nº. 08/2022 - CONSUNI/UFAL, de 08 de março de 2022. Regulamenta os procedimentos e critérios para aproveitamento de estudos (ae) nos cursos de graduação no âmbito da UFAL.